



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E
LINGUAGENS - PPGCEL

VERÔNICA VILASBOAS AMARAL

MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO NO LIVRO 1984

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
NOVEMBRO DE 2019

VERÔNICA VILASBOAS AMARAL

MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO NO LIVRO 1984

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Orientador: Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima

Coorientador: Prof. Dr. Argus Romero Abreu de Moraes

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
NOVEMBRO DE 2019

A512m Amaral, Verônica Vilasboas.

Modos de organização do discurso no livro 1984. / Verônica Vilasboas Amaral, 2019
105f.

Orientador (a): Dr. Marcus Antônio Assis Lima.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: cultura, educação e linguagens – PPGCEL, Vitória da Conquista, 2019.

Inclui referências: f. 82 – 83.

1. Análise do discurso. 2. Modos de Organização do Discurso. 3. Vigilância. 4. 1984 – Livro. I. Lima, Marcus Antônio Assis. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós -Graduação em Letras: cultura, educação e linguagens- PPGCEL. III. T.

CDD: 401.44

Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção - CRB 5/1890**

UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

TERMO DE APROVAÇÃO

VERÔNICA VILASBOAS AMARAL

MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO NO LIVRO 1984

Dissertação aprovada como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens no programa de Pós-Graduação em Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) pela seguinte banca:

Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima
Orientador

Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, UESB

Prof. Dra. Maira Guimarães
(Avaliador interno)

PNPD/ CAPES/ Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens,
UESB

Prof. Dr. Fabio Figueiredo Camargo
(Avaliador externo)

Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UFU

Vitória da Conquista, 22 de novembro de 2019.

Dedico à minha mãe, meu pai, meus irmãos e Marcelo.
AGRADECIMENTOS

Esta dissertação teve o suporte de várias pessoas que foram essenciais nesta caminhada.

Primeiramente quero agradecer a Deus que me auxiliou nos momentos em que a escrita não se desenvolvia de forma linear.

Agradecer a minha mãe Cristina por todo apoio, por toda torcida, pelos conselhos, pelo incentivo nesta jornada que não foi fácil. Agradecer ao meu pai, Eduardo, ao meu irmão Carlos Eduardo, a minha irmã Maria Eduarda pelo encorajamento. Ao meu irmão Leonardo pelos conselhos. A meu avô Pedro, in memoria, que torceu por mim na seleção do mestrado e sempre esteve presente na minha vida. A minha avó Maria, in memoria, por sempre me incentivar a estudar. Ao meu avô Jornando, in memoria, pelo carinho destinado a mim. Agradeço a toda a minha família, tios, primos, em especial para as minhas primas Laíse e Luíse que me apoiaram nesta empreitada.

Agradeço a Marcelo pelo incentivo, amor, companheirismo e paciência neste período de escrita.

Agradeço ao meu orientador Marcus pelas orientações, paciência e dedicação em todo este percurso. Agradeço ao meu coorientador Argus, que desde o projeto para a seleção do mestrado me auxiliou e depois foi decisivo na escolha dos percursos metodológicos do trabalho.

Agradeço a todos os professores, em especial Lila e Rajan pelas aulas tão inspiradoras. A todos os meus colegas, em especial Cris pelo companheirismo, ajuda neste despertar acadêmico.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens composto por professores e funcionários.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo apoio financeiro no decorrer do mestrado.

Obrigada a todos por fazerem parte deste momento tão importante e decisivo na minha vida!

RESUMO

A vigilância se faz presente de forma constante na atual sociedade. Acostumamo-nos com câmeras em prédios, particulares e públicos, ruas e praças, lojas, e, até, no interior de nossas próprias casas. A justificativa mais recorrente é a segurança. É nesse sentido que Bauman (2001) argumenta que temos abdicado da nossa liberdade em prol da segurança, dicotomia que constitui, para o sociólogo, baseando-se no pensamento freudiano, as distintas sociedades humanas. Segundo o autor, ainda não conseguimos encontrar um equilíbrio entre esses polos: liberdade e segurança. Quanto mais temos uma, menos temos a outra. Talvez harmonizá-las seja um dos principais desafios das sociedades do século XXI. Além dessas câmeras, existem aquelas que estão disponíveis nos aparelhos celulares, as quais permitem que uma parcela significativa da população possa filmar e fotografar o que considerar relevante, registrando e expondo continuamente suas próprias atividades e a dos outros, praticamente anulando o espaço privado dos indivíduos. Há, ainda, denúncias recorrentes de empresas que têm utilizado ilegalmente os dados dos usuários da rede mundial de computadores a fim de estabelecerem perfis dos consumidores para poder lhes direcionar com mais eficiência publicidades de acordo com os seus gostos, de forma *on-line*. Supostamente, os governos também têm utilizado a espionagem cibernética, mas visando a um domínio social. Seja pela política, pela mídia, economia, ou mesmo outros espaços sociais, os mecanismos de controle – via novas tecnologias – parecem ter potencializado, como nunca, a gestão da vida dos indivíduos. Nesse sentido, destacamos o romance distópico *1984*. Embora publicado décadas atrás, ainda em 1949, e com base nos modelos totalitários europeus do período, o livro escrito por George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur Blair, parece ter descrito – e, até certo ponto, antecipado – um conjunto de características das sociedades contemporâneas Ocidentais, notadamente, naquilo que se refere aos seus mecanismos de controle dos indivíduos, embora por vias distintas e por ferramentas imprevistas que supostamente permitem uma maior sutileza nesse processo. Na ficção, Orwell descreve um governo totalitário que exerce seu poder através da vigilância total da população. Tendo isso por pressuposto, no presente trabalho de dissertação, avaliaremos o modo pelo qual Orwell se utiliza do modo enunciativo, do modo descritivo e do modo narrativo – isto é, três dos quatro modos de organização do discurso de Charaudeau (2008) – na construção da sua narrativa literária, utilizando-nos, para tanto, de excertos da obra *1984* como *corpus* de análise. Com isso, pretendemos avaliar como, por meio da narrativa literária – efeitos de ficção –, o autor conseguiu construir uma análise apurada de fenômenos sociais não ficcionais – efeitos de real – tão complexos. Por fim, cumpre-nos destacar, nosso aporte teórico-metodológico é a Teoria Semiolinguística de Charaudeau (2008), em especial, os conceitos de modos de organização do discurso, de contrato de comunicação, de efeitos de real e de ficção e de narrativa literária.

Palavras-Chave: Análise do Discurso. Modos de organização do Discurso. Liberdade. Vigilância. *1984*.

ABSTRACT

Surveillance is constantly present in today's Society. We get used to cameras in buildings, private and public, streets and squares, shops, and even inside our own homes. The most recurring justification is safety. It is in this sense that Bauman (2001) argues that we have abdicated our freedom for safety, a dichotomy that constitutes, for the sociologist, based on Freudian thought, the different human societies. According to the author, we still cannot find a balance between these poles: freedom and security. The more we have one, the less we have the other. Perhaps harmonizing them is a major challenge for 21st century societies. In addition to these cameras, there are cameras that are available on mobile devices, which allow a significant portion of the population to film and photograph whatever they deem relevant, continuously recording and exposing their own activities and those of others, virtually nullifying the private space of individuals. There are also recurring complaints from companies that have been illegally using data from users of the world wide web to establish consumer profiles so that they can more effectively target them to their tastes online. Supposedly, governments have also used cyber espionage, but aimed at a social domain. Whether through politics, the media, the economy, or even other social spaces, control mechanisms - new technologies - seem to have potentiated, as never before, the management of individuals' lives. In this sense, we highlight the dystopian novel *1984*. Although published decades ago, still in 1949, and based on the European totalitarian models of the period, the book written by George Orwell, pseudonym Eric Arthur Blair, seems to have described - and to some extent anticipated - a set of characteristics of Western contemporary societies, notably in what refers to their mechanisms of control of individuals, although by different ways and by unforeseen tools that supposedly allow a greater subtlety in this process. In fiction, Orwell describes a totalitarian government that exercises its power through the full surveillance of the population. With this in mind, in the present dissertation, we will evaluate the way Orwell uses the enunciative mode, the descriptive mode and the narrative mode - that is, three of the four modes of organization of Charaudeau's (2008) discourse - in the construction of his literary narrative, using, therefore, excerpts of the *1984* work as corpus of analysis. With this, we intend to evaluate how, through the literary narrative - effects of fiction - the author was able to construct an accurate analysis of non-fictional social phenomena - effects of real - so complex. Finally, it should be noted that our theoretical and methodological approach is Charaudeau's (2008) Semiolinguistic Theory, in particular, the concepts of modes of discourse organization, communication contract, effects of reality and fiction and narrative literary.

Key-Words: Speech analysis. Modes of Speech. Freedom. Surveillance. 1984.

Ao futuro ou ao passado, a uma época em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros e que não vivam sós - a uma época em que a verdade exista e o que foi feito não puder ser desfeito.

George Orwell, *1984*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO E ORGANIZAÇÕES DISCURSIVAS EM <i>1984</i>	16
1.1 O contrato de comunicação	16
1.2 Efeitos de real e de ficção	26
1.3 A ficcionalidade na Teoria Semiolingüística	28
1.4 O contrato de comunicação literário	30
2. A LIBERDADE E O ESTADO DE EXCEÇÃO EM TEMPOS DE VIGILÂNCIA	34
2.1 Liberdade e segurança: um paradoxo humano	34
2.2 O tênue limiar entre o público e o privado	36
2.3 Vigilância: "o olhar da ordem" sobre os indivíduos	38
2.4 Estado de exceção: a segurança suprime a liberdade	45
3. OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO E OS EFEITOS DE REAL E DE FICÇÃO NO LIVRO <i>1984</i>	50
3.1 O modo enunciativo	50
3.2 O modo descritivo	57
3.3 O modo narrativo	62
3.4 Os efeitos de real e de ficção no livro <i>1984</i>	98
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	81

INTRODUÇÃO

O livro *1984*, escrito por George Orwell, é uma distopia de uma sociedade totalitária, controlada por um tirano, o “Grande Irmão”, que exerce o poder através da vigilância total da população. Uma das formas de exercer esta vigilância é a partir de câmeras instaladas na cidade, no interior das casas, nos prédios governamentais e nos diferentes ambientes de convívio: as “teletelas”. O protagonista do livro é Winston Smith, que, assim como os outros cidadãos, tem uma verdadeira adoração pelo “Grande Irmão”; no entanto, com o passar do tempo, esse personagem passa a sentir dúvidas em relação ao sentimento que possui pelo ditador. Se, às vezes, sente ódio e é contrário às suas atitudes inquisidoras, em outros momentos, sente uma admiração pelo tirano, como podemos notar neste trecho do livro: “Nesses momentos seu ódio secreto pelo Grande Irmão se transformava em adoração (...)” (ORWELL, 2005, p.17).

Ficção é a simulação de algo que poderia existir, portanto, apesar de o livro ser ficcional, Orwell (2005) parece ter conseguido apontar algumas questões que podem nos ajudar a refletir sobre os mecanismos de controle dos indivíduos na atualidade, tais como as câmeras que se fazem presentes, por exemplo, em aeroportos, rodoviárias, condomínios, lojas, bares, casas e ruas; as quais, evidentemente, não faziam parte do cotidiano em 1948, ano em que foi escrito o referido livro. Organizamos um *corpus* composto por trechos relativos a Winston no livro *1984* (2005), examinando como os discursos sobre segurança, liberdade, público e privado fundam as narrativas de controle social de Winston Smith. Embasados em Charaudeau (2006; 2008), descrever o contrato de comunicação e os parceiros da linguagem; avaliar como os recursos linguísticos mobilizados por esses personagens se entrelaçam em suas narrativas na construção dos efeitos de real e ficção, em conformidade com as contribuições teóricas de Mendes (2004) acerca desses conceitos.

No início do livro *1984*, a Oceania é narrada sob a perspectiva de Winston Smith. A estrutura do poder é demonstrada a partir da descrição dos ministérios e dos lemas do Partido. Desde o início é possível constatar o crescente incômodo do personagem em relação ao Grande Irmão, bem como ao controle que o partido exerce na população. Desse incômodo, emergem algumas transgressões, sendo a primeira delas a compra de um diário. Esse ato, apesar de parecer inocente, demonstra uma criticidade do indivíduo, pois, ao escrever, é necessário que se faça uma reflexão sobre os acontecimentos. O leitor só conhece o que Winston vive, o protagonista não conhece tudo em relação à sociedade em que vive. Winston é caracterizado como um homem simples, que possui poucos recursos à sua disposição:

Winston foi até a janela: uma figura miúda, frágil, a magreza do corpo apenas realçada pelo macacão azul que era o uniforme do Partido. O cabelo era muito louro, a face naturalmente sanguínea, e a pele arranhada pelo sabão ordinário, as giletes sem corte e o inverno que mal terminara. (ORWELL, 2005, p. 6)

Posteriormente, Winston dá indícios de transgressões mais acentuadas, como quando começa, arriscadamente, a se envolver amorosamente com Júlia. É uma época em que ele se sente esperançoso em conseguir acabar com o Partido por meio da Fraternidade¹. O'Brien se apresenta como participante da Fraternidade, entrega um livro a Winston, entretanto, ao ser preso ele percebe que foi enganado e terá que se submeter, juntamente com Júlia, às torturas do Ministério do Amor. A partir das torturas e do condicionamento, a individualidade de Winston é aniquilada e ele volta a ter adoração pelo Grande Irmão. Depois de estar totalmente reabilitado volta ao convívio social, mas por pouco tempo, logo depois é assassinado pelo Partido.

Em 1984, a tecnologia está a serviço do Partido. Através das teletelas é possível monitorar a população, a exceção dos proles², exercendo assim um controle maior proporcionado pela tecnologia. Ao invés de a tecnologia servir ao indivíduo, ela o subjugava. Há, desse modo, um apagamento do indivíduo em detrimento do coletivo. Em outros termos, consoante estudos do teórico Bauman (1989), em nome da segurança, o indivíduo abdica da sua liberdade. À semelhança do modelo panóptico de vigilância, ao longo de parte significativa da narrativa, não era possível saber se o indivíduo era vigiado o tempo todo, mas, apenas pelo fato de ser possível, fazia com que o comportamento dos habitantes de Oceania se modificasse. Assim como no Panóptico de Bentham (1791), também citado no primeiro capítulo, a incerteza da periodicidade da vigilância potencializava a onipresença do Partido. O trecho a seguir demonstra este tipo de atitude:

A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Qualquer barulho que Winston fizesse, mais alto que um cochicho, seria captado pelo aparelho; além do mais, enquanto permanecesse no campo de visão da placa metálica, poderia ser visto também. Naturalmente, não havia jeito de determinar se, num dado momento, o cidadão estava sendo vigiado ou não. Impossível saber com que frequência ou que periodicidade, a Polícia do Pensamento ligava para a casa deste ou daquele indivíduo. Era concebível, mesmo, que observasse todo mundo ao mesmo tempo. A realidade é que podia ligar determinada linha no momento em que desejasse. Tinha-se de viver- e vivia-se por hábito transformado em instinto – na suposição de que cada som era ouvido e cada movimento examinado, salvo quando feito no escuro. (ORWELL, 2005, pp. 6 e 7)

¹ Fraternidade é o grupo de resistência que tenta tirar o Partido do poder. No entanto não se sabe se realmente existe.

² Os proles correspondiam à maioria da população, eles não eram vigiados, pois seria difícil ter o controle de um número tão grande de pessoas.

Ainda sobre o personagem, é interessante destacar que o medo lhe é um sentimento comum, desde o princípio da trama. Pelo narrador obtemos a explicação de como a “teletela” era sensível, e, além de captar imagens e sons, captava até as batidas do coração. A importância de manter um semblante calmo e sereno eram essenciais na presença da “teletela”. Todos os passos, conversas tinham que ser cuidadosos, pois qualquer pessoa poderia ser um inimigo em potencial pronto para delatar qualquer desvio. Quando Winston começou a escrever no diário sentiu medo das consequências, ele narra que a qualquer momento a Polícia do Pensamento poderia ir ao seu encontro, e que geralmente ocorria à noite.

Um dos lemas do Partido é “Guerra é Paz”, representando a guerra ininterrupta vivida pela Oceania, ora contra a Lestásia, ora contra a Eurásia. Esta guerra tinha como objetivo manter a hierarquia e a ordem social, pois a população aceitava o modo de vida miserável em prol da segurança. O clima de insegurança também é marcado pelo controle que cada cidadão exerce sobre o outro; já que qualquer pessoa não só pode como deve denunciar quem não segue à risca as determinações do Partido. Já o patriotismo é cultivado através do “Minuto do ódio”, prática diária em que a população expressa o seu repúdio a Goldstein e apoio ao Grande Irmão, e a “Semana do ódio”. Ambas servem como válvula de escape para que as emoções sempre tão controladas tenham vazão.

Outro lema do Partido é “Liberdade é Escravidão”. Também contraditório, demonstra que a liberdade individual deve ser cerceada em nome da liberdade do coletivo. Desde o início da trama, Winston se sente incomodado com a falta de liberdade e o que começa com pensamentos se transforma em ação, através da compra de um diário. A falta de privacidade traz à tona um questionamento acerca da importância da tecnologia como reguladora social, embora estes recursos tecnológicos sejam um meio de promover a política totalitária do Partido. Então, além da vigilância das teletelas, existe também a vigilância de um cidadão em relação ao outro. Outra forma de estabelecer a vigilância, escravizando o cidadão, é a novilíngua. Ela pode ser compreendida como uma nova língua, construída pelo Partido com o intuito de diminuir as palavras e seus significados para, assim, diminuir o alcance do pensamento que fosse contrário ao Partido.

O último lema do Partido é “Ignorância é força”, o qual sugere que a alienação da população consiste na força do Partido. Como o Partido molda o passado de acordo com a sua vontade, a população não tem um parâmetro de comparação entre o passado e o presente, porque “quem controla o passado, dizia o lema do Partido, controla o futuro; quem controla o presente controla o passado.” (ORWELL, 2005, p. 36). Em uma das suas visitas ao bairro dos

“proles”, Winston conheceu um senhor cuja aparência e estrutura física denunciavam ter vivido boa parte da juventude antes do Partido chegar ao poder. Interessado em saber como era a vida no passado, melhor ou pior sob o julgo do Partido, Winston conversa com esse senhor. Entretanto a conversa não é satisfatória e as lembranças são apenas fatos que não têm nenhum significado. Percebe-se, assim, o nível de alienação dos “proles”, algo também constatado em todos os segmentos do Partido, tanto o externo quanto o interno. O órgão responsável por retificar o passado e criar uma ilusão de nação próspera é o Ministério da Verdade, o local de trabalho de Winston Smith.

A alteração do passado é necessária por duas razões, uma das quais é subsidiária e, por assim dizer, precatória. A razão subsidiária é de que o membro do Partido, como o proletário, tolera as condições atuais em parte por não possuir padrões de comparação. Deve ser isolado do passado, da mesma forma que deve ser isolado do estrangeiro, porque lhe é necessário crer que vive melhor que os ancestrais e que o nível médio de conforto material sobe constantemente. Todavia a razão mais importante para o reajuste do passado é a necessidade de salvaguardar a infalibilidade do Partido. Não significa apenas que se modifiquem discursos estatísticas e registros de todo gênero para demonstrar que as predições do Partido são sempre certas. É que não pode admitir, jamais, nenhuma modificação de doutrina e de agrupamento político. (ORWELL, 2005, p. 204-205)

Winston tenta resgatar na memória como era a vida antes do Partido subir ao poder. Na Oceania, o sistema de classes é rigoroso e não permite a mobilidade, as condições de vida da maioria da população são bastante precárias, diferente do que usufruem os indivíduos do Partido Interno, como é possível perceber neste trecho:

Só em ocasiões muito raras se viam por dentro as residências do Partido Interno, ou se visitava o bairro em que moravam os chefes. Toda a atmosfera do enorme edifício de apartamentos, a riqueza e a vastidão de tudo, os cheiros fora do comum de boa comida e bom fumo, os elevadores silenciosos e incrivelmente rápidos, disparando para cima e para baixo, os criados de jaqueta branca, sempre apressados – era tudo intimidade. (ORWELL, 2005, p. 162)

Se, no primeiro momento da trama, Winston está insatisfeito com a doutrinação e o controle do Estado, somente na segunda parte ele começa a praticar pequenos delitos como a escrita de um diário e as frequentes visitas ao bairro dos “proles”. Desde o princípio, quando Winston cometeu a primeira “crimideia”³, a compra do diário, ele já sabia o que aconteceria no futuro: seria capturado pela Polícia do Pensamento. Ele poderia ter destruído o diário antes de começar a escrever, ou mesmo depois, porém de alguma forma precisava desabafar as angústias que sentia e, ao mesmo tempo, o fato de estar sentado em um local na sala de sua casa em que a “teletela” não conseguia visualizar conferiu uma pequena segurança ao ato.

No decorrer da história, ele se arrisca mais e aluga um quarto onde passa o tempo com Júlia, ato mais pretencioso de sua parte. Antes se encontrava com Júlia de forma fortuita em

³ Crimideia é uma palavra em novilíngua que significa crime ideológico contra o Partido.

locais sem acesso de “teletela”, mas com o cuidado de não usar muito tempo o mesmo local. Como o quarto alugado ficava em cima de uma loja, o risco era maior, porque a partir daí os encontros foram sempre no mesmo lugar. Este é um momento de esperança vivido pelo personagem: ele se envolve amorosamente com Júlia, pensa que o quarto alugado no bairro dos “proles” é seguro, pois não tem “teletela”, e entra na Fraternidade. A aproximação com O’Brien é o ápice da felicidade de Winston, pois ele pensa que ao entrar na Fraternidade poderá ter ações concretas contra o sistema do Grande Irmão em busca de uma sociedade mais livre. Este foi o grande passo para um caminho sem volta.

No final do livro, Winston descobre que tudo foi uma ilusão: o quarto alugado tinha uma “teletela” escondida. O’Brien não participava da Fraternidade, ele era um importante componente do Partido, o que fez com que Winston fosse levado para o Ministério do Amor e torturado física e psicologicamente. A utopia do personagem morreu e, depois de sucessivas torturas feitas por O’Brien, ele é readequado socialmente. Isso faz com que o ódio pelo Grande Irmão seja transformado em amor. Já livre, o protagonista volta a trabalhar e conviver nos ambientes públicos, sendo, depois de um tempo, assassinado pelo Partido.

Levantou a vista para o rosto enorme. Levava quarenta anos para aprender que espécie de sorriso se ocultava sob o bigode negro. Oh, mal-entendido cruel e desnecessário! Oh, teimoso e voluntário exílio do peito amantíssimo! Duas lágrimas cheirando a gim escorreram de cada lado do nariz. Mas agora estava tudo em paz, tudo ótimo, acabado a luta. Finalmente lograra a vitória sobre si mesmo. Amava o Grande Irmão. (ORWELL, 2005, p. 285)

O enfraquecimento das relações familiares via delações decorria do conhecimento adquirido na organização “Espião”, principalmente por parte das crianças, que desde a tenra idade eram ensinadas a espionar o comportamento dos pais e de outras pessoas e deletar os comportamentos impróprios. A relação amorosa também foi enfraquecida. Era permitido casar, porém se o Partido percebesse alguma afinidade entre o par, não davam o consentimento, que era necessário, para o casamento. Além disso, o celibato era estimulado, desde a juventude, com a “Liga Juvenil Anti-Sexo”. O indivíduo não conseguiu vencer o sistema.

Sobre os proles, Winston escreveu no diário: “não se revoltarão enquanto não se tornarem conscientes, e não se tornarão conscientes enquanto não se rebelarem” (ORWELL, 2005, p. 72). Quando foi preso e torturado por O’Brien, também sentiu medo. Somente alcançou a plenitude quando foi posto em liberdade e o seu ódio se transformou em amor pelo Grande Irmão.

A derrota do personagem não significa um indivíduo desajustado em uma sociedade artificialmente “harmônica”, mas, sim, de uma pessoa que não concordava com o excessivo controle, manipulação e falta de liberdade. Nesse sentido, o desfecho pessimista da obra demonstra não só a fragilidade do personagem diante de toda a força de um Partido, o Ingsoc, como também a dificuldade de lutar quando o sistema totalitário já foi consolidado há pelo menos uma década.

O título alternativo para o livro *1984* era “O último homem na Europa” e marca a trajetória de Winston Smith, que lutou sozinho contra o Partido. A maioria da população da Oceania não se importava com a falta de liberdade. Na verdade, eles queriam que os “ideocriminosos”, as pessoas contrárias ao ditame do Partido, fossem torturados e mortos, até mesmo as crianças gostavam de assistir as execuções. O último homem na Europa que lutou a favor da liberdade de expressão foi Winston e, depois da sua morte nada mudou, tudo continuou a ser como sempre foi. A partir do momento que o personagem começou a agir de forma contrária ao que era permitido, ele já sabia qual era o seu destino:

Curiosamente, o soar das horas pareceu dar-lhe novo ânimo. Ele não passava dum fantasma solitário exprimindo uma verdade que ninguém jamais ouviria. Mas enquanto a exprimisse, a continuidade não seria interrompida. Não é fazendo ouvir a nossa voz, mas permanecendo são de mente que preservamos a herança humana. Ele voltou à mesa, molhou a pena e escreveu:

Ao futuro ou ao passado, a uma época em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros e que não vivam sós – a uma época em que a verdade existir e o que foi feito não puder ser desfeito:

Cumprimento da era da uniformidade, da era da solidão, da era do Grande Irmão, da era do duplipensar!

Ele já estava morto, refletiu. Pareceu-lhe que só agora, depois de começar a formular as ideias, dera o passo decisivo. As consequências de cada ato são incluídas no próprio ato.

Escreveu:

Crimidéia não acarreta morte, crimidéia É a morte.

Agora que se reconhecia como defunto, tornava-se importante ficar vivo o mais tempo possível. (ORWELL, 2005, p.29).

Orwell pretendia o livro como um alerta, para as próximas gerações, acerca dos perigos do totalitarismo, por isso um final trágico tinha a chance de ser mais impactante. O protagonista não é um homem bonito, forte, corajoso, tampouco herói. Ele mesmo fala que o tipo ideal do Partido são pessoas altas, loiras, muito diferente do que ele via em Londres. Por não ser um herói, ele se assemelha ao homem comum que de repente não vê sentido na vida que leva, sente-se incomodado e deseja de alguma forma mudar a realidade em que vive. A morte do personagem não foi apenas a morte de uma pessoa, mas, sim, a de ideal de liberdade.

O fanatismo imposto pelo Partido é o precedente para o surgimento da alienação da população da Oceania. Isso, por sua vez, se verifica, pois todos tinham que participar dos *Dois*

minutos de ódio, dos saraus no Centro Comunal e, dentre outros, das execuções públicas. Essa lavagem cerebral imposta desde a infância possibilitou com que tivessem adoração pelo Grande Irmão e orgulho do Partido. Outrossim, há um destaque para os modos de controle das mídias. Se a reescrita de livros, jornais e revistas fazia com que não houvesse como comparar com o passado; na “teletela” sempre se informava que a produção de alimentos, vestuário eram altas, sempre superior ao ano anterior, o que emitia uma imagem de fartura, embora falsa.

Os “proles” tinham mais liberdade que os membros do Partido, porém eram também alienados, pois o sistema educacional destinado a eles era sucateado, com alto índice de analfabetismo. Isso corroborava uma ausência de consciência acerca dos papéis desenvolvidos por um indivíduo na sociedade, por estarem preocupados apenas com a sua vida diária, ao invés de se preocuparem com as macroestruturas, responsáveis pela sua opressão.

A manipulação de imagem não é fato recente, no site da BBC, a matéria com o título “A manipulação de imagens pelos soviéticos, muito antes da era das *fake News*” mostra uma foto datada de 1926 que foi editada vinte três anos depois. Na primeira foto, Stalin aparece com mais três pessoas, na outra ele está sozinho. A União Soviética utilizava este artifício para reescrever a história, e demonstra a importância de apresentar um passado que não entre em conflito com o presente que se quer mostrar. No livro *1984*, a manipulação das notícias era realizada por Winston como forma de controle do passado. O Partido queria que a população acreditasse que desde que o Grande Irmão se estabeleceu no poder, a vida do indivíduo melhorou em todos os aspectos.

Dali a vinte anos, no máximo, refletiu ele, a pergunta simples “Antes da Revolução a vida era melhor que agora?” deixaria de ser respondível para todo o sempre. De fato, porém, já era irrespondível, pois alguns dispersos sobreviventes do mundo antigo eram incapazes de comparar uma época com outra. Lembravam-se de um milhão de coisas inúteis, de uma briga com um colega, a busca de uma bomba de bicicleta, a expressão no rosto de uma irmã falecida, o rodopio da poeira numa manhã de vento, setenta anos atrás: mas todos os fatos relevantes já estavam fora do alcance da sua visão. Eram como a formiga, que pode ver pequenos objetos, mas não enxerga os grandes. E quando a memória falhava, e os registros escritos eram falsificados – era forçoso aceitar a assertiva do Partido de que tinham melhorado as condições da vida humana, porque não existia, nem jamais poderia existir, qualquer padrão de comparação. (ORWELL, 2005, p.93).

O “duplipensar” também é uma forma de alienação, pois consiste em pensar em duas coisas antagônicas e encontrar verdade em ambas, mesmo sendo diferentes, ou seja, tudo que o Partido disser deve ser apreendido mesmo se não tiver coerência. Se fosse dito que dois e dois são cinco, o indivíduo deveria acreditar como uma verdade absoluta. A indiferença de

grande parte da população é o combustível para o poderio do Partido. Com ela, não há revoluções, e, ao mesmo tempo, quem ousar ser contrário é duramente reprimido e torturado.

A escolha deste objeto partiu da percepção da semelhança entre o livro *1984* e a sociedade atual. Vivemos em um mundo em que somos constantemente checados, através das câmeras, da biometria, da vigilância digital, e a explicação por trás de toda esta vigilância é a segurança. Todo este aparato tem como função garantir a nossa segurança, e estamos tão mergulhados nesta realidade, ela é tão normal que corremos o risco de não parar para refletir sobre todo este sistema.

O objetivo geral desta dissertação é estabelecer como as escolhas discursivas de Orwell podem ser pautadas nas relações entre liberdade, vigilância, efeitos de real e de ficção. Os objetivos específicos são: descrever os modos narrativo, enunciativo e descritivo em relação aos trechos do livro *1984*; analisar os efeitos de real e de ficção contidos no livro *1984*; e relacionar os termos vigilância, segurança, liberdade e estado de exceção ao contexto do livro *1984*.

A metodologia utilizada será a Análise de discurso, na linha da semiolinguística de Charaudeau. Através da análise de trechos relativos a Winston no livro *1984*, estabelecer o “contrato de comunicação”, os “sujeitos/parceiros da Linguagem” verificados quais recursos linguísticos foram utilizados e como o real e a ficção se entrelaçam em alguns momentos.

Para fazer a análise do livro *1984* é necessário estabelecer diferenças entre um texto ficcional e um texto factual. Para embasar estas diferenças conceituais, Emília Mendes (2004) formula as seguintes perguntas: Quais elementos levamos em consideração quando produzimos e/ou classificamos um texto factual ou ficcional? O que é acionado nesse processo? De que maneira indicamos que o que escrevemos ou falamos é real ou é uma simulação dessa realidade? Como sabemos se o que lemos ou ouvimos é real ou não? Seriam os dados que consideramos da realidade? A objetividade? A subjetividade? Seriam as restrições impostas pelos gêneros? Seria o estilo usado nos textos? Seria a organização discursiva: enunciação, descrição, narração e argumentação? Seria a forma de relatar o discurso? Seria o conhecimento de mundo que cada um possui? Estas perguntas serão utilizadas para ancorar a análise proposta pela dissertação.

No primeiro capítulo a teoria semiolinguística será trabalhada, com o contrato de comunicação, os efeitos de real e de ficção, ambos a partir da teoria de Patrick Charaudeau. Já a ficcionalidade terá o embasamento de Emília Mendes. O contrato de comunicação literário será exposto através de Maingueneau (2016). A análise semiolinguística do discurso é

semiótica por contemplar a intertextualidade do objeto, e é também linguística, pois a conceituação estrutural do objeto é feita a partir da linguagem. Charaudeau (2008, p. 21) afirma que “o mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação”. A partir desta constatação embasaremos parte do alicerce teórico da pesquisa.

No segundo capítulo as teorias de Bauman e Agamben serão explicitadas a partir das seguintes categorias: liberdade, público e privado, estado de exceção, vigilância e segurança. A modernidade líquida, teorizada por Bauman, será compreendida através da vigilância. O líquido é representado pela falta de durabilidade que as relações humanas e sociais se desintegram, “vivemos em um tempo líquido, nada é feito para durar” (BAUMAN, 2001, p.16).

No terceiro capítulo será abordada a análise, a partir da teoria de Charaudeau. Os modos de organização do discurso: narrativo, descritivo e enunciativo assim como os efeitos de real e de ficção servirão de base para analisar trechos do livro *1984*.

1. O Contrato de comunicação e organizações discursivas em 1984

Neste capítulo serão introduzidos os conceitos de contrato de comunicação e efeitos de real e de ficção, a partir dos preceitos de Charaudeau (2008). A teoria da ficcionalidade será apresentada por Mendes (2004) e o contrato de comunicação literário por Maingueneau (2016).

1.1. O contrato de comunicação

Um estudo que se sustenta a partir dos postulados de Patrick Charaudeau requer, antes, a referência a conceitos básicos desenvolvidos pelo próprio. Partimos, então, da consideração de Charaudeau (2008), ao afirmar que a comunicação está inserida em um espaço externo e um interno de trocas linguísticas. No que diz respeito ao espaço externo, encontram-se o sujeito comunicante e o sujeito interpretante; já no interno, há o palco das encenações do discurso, das falas e dos contratos de comunicação. A Teoria Semiolinguística considera que os sujeitos comunicante e interpretante possuem diversas identidades sociais e discursivas. A identidade social precisa ser reconhecida para, então, ser legitimada; a identidade discursiva está sempre em construção, como fundamento da identificação do sujeito. Sobre as identidades, é válido acrescentar que elas são maleáveis e se baseiam na alteridade, porque, de acordo com as novas funções desenvolvidas, a credibilidade e a legitimidade também se modificam.

A partir do que foi mencionado, podemos falar em parceiros do ato de linguagem. Eles são o locutor-emissor (que é o autor do ato de comunicação) e o interlocutor-receptor (que interpreta o discurso e tem algum tipo de reação). Ambos são sujeitos psicológicos e sociais que possuem diversos traços de identidade. O sujeito comunicante utiliza estratégias para validar o seu discurso, que pode ser através da legitimação de fala, quando ele é a voz de autoridade de um determinado assunto, ou ele pode ser regulamentado e legitimado socialmente, ou seja, o sujeito é o porta-voz de uma entidade ou grupo social. Ademais, há também os papéis que são esperados de acordo com o tipo de situação, por exemplo: em uma entrevista jornalística, espera-se que o jornalista apresente o entrevistado, faça perguntas e interaja com o público.

Considerando, ainda, uma situação comunicativa, vale destacar a existência de uma oposição entre a língua falada e a língua escrita, haja vista cada uma possuir elementos específicos que as determinam. Primeiramente, é necessário verificar se os parceiros estão

presentes fisicamente, se a forma como o canal de transmissão se constitui é oral ou gráfica e, também, verificar se é permitida a troca. A partir disso, vemos que, na modalidade em que os parceiros estão fisicamente presentes, isto é, em uma situação dialogal, há uma relação de troca, e o canal de transmissão pode ser o oral, já as reações do interlocutor são instantâneas e o locutor pode usar a entoação, os gestos e a mímica para reforçar o seu discurso. Enquanto isso, na situação monologal, os parceiros não estão presentes fisicamente e, se o contrato não permitir a troca, o canal de transmissão pode ser tanto oral quanto gráfico.

Charaudeau (2008) também propõe que o contrato de comunicação é o acordo entre indivíduos, que podem ser de uma mesma prática social e estão dispostos a chegar a um entendimento comum sobre as representações languageiras. O sujeito comunicante utiliza contratos e estratégias para que o seu projeto de fala tenha sucesso e o ato de linguagem seja eficaz. Estratégia, por sua vez, é a forma pela qual o sujeito comunicante persuade o sujeito interpretante para que ele se identifique com o tema abordado. Outra técnica utilizada é a fabricação de duas imagens, a imagem de real e a imagem de ficção. A fabricação de uma imagem de real corresponde a “uma imagem exterior ao sujeito e que teria força de lei” (CHARAUDEAU, 2008, p. 57). A fabricação de uma imagem de ficção é o “lugar de identificação do sujeito com um outro, imagem esta que constitui um lugar de projeção do imaginário desse sujeito” (CHARAUDEAU, 2008, p. 57).

Dito de outro modo, o contrato de comunicação estabelece que os sujeitos entrem em acordo sobre as representações languageiras, sendo que o sujeito comunicante utilizará acordos e estratégias para que o ato de linguagem seja considerado satisfatório. As intenções, o modo de seduzir e persuadir constituem suas estratégias comunicativas. Para Charaudeau, todo ato de linguagem é uma aventura, algo imprevisível. Dessa forma, o sujeito comunicante poderá ou não obter os efeitos desejados, haja vista o sujeito interpretante poder não ter consciência do contexto histórico do ato de comunicação e, com isso, a sua interpretação se torna incompleta.

Todos estes mecanismos de encenação podem ser mal recepcionados pelo sujeito interpretante, porque o ato de linguagem é imprevisível. E, se esse sujeito não estiver familiarizado com o contexto sócio-histórico, a sua interpretação acerca do ato de comunicação poderá ser prejudicada, porque o contrato de comunicação está determinado em circunstâncias de ordem sócio-institucional. A esse respeito, Charaudeau (2008, p. 62) considera:

Esta modalidade de definição do ato de linguagem apresenta um projeto semiolinguístico que, mesmo permanecendo no contexto de uma problemática linguageira, permite tratar os aspectos sociológicos e psicológicos dos quais a linguagem é portadora. Essa problemática está mais localizada no campo da linguagem que no campo da sociologia. Não podemos nos inscrever na afirmação sociológica segundo a qual o poder não se encontra nas palavras, mas no estatuto social das pessoas que a empregam. Em nossa concepção, as estratégias de poder exercidas em uma sociedade são resultado de um jogo de ser e de parecer entre o estatuto social dos sujeitos do circuito comunicativo (EUc/TUi) e o estatuto linguageiro dos sujeitos que a manifestação linguageira constrói (EUe/TUd).

O analista do discurso só tem à sua disposição o discurso já produzido. Ele geralmente não pode observar o processo de produção do sujeito comunicante, a menos que o investigador analise a sua prática social, portanto a análise não pode pretender alcançar toda a intenção do sujeito comunicante. Entretanto, o exame do ato de linguagem não pode levar em conta somente a intenção do sujeito comunicante. Charaudeau (2008, p. 62) propõe uma questão relativa a este processo:

Esta análise estaria fadada a somente dar conta de um único ponto de vista do sujeito interpretante, já que toda análise é interpretação. Então, tudo o que foi dito sobre os textos, tanto no passado quanto no presente, não teria valor de verdade intrínseca e seria relativo aos pontos de vista daqueles que o interpretam? Para nós este dilema não existe. Analisar um texto não é nem pretender dar conta apenas do ponto de vista do sujeito comunicante, nem ser obrigado a só poder dar conta do ponto de vista do sujeito interpretante, deve-se, sim, dar conta dos possíveis interpretativos que surgem (ou se cristalizam) no ponto de encontro dos dois processos de produção e de interpretação.

A pergunta orientadora, sugerida por Charaudeau (2008, p. 63), ao iniciar uma análise é: “quem o texto faz falar?” ou “quais sujeitos o texto faz falar?”. Nesta linha de raciocínio, teremos os possíveis interpretativos, que são testemunhas das práticas sociais de um grupo e representam as experiências vividas dos sujeitos individuais e coletivos. Estas representações, de acordo com Charaudeau (2008, p. 63), não surgem de forma aleatória, “são organizadas através de elementos linguageiros, semânticos, formais e linguísticos, objeto de análise para o analista, que são, por sua vez, compostos de várias ‘ordens de organização’”.

O locutor emprega a fala de forma estratégica, pois ele sabe das restrições inerentes a uma situação de comunicação e usa as categorias da língua através dos modos de organização do discurso. Charaudeau (2008, p. 75) resume essa situação descrevendo o possível pensamento do locutor antes de utilizar a fala: “como é que eu vou/devo falar (ou escrever), levando em conta o que percebo do interlocutor, o que imagino que ele percebe e espera de mim, do saber que eu e ele temos em comum, e dos papéis que eu e ele devemos desempenhar”. O locutor organiza seu discurso conforme sua identidade e a figura que o interlocutor representa não só para ele, como também em relação ao que já foi falado.

Para que o discurso seja concretizado, então, é preciso haver determinadas condições de existência. O lugar onde este discurso é produzido, em que as falas ressoam e os significados se apresentam fazem parte de uma situação de comunicação e se constituem como um quadro de referência. Esse quadro é restrito pelo tempo, pelo espaço e pelo tipo de relação social entre os indivíduos, sendo essas restrições limitadas pelas práticas sociais, formando assim as convenções e as normas comportamentais da linguagem, as quais são imprescindíveis para a comunicação.

Segundo Charaudeau (2006), os dados de comunicação devem ser previstos pelo locutor e interlocutor para que os dois saibam das restrições presentes na situação de comunicação, para que a cointencionalidade seja satisfeita. Nesse sentido, os conhecimentos mútuos dos parceiros da linguagem sobre as restrições da situação de comunicação fazem com que exista um acordo prévio dos dados, um contrato de comunicação que reconhece as condições e restrições da troca linguageira. Como resultado, os dados serão internos ou externos.

Os dados externos são formados por regularidades comportamentais dos indivíduos, os quais realizam fluxos que permanecem contínuos em um período de tempo demarcado, em uma prática social determinada. Esses dados estão divididos em quatro categorias: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo, sobre os quais doravante discorreremos.

A *condição de identidade* é uma categoria essencial, pois todo ato de linguagem depende dos sujeitos envolvidos. Por isso é importante saber a idade, a etnia, o sexo, além de traços sociais, psicológicos, econômicos e culturais dos sujeitos. A delimitação desses aspectos possibilita a confecção de uma resposta satisfatória à pergunta “quem fala com quem?”.

A *condição de finalidade* evidencia todo ato de linguagem partir de um objetivo, uma finalidade, ou o que se torna cristalino por meio da questão “estamos aqui para dizer o quê?”. Para responder a essa pergunta estabelece-se uma troca entre os sujeitos, na qual cada um pretende que o outro admita a sua própria intencionalidade, ou visada, conforme Charaudeau (2006). Existem quatro tipos de visadas: (I) a prescritiva, que tem a pretensão de que o outro aja de uma forma predeterminada; (II) a informativa, na qual o enunciador transmite um conhecimento que o destinatário não possui; (III) a iniciativa, a qual supõe a fala do outro como verdadeira; e o (IV) *pathos*, o qual consiste em provocar emoções, positivas ou negativas, no outro.

Já a *condição de propósito* está relacionada ao teor do conhecimento estabelecido entre os parceiros de uma troca linguageira, haja vista todo ato de comunicação estar inserido em um tema específico. “Do que se trata?” é a pergunta evocada por essa categoria inerente aos dados externos. Este conteúdo deve ser de conhecimento prévio entre os parceiros, para que essa condição oportunize o risco de a comunicação não surtir o efeito pretendido.

A *condição de dispositivo*, por fim, é o ambiente em que o ato de comunicação se propaga. As perguntas que exemplificam esta categoria são “em que ambiente se inscreve o ato de comunicação? que lugares físicos são ocupados pelos parceiros? que canal de transmissão é utilizado?”. Em algumas ocasiões, o dispositivo é realizado de forma minuciosa, como em uma entrevista televisiva.

Os dados internos, por sua vez, são os discursivos. Eles estabelecem os comportamentos dos parceiros, os papéis linguageiros e as formas verbais. De forma contínua, é preciso perceber como acontecem as trocas entre os parceiros, quais são as restrições discursivas do ato de comunicação, para, então, estabelecer estes dados, os quais se dividem em três espaços de comportamentos linguageiros, a saber: o espaço de locução, o espaço de relação e o espaço de tematização.

No espaço de *locução*, o emissor deve deixar claro o motivo de iniciar a fala, deve se identificar com o destinatário, ao mesmo tempo em que se impõe como falante. Já o *espaço de relação* estabelece o tipo de convivência entre o emissor e o destinatário, que pode ser agressivo, harmônico, excludente ou inclusivo. Enquanto isso, o *espaço de tematização* é o local onde se estabelecem os temas e as restrições comunicacionais propostas pelos parceiros. Significa dizer que o emissor, além de propor o tema, irá escolher o modo de intervenção e o modo de organização discursiva, que pode ser descritivo, narrativo ou argumentativo.

Charaudeau (2006, p. 71) pontua que “nenhum ato de comunicação está previamente determinado”. Ou seja, mesmo que haja um contrato preestabelecido, ele também permite que o sujeito exerça sua margem de manobra no projeto de fala. Se, no contrato de comunicação, são estabelecidas as restrições discursivas, no projeto de fala, existe um espaço de estratégia, no qual os dois se completam e fazem que “todo ato de linguagem seja um ato de liberdade, sem deixar de ser uma liberdade vigiada” (CHARAUDEAU, 2006, p. 71).

No que diz respeito à obra em estudo, a realidade ficcional de *1984* se pauta em uma tentativa constante de construção e controle da verdade por parte dos recursos midiáticos, políticos e econômicos nessa sociedade, a qual parece encarnar um *reality show* constante da vida real, eliminando ao extremo o espaço da liberdade e hipertrofiando os mecanismos de segurança. A anulação das variações individuais, bem como de suas escolhas em relação aos

seus percursos em sociedade, acaba por criar uma sociedade com características quase instintivas ou robotizadas, para nos utilizarmos de duas figuras paralelas à espécie humana. Para tanto, há uma hipertrofia dos aparelhos burocráticos de controle, os quais criam uma sociedade hiperpanóptica, adensando a realidade descrita por Foucault (1997) no que concerne ao sistema prisional. Logo, a relação intrínseca entre anulação da privacidade – tudo é de interesse público – e controle das mentalidades – os desejos e intenções devem ser controlados em todas as suas possibilidades de manifestação – parece ser o ponto de convergência entre aquilo que ficara conhecido como “sociedade orwelliana” e a sociedade contemporânea, hipermediatizada, hiperconsumista e hipercontrolada.

No que tange às características literárias da narrativa, verificamos que todo o enredo de *1984* é narrado em terceira pessoa. Além disso, o texto segue uma ordem temporal cronológica e apresenta um narrador onisciente, de modo que sabe tudo o que acontece na trama e descreve os acontecimentos de acordo com o personagem principal, Winston Smith. O narrador descreve as ações das personagens, interessando-nos, em especial, a exposição dos pensamentos de Winston no texto, assim como suas angústias, seus medos, seus conflitos internos. Esses pensamentos constituem-se como parte importante da obra, pois são subversivos e passíveis de punição. Essa é, inclusive, a única tentativa de subversão do sistema, haja vista o pensamento não ser totalmente controlado. Como ninguém consegue fingir o tempo todo, qualquer desliz, o mínimo que seja, pode denunciar uma subversão ao Partido.

A relação entre a coação e a liberdade é levada ao máximo na construção dessa narrativa, o que nos leva a algumas reflexões: isso apontaria para uma zona possível de não controle do sistema político – ou outros sistemas sociais – sobre os indivíduos? Há algo que sempre falha na produção da linguagem? A margem de manobra dos indivíduos é incontornável? O real e o ficcional podem ser controlados completamente de acordo com as intencionalidades dos indivíduos e/ou de uma entidade social? Essas são questões importantes para se pensar, considerando o contexto literário da sociedade traçada na obra orwelliana – tornada canônica no campo das distopias contemporâneas –, levando-nos a analisá-la pelo viés semiolinguístico. Para tanto, decidimos avaliar a forma pela qual os modos de organização textual no romance contribuem para a construção dessa realidade ficcional ou dessa ficção realista.

No tocante à fabricação de uma imagem de real, podemos afirmar que ela se estabelece primeiramente no local onde ocorre a trama, Londres. Outrossim, há o totalitarismo descrito no livro, que se assemelha ao nazismo, ao comunismo e, também, ao stalinismo,

vivenciados na Europa da época. Além disso, a vigilância irrestrita parece-se com a que ocorre na vida cotidiana atual: câmeras no interior dos edifícios, prédios governamentais, lojas, ruas, aeroportos; ainda que este tipo de vigilância não fosse comum nos anos em que George Orwell escreveu e publicou o livro, entre 1948 e 1949.

Já em relação à fabricação da imagem de ficção, percebe-se que ela é a identificação que o sujeito tem a partir do seu imaginário (CHARAUDEAU, 2008). Quando Orwell escreveu *1984*, a internet não existia e as câmeras presentes no cotidiano não eram tão frequentes. Entre os anos de 1922 a 1927, George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur Blair, esteve a serviço do império britânico em Burma. A experiência como representante do poder imperialista fez com que ele se familiarizasse com os mecanismos disciplinadores adotados pela Inglaterra na Índia. Em 1928, o escritor viveu em Paris, período em que teve contato com os ideais socialistas, vivenciado como mendigo em Paris e Londres. Acerca dessa experiência, escreveu o livro *Na pior em Paris e Londres*, publicado em 1933. Em 1937, atuou como repórter e participou de forma ativa na Guerra Civil Espanhola, filiando-se a um partido político com inclinação marxista anti-stalinista. Eric testemunhou a tomada de poder dos grupos comunistas e nazistas, com a extinção dos partidos políticos e perseguição dos opositores. Em 1945, ele publicou o livro *Revolução dos bichos* e, alguns anos depois, *1984*, como uma forma de alertar as futuras gerações dos perigos do totalitarismo. O próprio autor buscou explicitar seu objetivo ao escrever o livro, quando afirmou:

O meu ponto de partida é sempre um sentimento de partilha, uma noção de injustiça. Quando me sento para escrever um livro, não digo para mim ‘vou produzir uma obra de arte’. Escrevo porque existe alguma mentira para ser denunciada, algum fato para o qual quero chamar atenção, e acredito sempre que vou encontrar quem me ouça. Mas não seria capaz de escrever um livro ou um longo artigo de revista se não existisse nisso também uma experiência estética. (...) Se você quer uma imagem do futuro, imagine uma bota prensando um rosto humano para sempre (ORWELL *apud* OXLEY, 1967, p. 11).

De acordo com Charaudeau (2008, p. 75), para estabelecer uma estratégia na encenação, algumas perguntas devem ser respondidas: “Como é que vou/devo falar (ou escrever), levando em conta o que percebo do interlocutor, o que imagino que ele percebe e espera de mim, do saber que eu e ele temos em comum, e dos papéis que eu e ele devemos desempenhar?”. Só quem poderia responder estas perguntas era o autor, porém supomos que Orwell previa uma certa expectativa em relação aos seus interlocutores, como, por exemplo, que eles tivessem vivenciado ou que soubessem sobre o totalitarismo. Ademais, os interlocutores poderiam ter em mente que o autor era contrário aos governos totalitários, e, como posicionamento comum, que interlocutor e autor seriam críticos desses modelos. Por

outro lado, a organização do discurso depende da identidade do locutor, da imagem que ele possui do seu interlocutor e do que já foi dito.

Para que o contrato de comunicação aconteça, é preciso que os componentes presentes na situação de comunicação estejam pontuados. Segundo Charaudeau (2008), os parceiros do ato de linguagem são seres sociais e psicológicos, externos ao ato de linguagem, apesar de estarem inscritos nele. Machado e Mendes (2013) fazem uma releitura da proposta de Charaudeau (2008) para a situação de comunicação aplicada a textos literários e ficcionais, mas que também pode ser usada para textos factuais. Nesse novo modelo, a presença do *scriptor* entre os sujeitos da linguagem e do *lector* buscam trazer camadas de identidade aos sujeitos e aos protagonistas.

O primeiro sujeito a ser analisado é o eu o *scriptor*, produtor do ato de comunicação e representado pela figura do autor. Eric Arthur Blair, na figura de George Orwell, era jornalista e escritor. Nasceu em 25 de junho de 1903, em Motihari, Índia Britânica, numa família de classe média inglesa. No que diz respeito às características físicas, os parceiros não estão presentes fisicamente. O outro parceiro é o *lector*, que interpreta o discurso do sujeito comunicante, no caso aqui representado são os leitores do livro *1984*.

Nesta pesquisa não analisaremos o tu interpretante. O eu enunciador é composto pelo narrador e os personagens; já o eu enunciador narrador estará implicado no tu destinatário. Para cada personagem e troca, um quadro deste será representado. O canal de transmissão é gráfico, pois se trata de um livro. O contrato não permite a troca dialogal, visto que entre os parceiros não há diálogo direto, porque os sujeitos não estão face a face; portanto, o contrato é uma situação monologal, o que significa que o locutor não sabe as reações do interlocutor. Os rituais de abordagem são o título, *1984*, o nome do autor, George Orwell, e a abertura do livro, o início da história:

Era um dia frio e ensolarado de abril, e os relógios batiam treze horas. Winston Smith, o queixo fincado no peito numa tentativa de fugir ao vento impiedoso, esgueirou-se rápido pelas portas da Mansão Vitória; não porém com rapidez suficiente para evitar que o acompanhasse uma onda de pó áspero (ORWELL, 2005, p. 5).

É esperado que determinado parceiro assuma um papel, de acordo com o contrato estabelecido. No caso do livro *1984*, há a expectativa de ler um romance que aborde o futuro, a vigilância, o estado totalitário. O leitor dos idos de 1948 tem uma expectativa diferente do leitor atual, principalmente no que diz respeito à vigilância, devido aos aparatos técnicos de cada época. Assim como o papel exercido por George Orwell como sujeito de seu tempo, que vivenciou os sistemas totalitários nazistas e comunistas.

No modelo do contrato, os sujeitos do discurso, chamados por Charaudeau (2008) de “protagonistas”, são seres discursivos, internos. A partir dessa noção, podemos repensar Winston Smith, personagem principal de *1984*. Ele é o sujeito enunciador “funcionário público”, Winston trabalhava no Departamento de Documentação do Ministério da Verdade e a sua função era retificar textos de jornais e revistas, entre outros documentos históricos, de acordo com as orientações do Partido. A sua função não era de destaque, ele era apenas um funcionário de baixo escalão que tinha que obedecer a uma forte hierarquia. Winston só estava acima dos “proles”, que representavam a maioria da população, e possuíam uma vida sem regalias e sem poder. Desde o início da narrativa é possível perceber a insatisfação de Winston com a sociedade de controle, representada pelo Grande Irmão, líder da revolução que instaurou a presença de um só partido, o *Ingsoc*, termo em novilíngua que significa “socialismo inglês”.

1.2. Efeitos de real e de ficção

Charaudeau (2008) considera que os efeitos de realidade e de ficção devem ser estudados juntos, pois a alternância entre os dois é o que interessa para a análise. O autor afirma que a maior parte dos textos do gênero fantástico, que são os textos de ficção, possui uma alternância entre o mundo real e o mundo fantástico. Este efeito também pode ser verificado em textos realistas que utilizam a subjetividade do autor, que o estudioso chama de efeito de subjetividade objetivada.

Considerando o ato de linguagem perpassado por efeitos de real e de ficção, Charaudeau (2008, p. 95) declara a existência de duas cenas:

- Nossa hipótese é a de que esses efeitos de fala – por mais diversos que eles sejam – e os meios que permitem engendrará-los contribuem para criar dois espaços cênicos da linguagem:
- uma cena de ficção pontuada por todos os procedimentos discursivos que produzem efeito de ficção.
 - uma cena de real localizada por todos os procedimentos discursivos que produzem efeito de real.

Charaudeau (2008) classifica os procedimentos discursivos de efeito de ficção de acordo com as seguintes variações: de distância no tempo e no espaço; de desproporções das dimensões; de desproporções das quantidades e de desproporções de noção. Mendes (2004, p. 164), em conformidade com Charaudeau (2008), estabelece que os procedimentos discursivos de efeito de real podem se apresentar sob diferentes formas:

(a) Figura do tangível – permitiria verificar o real através dos sentidos (olfato, tato, visão, etc.); estabeleceria um contato direto com o mundo que engendra o mito do testemunho do espectador.

(b) Figura da experiência – que permitiria verificar o real a partir de uma vivência própria ou da de alguém; partilhar do vivido.

(c) Figura do dizer – que constrói lugares de evidência, alguns institucionalizados (dicionários, por exemplo), outros registrados na memória coletiva e configurados em provérbios, máximas, expressões idiomáticas, estereótipos, enfim, toda fala que tenha um valor de aforismo.

(d) Figura do saber – mais ou menos codificada pelas ciências, representa as técnicas que permitiriam construir e verificar o verdadeiro pelo raciocínio; é o mundo do inteligível estruturado pela racionalidade.

(e) Figura do fazer – representa a fala injuntiva e/ou performativa que institui a verdade do dizer pela verdade do fazer que o acompanha (é uma das chaves do discurso totalitário).

Mendes (2004) pontua que esta divisão entre os efeitos de real e de ficção é tênue, pois algumas características podem ocorrer nas duas situações. Os efeitos podem ser delimitados de acordo com as características da abordagem semiolinguística, mas o que realmente identifica, segundo a autora, são as nossas competências acerca dos gêneros discursivos, dos intra e interdiscursos, de dados sociais e, dentre outros, históricos.

Para reconhecer os efeitos de real e de ficção, faz-se necessária a caracterização de suas competências em esferas, compreendidas por Charaudeau (2001)⁴ como situacional, discursiva e semiolinguística. A *competência situacional* determina que o sujeito comunicante construa seu discurso de acordo com as identidades do parceiro, da finalidade, da proposição e das circunstâncias materiais; por isso, essa competência tem o papel de construir o discurso, e, para que o sujeito reconheça o discurso ficcional, ele tem que saber sobre a estrutura do texto. Já a *competência discursiva* pressupõe que tanto o sujeito que comunica quanto o sujeito que interpreta devem estar cientes dos procedimentos da encenação discursiva, a partir das restrições do quadro situacional. Portanto, a competência discursiva é responsável pelo reconhecimento da produção e da recepção dos sujeitos enunciador e destinatário, além de possibilitar a percepção dos modos de organização do discurso e, por conseguinte, reconhecer os estatutos ficcional e factual. Nessa esfera, a interdiscursividade é percebida e também delimita o ficcional e o real. Por fim, na *competência semiolinguística*, ocorre a composição textual e paratextual, bem como a construção da gramática. Além destes elementos, é exigido dos sujeitos enunciador e destinatário a interpretação e o reconhecimento dos signos.

As três competências respondem pela percepção do sujeito nos itens explicitados por Mendes (2004, p.170): “de onde se fala, o discurso que se produz e o objeto que seria o canal

⁴ O texto em questão não tem uma referência precisa, foi enviado pelo autor ao Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG.

por onde os dois itens anteriores perpassariam”. No que diz respeito à ficcionalidade, a identificação da simulação é primordial para uma boa compreensão.

1.3. A ficcionalidade na Teoria Semiollingüística

A ficcionalidade é o processo que ocorre para a construção do produto: a ficção. Nesse sentido, faz-se necessário compreender como é a estrutura da ficcionalidade para ordenar as restrições e estabelecer o estatuto de um texto. Como integrante da comunicação, a ficcionalidade está presente em diferentes graus, pode ser preponderante ou apenas servir como um auxílio. Os dados internos do discurso são utilizados para classificar o estatuto, embora este seja externo, sendo necessário entender os processos da ficcionalidade e suas restrições para, posteriormente, estabelecer o estatuto de um texto, que pode ser ficcional, factual ou não-factual.

Mendes (2004, p. 116) considera que a ficcionalidade está presente na comunicação e pode “ocorrer em maior ou menor grau em qualquer gênero do discurso”. A pesquisadora explica, ainda, alguns conceitos que são chave para o entendimento acerca da ficcionalidade:

- i. A ficção é a simulação de uma situação possível, seja ela de ordem semiollingüística, discursiva (em termos de modo de organização do discurso), psicossocial ou espacial.
- ii. A ficcionalidade é o mecanismo de produção da ficção, ou da ativação da ficção – seria algo como uma “*mise em fiction*”, por assim dizer. A ficcionalidade pode perpassar qualquer gênero do discurso e pode alterar ou não o estatuto de um texto. Tal alteração dependerá do intuito com o qual a ficcionalidade for utilizada – podendo estar presente em maior ou menor escala. Devemos dizer que o estatuto é externo ao gênero, isto é, encontra-se em um nível situacional já que é o resultado da união de várias das condições de funcionamento da genericidade. Estatutos podem ser classificados em: ficcional, factual e não-factual. Já a ficcionalidade pode ser tanto interna quanto externa ao gênero.
- iii. O fato está ligado às ações, aos eventos, à existência e demais situações com as quais temos contato, que vivenciamos ou somos testemunhas em nosso cotidiano. Tais situações podem ser de ordem subjetiva ou objetiva.
- iv. A factualidade é o mecanismo de produção do fato, ou seja, ela permite o reconhecimento de uma situação possível. Assim como a ficcionalidade, a factualidade pode perpassar qualquer gênero e pode alterar ou não o estatuto de um texto.
- v. “Ficcional” é a classificação dada ao estatuto de um texto em que há predomínio de simulação de situações possíveis.
- vi. Factual é a classificação dada ao estatuto de um texto em que há predomínio de situações possíveis.
- vii. A verdade, grosso modo, é um conjunto de situações factuais.
- viii. A mentira é não-factual, é de ordem ética e é contrária à verdade. Podem existir conjecturas em que é usada como um recurso da polidez, nesse caso, está bem próxima da ficcionalidade (MENDES, 2004, pp. 117-8).

Mendes (2004) defende, ainda, que a ficcionalidade não está presente da mesma forma em todos os gêneros do discurso, classificando a ficcionalidade a partir de três tipos:

constitutiva, colaborativa e predominante. A primeira não determina o estatuto do texto pelo fato de estar fora do discurso. Uma das formas de utilização da língua é a representação de objetos. A palavra, por exemplo, representa coisas que existem no mundo; a partir deste pressuposto, “a ficcionalidade é inerente à língua, pois é um elemento que é interno à operacionalização da mesma” (MENDES, 2004, p. 132). Já a segunda das ficcionalidades não muda o estatuto do texto, apesar de haver efeitos de real e de ficção. Por fim, na *ficcionalidade predominante*, os efeitos de real e de ficção estão presentes e ela está inserida nos gêneros textuais que possuem o estatuto ficcional.

Todavia, como o estatuto ficcional pode ser definido em um determinado gênero? Para responder a esta pergunta, Mendes (2004, pp. 143-144) utiliza o alicerce teórico de Charaudeau (2008), estabelecendo as seguintes condições contratuais:

- (a) Domínio de referência – é onde temos representações tipificadas do saber: jurídico, político, científico, estético, etc.
- (b) Instituição social – é o campo das estruturas sociais estabelecidas pela tradição: literatura, teatro, jornal, televisão, etc.
- (c) Identidades sociais – seriam de ordem sócio-profissionais: médico, professor, ator, escritor, jornalista, dramaturgo, entre outros.
- (d) Formas de troca – têm natureza interacional. É onde temos retratados os sujeitos do ato da linguagem.
- (e) Dados periféricos – seriam dados que auxiliariam na compreensão do contrato situacional, mas que sozinhos não seriam suficientes para estabelecê-lo: paratextos (título, sub-título, prefácio, índice, entre outros), gêneros textuais, dados icônicos do tipo: aspas, negritos, etc.

Esses dados contribuem para a classificação do estatuto ficcional de um texto, entretanto Mendes (2004) considera que os gêneros não são puros, visto que neles se encontram efeitos de real e efeitos de ficção e que os estatutos são variáveis, de modo que algo pode ser aceito como factual e posteriormente se transformar em ficcional, de acordo com a situação de comunicação.

Para finalizar, a situação pode ser factual, ficcional e possível. A *situação factual* é complexa para ser descrita, já que o real não é um valor absoluto – o que é real para uma sociedade pode não ser para outra. Acerca disso, Charaudeau (1995) considera a existência de uma dependência entre as identidades dos parceiros, a situação de comunicação, a finalidade da troca, bem como as circunstâncias materiais do espaço. Enquanto isso, a *situação ficcional* se constitui como a simulação do que ocorre factualmente, é um processo que toma a verossimilhança como parte do processo, pois a ficção é criada a partir de um pressuposto real, não existe nada puramente ficcional. Já a *situação possível*, por último, é delimitada

pela restrição da situação de comunicação e pode ser entrelaçada pela factualidade ou ficcionalidade.

1.4. O contrato de comunicação literário

No que diz respeito ao contrato de comunicação literária, Maingueneau (2016) diferencia três cenas de enunciação: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A cena englobante determina o tipo de discurso. No caso de *1984*, o discurso é literário, assinado por um pseudônimo e, por isso, trata-se de uma ficção, mais especificamente ficção de uma sociedade futura. Seus personagens principais são Winston Smith, o Grande Irmão, Júlia e O'Brien. O lugar que se constitui como ambiente da narrativa é Londres, tendo *1984* como marcador temporal.

A cena genérica relaciona as expectativas do público e do autor, e precisa responder as perguntas, “quais são os participantes, o lugar e o momento necessários para realizar esse gênero? Quais são os circuitos por que ele passa? Que normas presidem ao seu consumo?” (CHARAUDEAU, 2008, p. 251). Para responder a essas perguntas, utilizaremos o contexto histórico vivido por Eric Blair. Os participantes são o escritor e o público, e o momento é o pós segunda guerra mundial; os circuitos são o perigo que o totalitarismo exerce na sociedade; e as normas de consumo são estabelecidas pela comunicação de massa, no caso o livro impresso. Assim, podemos dizer que a cena genérica é o “romance”. A cenografia corresponde ao que a obra representa e a sua justificativa para tal. A obra representa uma crítica ao totalitarismo e a sua justificativa é alertar as gerações futuras do perigo dos regimes totalitários, de como a liberdade pode ser cerceada em nome da segurança e como a falta de privacidade interfere na vida do indivíduo. Por ser uma distopia, o alerta ainda é mais claro, dado o final essencialmente pessimista.

A cenografia em *1984* é a distopia, que utiliza subterfúgios, para legitimar as suas cenas, como, por exemplo, os antiespelhos, que correspondem à estratégia discursiva mais usada no livro, cenas que contrastam com outras cenas, denominado por Maingueneau (2016, p. 257) de “estratégia de subversão, uma paródia em sentido amplo: a cena subvertida é desqualificada através de sua própria enunciação”. Em *1984*, o personagem Winston tem um pensamento contrário ao de O'Brien, como pode ser visualizado no trecho a seguir:

(...) Compreendes bem que o Partido se mantém no poder. Agora dize-me por que nos agarramos ao poder? Vamos, fala – acrescentou, vendo que Winston se calava.

(...) - Vós nos governais em nosso próprio benefício – disse, com um fio de voz. - Acreditais que os seres humanos não têm a capacidade para se governar e por isso...
 (...) - Eu responderei a minha pergunta. O Partido procura o poder por amor ao poder. Não estamos interessados no bem-estar alheio; só estamos interessados no poder. Nem na riqueza, nem no luxo, nem em longa vida de prazeres: apenas no poder, poder puro.

O que significa poder puro já compreenderás, daqui a pouco. Somos diferentes de todas as oligarquias do passado, porque sabemos o que estamos fazendo. Todas as outras, até mesmo as que se assemelhavam conosco, eram covardes e hipócritas. Os nazistas alemães e os comunistas russos muito se aproximaram de nós nos métodos, mas nunca tiveram a coragem de reconhecer os próprios motivos. Fingiam, talvez até acreditassem, ter tomado o poder sem querer, e por tempo limitado, e que bastava dobrar a esquina para entrar num paraíso onde os seres humanos seriam iguais e livres. Nós não somos assim. Sabemos que ninguém jamais toma o poder com a intenção de largá-lo. O poder não é um meio, é um fim em si. Não se estabelece uma ditadura com o fito de salvar uma revolução; faz-se a revolução para estabelecer a ditadura. O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo da tortura é a tortura e o objetivo do poder é o poder. Agora começa a me compreender? (ORWELL, 2005, pp. 250-252)

Nesses trechos, é possível perceber que as convicções de Winston e O'Brien são contrárias. Enquanto Winston acredita que o Partido busca o poder como forma de promover o bem-estar da população, O'Brien considera que o Partido busca o poder com o objetivo de se perpetuar no poder. Os antiespelhos são utilizados para contrastar as duas cenas. Orwell (2005) comparou a ditadura do Grande Irmão com fatos da realidade ao citar os casos nazistas e comunistas, como uma forma de aproximar a ficção da realidade, ou seja, o texto utilizou a história da humanidade para basear a sua cenografia (MAINGUENEAU, 2016).

Além disso, a obra *1984* é um exemplo profícuo de distopia, que vem a ser o contrário da utopia e, por isso, caracteriza-se pelo pessimismo diante do futuro. Naturalmente, isso se deve a eclosão de duas guerras mundiais, que mobilizou uma frustração em relação não só ao presente, como também ao futuro. Apesar de ter sido escrito em 1948, o livro ainda é bastante atual com suas descrições sobre o controle em sociedades vigiadas, como as sociedades contemporâneas. Nesse sentido, podemos resgatar Maingueneau (2016, p. 291) que compara o texto à transparência do vidro para demonstrar que os dois são contrários:

A reflexividade essencial da enunciação literária faz com que o texto não mostre um mundo como o faria o vidro idealmente transparente cuja existência se pudesse esquecer; o texto só faz isso interpondo tacitamente a cena de enunciação, que, por sua vez, não pode ser totalmente representada mesmo em tentativas tão radicais de tornar o enunciado e a enunciação espelhos um do outro quanto as de Mallarmé. A obra literária tem a seu cargo não apenas construir um mundo, mas também gerir a relação entre esse mundo e o evento enunciativo que o apresenta. Como todo texto que advém de um discurso constituinte, a obra tematiza, ora de maneira oblíqua, ora de maneira direta, suas próprias condições de possibilidade. Evidenciar essa “duplicidade” constitutiva não é mostrar alguma coisa fora do comum, mas identificar a mancha cega que torna possível a obra.

Portanto, o texto de uma obra literária não é claro e óbvio como a transparência do vidro, ele possui um discurso, é por vezes oblíquo, direto, a partir das cenas de enunciação que são únicas em cada obra. *1984* é direto na sua crítica contra o totalitarismo e oblíquo na forma em que o personagem principal da trama, Winston Smith, tenta se rebelar, porém vai de encontro a um sistema que ele não consegue combater. A obra é uma espécie de aviso: olha, se não tivermos cuidado, poderemos viver uma sociedade totalitária, não aos moldes de *1984*, mas com a liberdade sendo cerceada em nome de uma segurança difícil de mensurar e alcançar. Em um mundo globalizado, é difícil prever, por exemplo, quando e onde será o próximo atentado terrorista. Não se pode cruzar os braços, mas ao mesmo tempo esta cultura de revide não ajuda em nada a solucionar o problema.

Já no que tange à enunciação, Maingueneau (2016) considera que seu implícito só é percebido quando ocorre uma tensão. O implícito da enunciação diz respeito ao ato de comunicação, a partir de uma ordem ou afirmação. Há vários momentos de tensão no livro de Orwell, como, por exemplo, a inadequação de Winston Smith à extrema vigilância do Partido, quando ele se dá conta de que a adoração que sentia em relação ao Grande Irmão na verdade era ódio. Outro momento de tensão é quando Winston declarou que estava disposto a fazer tudo pela fraternidade, quando estava totalmente imerso nessa possibilidade de contra poder, em que a revolução era possível e, enfim, a derrocada do Partido poderia ser visualizada. Eis que o personagem é preso, levado ao Ministério do Amor, interrogado e torturado.

O livro denuncia o poder político irrestrito, imoral, totalitário e ao mesmo tempo afirma esse próprio poder através do personagem principal, que luta para desestabilizar o Partido, mas no final é derrotado, torturado, pois nada pode ser feito para mudar essa realidade. É possível perceber uma espécie de denúncia, se o futuro chegar a esse ponto crítico pode ser tarde demais.

Maingueneau (2016, p. 295) cita a fábula de La Fontaine, “O lobo e o cordeiro” que se inicia da seguinte forma: “A razão do mais forte é sempre a melhor”. Esta máxima também prevalece no trecho a seguir, uma conversa entre Winston Smith e O’Brien:

Por um momento, Winston ignorou o mostrador. Fez um violento esforço para se sentar e só conseguiu retorcer o corpo dolorosamente.
 - Mas como podes controlar a matéria? – explodiu. - Não consegues nem dominar o clima nem a lei da gravidade. E há a doença, a morte, a dor...
 O’Brien calou-o com um gesto.
 - Controlamos a matéria porque controlamos a mente. A realidade está dentro da cabeça. Aprenderás aos poucos, Winston. Não há nada que não possamos fazer. Invisibilidade, levitação... tudo. Eu poderia flutuar no ar, como uma bolha de sabão, se quisesse. Mas não quero, porque o Partido não o deseja. Deves abandonar essas ideias do século dezenove a respeito das leis da natureza. Nós fazemos as leis da natureza! (ORWELL, 2005, pp. 252-253).

Como O'Brien se encontrava em uma posição hierárquica superior a Winston, sua razão prevalecia, mesmo sem conter um sentido lógico. No livro, a hierarquia se estabelece primeiramente com o Partido interno, depois o Partido externo e por último os "proles".

Como vimos, o contrato de comunicação é um acordo que pode ser exercido através de estratégias, dentre elas, a fabricação de uma imagem de real e uma imagem de ficção. Veremos, no capítulo seguinte, os conceitos de Bauman (1989, 2001, 2006, 2011, 2014) acerca da liberdade, do público e do privado e da vigilância. E a teoria de Agamben (2004) acerca do estado de exceção.

2. A LIBERDADE E O ESTADO DE EXCEÇÃO EM TEMPOS DE VIGILÂNCIA

Neste capítulo, os conceitos de Bauman (1989, 2001, 2008, 2014) e Agamben (2004) servirão de base teórica para os exemplos do livro *1984*. A falta de liberdade, a vigilância extrema, o estado de exceção descritos no livro *1984* também é apresentado pelos autores como um reflexo da sociedade atual.

2.1. Liberdade e segurança: um paradoxo humano

Entre os termos difíceis de se conceituar num dado idioma, encontra-se “liberdade”. Assim começa a reflexão do sociólogo polonês Bauman (1989). Por ser uma palavra tão comum no cotidiano, muitas vezes não nos permitimos um exame aprofundado do seu significado. A expressão “vivemos em um país livre”, por exemplo, faz parte do senso comum e determina que tanto o indivíduo quanto o país que ele reside são, supostamente, livres. Se não nos aprofundarmos e fizermos questionamentos, o sentido se encerra com a significação acima. Mas que tipo de liberdade é essa?

Bauman (1989) afirma que nós não percebemos as nossas convicções atreladas à sociedade em que vivemos. Essa convivência em comunidade, por sua vez, é regida por determinadas leis que instituem os direitos e deveres do indivíduo e o faz responsável por suas ações. O autor sugere, então, que essa experiência segue determinados padrões e certa regularidade na sociedade. Entretanto, é de se perguntar: se o indivíduo é livre, como é explicada esta regularidade? Quais condições devem ser reunidas para que indivíduos livres sigam uma determinada direção?

Nesse sentido, Bauman (1989) afirma a existência de uma pressão externa, a qual seria responsável por limitar a vontade individual a partir de duas frentes. A primeira é a “coação externa”, um elemento da realidade exterior capaz de determinar se a ação do indivíduo é possível ou não. Aqui, o sujeito é livre para agir, porém se sua ação não estiver de acordo com o poder estabelecido, não poderá ser concretizada. Já a segunda corresponde à força regulamentadora que é interiorizada pelo indivíduo, que poderia ser chamado de ideologia ou tradição. Essas duas vertentes são responsáveis pela regularidade da sociedade, pois o indivíduo age de acordo com as limitações impostas pela pressão externa.

Em *1984*, a liberdade do indivíduo é mínima. Ele é vigiado dia e noite, com câmeras instaladas nas residências e em toda a cidade, as teletelas. Também não possui o direito de

escolher o cônjuge ou o de se posicionar contra o governo. No livro de Orwell (2005, p. 202-203), a falta de liberdade é narrada da seguinte maneira:

O membro do partido vive, do berço à cova, sob os olhos da Polícia do Pensamento. Mesmo quando está sozinho jamais pode ter certeza do seu isolamento. Onde quer que esteja, dormindo ou acordado, trabalhando ou descansando, no banho ou na cama, pode ser examinado sem aviso e sem saber que o examinam. Nada do que ele faz é indiferente. Suas amizades, seus divertimentos, sua conduta em relação à esposa e aos filhos, a expressão de seu rosto quando está só, as palavras que murmura no sono, e até os movimentos característicos do seu corpo, é tudo cuidadosamente analisado. É certo que descobrem não apenas as mais minúsculas infrações, como qualquer excentricidade, por pequena que seja, qualquer modificação de hábitos, qualquer maneirismo nervoso que possa ser o sintoma de uma luta íntima. Não tem liberdade de escolha em direção alguma.

Bauman (2011) cita Freud ao escrever que a civilização é uma troca, damos algo de determinado valor e recebemos algo cujo valor é outro. O autor demonstra essa premissa com a relação entre segurança e liberdade, a partir da qual, podemos inferir o seguinte: quanto mais liberdade um indivíduo tem, mais ele abre mão de sua segurança; do mesmo modo, quando tem mais segurança, mais ele abdica de sua liberdade. No entanto, a liberdade sem segurança é tão ameaçadora quanto a segurança sem liberdade. Essa circunstância produz uma tensão entre dois polos opostos que deve ser suplantada com a tentativa de manutenção de equilíbrio, haja vista as duas serem essenciais para a vida em sociedade. O autor reforça a importância do equilíbrio entre os dois, ao afirmar que “segurança sem liberdade é escravidão e liberdade sem segurança é um completo caos”, ainda que nenhuma sociedade na história tenha conseguido o equilíbrio perfeito entre os dois.

O conceito de liberdade se torna mais claro quando a opressão é experimentada, então, determinados tipos de liberdade são almejados de acordo com as coerções sofridas. A liberdade total não pode ser vivenciada, pois vivemos em sociedade e ela é regida por leis e regras sociais em sua organização. Se a liberdade total não é possível de ser experimentada, Bauman (1989) sugere, contudo, que uma forma mais tênue desta experiência é a privacidade. Através da privacidade, o indivíduo pode fazer determinadas coisas, em lugares específicos, sem ser observado. Essa privacidade não pode ser total, porque os indivíduos se relacionam socialmente; além disso, ela pode ser cerceada em ambientes como prisões, hospitais e clínicas psiquiátricas, por exemplo.

Bauman (1989) considera, ainda, que a liberdade tem relação estreita com o individualismo, a economia de mercado e o capitalismo. O individualismo se marca por duas nuances, aquela que é natural do indivíduo e a que tem que ser legislada pelas autoridades em nome do bem estar comum, com a ressalva de que o ser humano não pode ser visto fora da

sociedade. Por mais independente que ele seja, dependerá, em maior ou em menor grau, dos recursos sociais.

2.2 O tênue limiar entre o público e o privado

A partir da noção sobre liberdade acima, podemos realizar um adendo às noções de público e privado, verificando um tênue limiar entre os dois aspectos, principalmente porque o público e o privado estão cada vez mais homogêneos e, por isso, é mais difícil distingui-los. Certa vez, em uma entrevista, Bauman (2011) disse que colocamos microfones nos confessionários. Isso significa que a nossa privacidade tem sido exposta nas redes sociais, por nós mesmos ou por outras pessoas. Nossa imagem é gravada por vídeos presentes em condomínios, ruas, lojas, prédios governamentais; o *Google* grava nossas buscas na internet para nos direcionar para propagandas específicas; no *Facebook*, é comum tornarmos público o que antes estava na esfera do privado.

A vigilância também é uma forma de aumentar o alcance da publicidade e, por conseguinte, do consumo: *sites* como a *amazon*, o *google* e o *facebook* monitoram os usuários e, de acordo com suas buscas pela internet, os direcionam para publicidades personalizadas. Esta coleta de dados permite a criação de perfis de consumo para cada indivíduo e exclui aqueles que não têm poder aquisitivo. As empresas comerciais, assim como as agências militares, buscam as tecnologias mais avançadas para a coleta de dados e categorização dos indivíduos, um com o intuito comercial e o outro, com o militar (BAUMAN, 2014).

Além dessa monitoração exterior, existe também o que publicamos em redes sociais, aspectos da vida cotidiana que antes eram restritas ao conhecimento do círculo de pessoas mais próximas, que antes estavam na esfera do privado, e, cada vez mais, se tornam públicos através de ferramentas virtuais como o *facebook* e o *instagram*. Perdemos o nosso direito à privacidade por vontade própria, ou talvez seja o preço pago pela constante vontade de publicar e compartilhar. Nessa sociedade confessional, a regra é compartilhar fotos, detalhes íntimos, textos, vídeos, curtir e compartilhar as publicações, exteriorizar seu estado civil.

O que antes era privado, agora é público e está disponível para ser consumido por pessoas ávidas e curiosas em saber da vida alheia, e ficará virtualmente disponível no longo prazo, pois é “eternizado” na internet. Bauman (2014) sintetizou de forma clara a contradição que a espionagem exerce. O que antes era visto como algo negativo, “nunca estou sozinho”, se configurou em um alívio, “nunca mais vou ficar sozinho”:

Creio que o aspecto mais notável da edição contemporânea da vigilância é que ela conseguiu, de alguma maneira, forçar e persuadir opositores a trabalhar em uníssono e fazê-los funcionar de comum acordo, a serviço de uma mesma realidade. Por um lado, o velho estratagema pan-óptico (“Você nunca vai saber quando é observado em carne e osso, portanto, nunca imagine que não está sendo espionado”) é implementado aos poucos, mas de modo consistente e aparentemente inevitável, em escala quase universal. Por outro, com o velho pesadelo pan-óptico (“Nunca estou sozinho”) agora transformado na esperança de “Nunca mais vou ficar sozinho” (abandonado, ignorado e desprezado, banido e excluído), o medo da exposição foi abafado pela alegria de ser notado (BAUMAN, 2014, p. 21).

O ato de ser observado era visto como uma ameaça à privacidade, à individualidade, principalmente por quem, do lado oposto, ainda prefira manter o anonimato, ainda sinta a necessidade de resistir a esse comportamento que tem se tornado padrão. Com a ressignificação dada pelas redes sociais, ser observado, e, por conseguinte, notado, se transformou em desejo. Estar visível significa ser observado, e é encarado como reconhecimento social. Enriquez (2004, p. 49), sociólogo tunisiano, disse que “a nudez física, social e psicológica está na ordem do dia”. A internet transformou de maneira significativa a relação que as pessoas têm com elas mesmas e com a sociedade. Tornar-se visível através das redes virou regra, ninguém quer ser ignorado e esquecido; por isso, as atualizações nas redes são necessárias para abarcar este viés subjetivo e um tanto egocêntrico do indivíduo.

A transformação tecnológica, além de provocar uma mudança social, econômica e política, também suscita questões éticas, que, muitas vezes, ainda não são abarcadas pelas jurisdições dos países. Vivemos em um mundo de controle, observação, checagem, uma vigilância constante. O fato de a vigilância abranger o cotidiano dos indivíduos, faz com que seja necessário pensar e refletir sobre as implicações éticas envolvidas neste processo. É visível que os corpos têm sido utilizados como dados informatizados, através de *scanners* de leitura óptica ou biométrica, que estão presentes em clínicas, escolas, bancos, aeroportos, entre outros, que visam a identificar o indivíduo e, posteriormente, permitir ou não o acesso ao local desejado.

2.3. Vigilância: o “olhar da ordem” sobre os indivíduos

O século XX se destacou pela tentativa, segundo Bauman (2014), de modernizar o Estado. Essa tentativa de construção da ordem, de estruturar uma certa disciplina em meio ao caos, de modernizar as organizações de forma obsessiva e ordenar os indivíduos, tinha por finalidade o progresso. Tudo que fosse contrário a essa lógica deveria ser eliminado. Esse viés desencadeou efeitos colaterais que assombraram a Europa, e, por conseguinte, trouxe

consequências para todo o mundo. Essa ordem era submissa à infalível norma da razão, a qual considerou a diversidade e a divergência de pensamento como algo a ser suprimido através de manipulações comportamentais. A vigilância universal proposta por Jeremy Bentham no século XVIII, e retomada por Michel Foucault no século XX, considerou o poder e a dominação como padrão desta nova ordem social.

O Panóptico de Bentham era um modelo de prisão criado em 1789 por Jeremy Bentham, que tinha como características uma arquitetura periférica circular, dividida por celas, no centro uma torre que possuía uma visão de toda a construção. Quem está na cela não tem contato e nem consegue ver outras pessoas, quem está na torre tem uma visão completa e tinha o intuito da vigilância. A partir disso, Foucault (1997, p. 190-191), por sua vez, considera que o Panóptico é utilizado para que o poder de vigilância seja “visível e inverificável”:

A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas. Do ponto de vista do guardião, é substituída por uma multiplicidade enumerável e controlável; do ponto de vista dos detentos, por uma solidão sequestrada e olhada.

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce: enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder que eles mesmos são os portadores. Para isso é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente. Por isso Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável.

Segundo Foucault (1997), o Panóptico pode ter diversos destinos, desde a escola, à prisão, ou o hospital. Em todos estes espaços, o intuito é o mesmo, o controle. Em contrapartida, ao invés das relações de soberania, as relações estabelecidas são de disciplina. Essa arquitetura proporciona um grande poder à instituição que o aplica por conta da eficácia do seu funcionamento, que também pode ser empregado para mudar o comportamento do indivíduo. Foucault (1997), então, divide a disciplina em duas vertentes, a disciplina-bloco, que se caracteriza pelas funções estanques, uma instituição fechada que suspende as comunicações; e a disciplina-mecanismo, que transforma o poder em algo mais difuso e rápido. O filósofo considera que

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 1997, p. 203).

Os modelos de disciplina presentes nos séculos XVII e XVIII originaram o que Foucault nomeia de sociedade disciplinar. O apogeu dessa sociedade disciplinar aconteceu no início do século XX, a chamada era moderna clássica. Com o intuito de alcançar a perfeição, tudo que era diferente deveria ser eliminado, inclusive os seres humanos que não se adequavam ao sistema. Por causa dessa constante, foi uma era de destruição que culminou na Segunda Guerra Mundial, em que tudo o que era imperfeito deveria ser excluído em prol da busca incessante pela perfeição. O sonho do regime cuja excelência seria determinante para não precisar de nenhum ajuste esbarra em dois exemplos que são ilustrativos pela gravidade dos fatos: os casos nazista e stalinista.

O pensamento de colocar ordem no mundo através do poder se concretizou com o partido nazista alemão, na figura do *Führer* Hitler. Nesta mesma época, ideias semelhantes surgiam também na Europa, com o comunismo totalitário. Os dois modelos tentaram erradicar qualquer elemento que fosse contrário ou resistente ao controle e, para obter esta finalidade, a modernização e a destruição caminhavam juntas. Os nazistas tentaram redefinir a Europa no contexto político, social e étnico, o radicalismo foi marcante com a deportação de pessoas e posterior envio aos campos de concentração. Sobre o assunto, Bauman (2014, p. 75) pondera:

Os autores das maiores distopias de outrora, como Zamyatin, Orwell ou Aldous Huxley, descreveram suas visões dos horrores que assombram os habitantes do mundo sólido moderno: um mundo de produtores e soldados estritamente regulados e maníacos pela ordem. Colocados sob alerta vermelho, esperavam que essas perspectivas chocassem seus companheiros de viagem rumo ao desconhecido, sacudindo-os do torpor de ovelhas marchando com humildade para o abatedouro. Será esse o nosso destino, avisavam eles, a menos que vocês se revoltem.

Para o autor, as distopias podem chegar à alcunha de profecias e negarem a si próprias (BAUMAN, 2014, p. 78). Isso, inclusive, foi observado em relação à proposta de Orwell. Bauman (2014, p. 61) cita uma descrição que George Orwell fez a respeito da Segunda Guerra Mundial: “Enquanto escrevo, seres humanos altamente civilizados estão voando sobre mim, tentando me matar. Eles não têm inimizade em relação a mim como indivíduo, nem eu em relação a eles. Estão apenas ‘fazendo o seu trabalho’, como se diz.” Com o advento de tecnologias mais avançadas, o que Orwell (2006) descreve se tornou muito mais patente, pois, com a substituição parcial do indivíduo pela máquina, ocorreu um maior distanciamento e,

portanto, uma menor interferência moral e emocional, que, por serem atitudes tipicamente humanas, não estão presentes nas máquinas:

No início do século XXI, a tecnologia militar conseguiu fazer a responsabilidade flutuar, e portanto “despersonalizá-la” num grau inimaginável no tempo de Orwell ou Hannah Arendt. Mísseis ou drones (aeronaves não tripuladas) “espertos”, “inteligentes”, assumiram o processo de tomada de decisão e a seleção dos alvos, confiscados tanto dos soldados rasos quanto dos membros dos mais altos escalões na máquina militar. Eu sugeriria que os desenvolvimentos tecnológicos mais fundamentais dos últimos anos não foram pesquisados e introduzidos para aumentar o poder mortífero dos armamentos, mas na área da “adiaforização” da matança militar (ou seja, sua exclusão da categoria de ações sujeitas à avaliação moral) (BAUMAN, 2014, p. 62).

Quando isso é aplicado ao contexto da obra *1984*, verificamos que Winston Smith entra em contato com o livro da suposta Fraternidade e nele há a descrição do mundo a partir da divisão entre três grandes potências, quais sejam: a Oceania, a Eurásia e a Lestásia, e explica como a guerra é contínua entre elas:

Em uma ou outra aliança, esses três superestados estão permanentemente em guerra, e assim tem sido nos últimos vinte e cinco anos. A guerra, contudo, não é mais a luta desesperada e aniquiladora que costumava ser nas primeiras décadas do século vinte. É uma luta de objetivos limitados entre combatentes incapazes de destruir um ao outro, sem causa material para guerrear e sem mesmo qualquer genuína divergência ideológica (ORWELL, 2005, p. 179).

Fazendo um paralelo com o que acontece na atualidade, Bauman (2014) considera que as atrocidades cometidas pelos nazistas ainda ocorrem nos dias de hoje, com a diferença de serem mais diluídas e automáticas por conta da intermediação da tecnologia a partir da “ausência, distanciamento e automação”, termo utilizado por David Lyon. O distanciamento e automação promovem a flexibilização das questões éticas e morais.

Pensemos, destarte, no caso dos drones, que são aparelhos aéreos não tripulados, controlados remotamente, possuem câmeras filmadora e fotográfica acopladas, utilizados tanto em guerras quanto para fins pacíficos. Esses equipamentos, ao serem utilizados em uma guerra, por exemplo, se diferenciam de um ser humano, por não possuírem nenhum tipo de ética; um soldado poderia ter compaixão por uma determinada pessoa, o drone é uma máquina, simplesmente executa as tarefas programadas em seu sistema.

Outra questão relacionada ao drone e que também diz respeito ao aspecto moral são os desdobramentos da execução de uma tarefa. O drone é responsável por localizar e colher informações do alvo escolhido em tempo real, se por acaso ocorrer um erro, e pessoas

inocentes morrerem, a culpa poderá ser atribuída à máquina, ou seja, esse deslocamento de responsabilidade moral permite isentar o indivíduo do crime cometido.

A vigilância física existe e ainda é presente, mas foi superada do ponto de vista do alcance pelas ferramentas eletrônicas, e tomamos como exemplo o próprio drone, ou o banco de dados, que, a partir da internet, é capaz de saber as escolhas de determinado indivíduo ou grupo, seja a partir das suas pesquisas *online*, ou das suas compras no cartão. Esse distanciamento propiciado pelas ferramentas eletrônicas faz com que haja também um distanciamento moral.

Faz-se necessário, então, o conceito de modernidade líquida teorizado por Bauman (2001) para explicar a atualidade. Ele utilizou a metáfora do líquido para demonstrar a velocidade e a efemeridade das relações sociais e humanas. Para o autor, as formas sociais se desintegram mais rapidamente do que se constroem novas. A velocidade e a dinamicidade fazem parte desta modernidade, pois “vivemos em um tempo líquido, nada é feito para durar” (BAUMAN, 2001, p. 16). Com essa nova dinâmica, outro aspecto que se tornou líquido foi a vigilância. Antes restrita, a vigilância tem se ramificado por diversos setores da sociedade. Bauman (2014) considera que a sociedade moderna aspira à manutenção da ordem social e, para conseguir o controle social e garantir a segurança, medidas de vigilância são utilizadas para monitorar os indivíduos.

No livro *1984*, a vigilância é evidenciada por meio das teletelas, que transmitiam informações do Partido e, também, filmavam as pessoas. As teletelas estavam presentes nas casas, prédios públicos e demais locais de convivência na cidade.

A invenção da imprensa, contudo, tornou mais fácil manipular a opinião pública, processo que o filme e o rádio levaram além. Com o desenvolvimento da televisão e o progresso técnico que tornou possível receber e transmitir simultaneamente pelo mesmo instrumento, a vida particular acabou. Cada cidadão, ou pelo menos cada cidadão suficientemente importante para merecer espionagem, passou a ser mantido vinte e quatro horas por dia sob os olhos da polícia e ao alcance da propaganda oficial, fechados todos os outros canais de comunicação. Existia pela primeira vez a possibilidade de fazer impor não apenas completa obediência à vontade do Estado, como também completa uniformidade de opinião em todos os súditos (ORWELL, 2005, p. 198).

Lyon (1998) classifica a vigilância na internet em três segmentos: vigilância pela entidade patronal; vigilância de segurança e policiamento e vigilância com fins comerciais e *marketing*. Delas, a vigilância pela entidade patronal é aquela exercida pelas entidades patronais através da monitoração e supervisão dos trabalhadores através do cartão de ponto ou biometria, do sistema de vigilância e da restrição das atividades *online* com o bloqueio de *sites* da internet que não possuem relação com o trabalho. Todas essas medidas têm o intuito

de aumentar a produtividade do trabalhador. Enquanto isso, a vigilância de segurança e policiamento é feita pelo Estado através de políticas de controle e supervisão. O seu emprego se acentuou principalmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, e o intuito deste tipo de vigilância é – supostamente – promover a segurança da população. Já a vigilância com fins comerciais e *marketing* é descrita por Lyon (1998) como uma atividade exercida por empresas da internet que têm o intuito de rastrear e analisar dados a fim de criar categorizações de indivíduos de acordo com suas pesquisas *online*, para posteriormente direcionar campanhas de *marketing* específicas para cada público.

Por outro viés, a vigilância é justificada como forma de manutenção da segurança, uma maneira de proteger o cidadão, o residente de um condomínio, o aluno de uma universidade, o cliente de uma loja; ou o que Bauman denominou “vigiar para cuidar” (2014). A forma primordial de execução da segurança é feita através das tecnologias de vigilância, entretanto, o alvo não é concreto, está difuso entre as diversas possibilidades, ou as diversas pessoas gravadas pelos equipamentos.

Arelada à vigilância, a segurança se tornou um desejo de consumo. Além das câmeras, os aparelhos de leitura óptica e biométrica têm se popularizado, pois a segurança é uma busca constante dos governos e dos indivíduos. No livro “Vigilância Líquida”, Lyon (2014, p. 9), a partir de diálogos com Zygmunt Bauman, descreve a gradual separação entre política e poder:

O poder agora existe num espaço global e extraterritorial, mas a política, que antes ligava interesses individuais e públicos, continua local, incapaz de agir em nível planetário. Sem controle político, o poder torna-se fonte de grande incerteza, enquanto a política parece irrelevante para os problemas e temores da vida das pessoas. O poder de vigilância, tal como o exercido por departamentos governamentais, agências de polícia, e corporações privadas, enquadra-se muito bem nessa descrição. Até as fronteiras nacionais, antes geograficamente localizadas – ainda que de modo arbitrário –, agora aparecem, nos aeroportos, distantes das “bordas” territoriais, e, o que é mais significativo, em bases de dados que podem nem estar “no” país em questão.

A finalidade de toda e qualquer vigilância, segundo Bauman (2014, p. 64), é “identificar os alvos, localizá-los e /ou concentrar-se neles – toda diferenciação funcional começa nessa base comum”. Os sistemas de vigilância instalados em lojas, supermercados, bancos, condomínios, prédios públicos e ruas são responsáveis por trazerem mais segurança por supostamente coibirem assaltos e atos de violência, por intermédio de câmeras filmadoras. Além destes, há uma outra forma de monitoramento, através de bancos de dados que também é utilizada por muitas instituições públicas e privadas. Tomamos, aqui, como banco de dados

uma estrutura organizada de dados que se relacionam e permitem a obtenção de informações, uma de suas funções é a categorização de indivíduos. No caso de lojas, bancos e supermercados, por exemplo, os bancos de dados são utilizados para classificar os indivíduos que são dignos de crédito e os que não são. Este é também um meio de exclusão social do indivíduo, ou com as palavras de Bauman (2014), uma “morte social”. Bauman (2014) faz uma citação do sociólogo escocês David Lyon a respeito das consequências da sociedade de controle no cotidiano do indivíduo:

A cultura do controle vai colonizar outras áreas da vida, com ou sem nossa permissão, por causa do desejo compreensível de segurança, combinado com a pressão a adotar certos tipos de sistemas. Os habitantes comuns dos espaços urbanos, cidadãos, trabalhadores e consumidores - ou seja, pessoas sem ambições terroristas de qualquer tipo -, vão descobrir que suas oportunidades na vida estão circunscritas pelas categorias em que são classificadas. Para alguns, essas categorias são particularmente prejudiciais, restringindo suas chances de consumo em função de avaliações de crédito ou, mais insidiosamente, relegando-os a um *status* de segunda classe devido à sua cor ou a seus antecedentes étnicos. É uma velha história sob um disfarce *high-tech* (LYON, 2004, *apud* BAUMAN, 2014, p. 297).

Em janeiro de 2017, o presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, assinou um decreto que proíbe a entrada de pessoas oriundas de sete países em solo americano, a saber: cidadãos do Iraque, Iêmen, Irã, Síria, Líbia, Somália e Sudão. Em comum, estes países têm maioria muçulmana, o que reforça o estigma de potencial terrorista. Essa medida, ao invés de amenizar o problema, pode ter o efeito inverso, o de provocar mais ressentimento.

A metáfora-chave para a vigilância no Ocidente, segundo Bauman (2014), é o Grande Irmão de George Orwell, que exemplifica o perigo de um governo totalitário que, quando possui o monitoramento total de seus cidadãos exerce uma das formas de controle. A vigilância, no entanto, não se reduz apenas ao controle social e às novas tecnologias, pois faz surgir, também, questionamentos éticos sobre a privacidade, o anonimato. Somos constantemente filmados, checados e esse detalhamento de nossa vida cotidiana é cada vez mais transparente para as organizações de vigilância.

A ocorrência da vigilância em massa faz com que a noção de privacidade seja pensada de forma crítica, a privacidade se estabelece aqui como o conjunto de informações acerca do indivíduo, que pode tornar público ou manter na esfera do privado. A partir disso, recuperamos duas questões relacionadas aos Direitos Humanos: a primeira é que toda pessoa tem o direito de ter sua vida privada e familiar anônimas; a segunda é o dever do Estado de proteger este anonimato.

Em 1873, o juiz norte-americano Thomas Cooley conceituou a privacidade como “*right to be let alone*”, o direito de estar só. Já o artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1942, afirma que “ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques, toda pessoa tem direito a proteção da lei”. Este direito internacional também consta no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, de 1966, ainda que cada país siga suas próprias prerrogativas, de acordo com as suas escolhas políticas.

O Brasil, por sua vez, também versa sobre a privacidade por meio da Constituição Federal brasileira (1988), que declara os seguintes termos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a intimidade das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Dessa forma, para ter acesso a informações sobre o indivíduo, é necessário haver o seu consentimento. O Estado só pode coletar dados se estiver amparado pela lei, com a devida supervisão do Judiciário. Como o Estado também tem o dever de proteger a privacidade do indivíduo, ele deve regular as atividades de coleta e armazenamento de dados pessoais por parte do setor privado, para que a privacidade não seja violada. Principalmente porque o direito à privacidade está intimamente ligado a outro, o da liberdade de expressão, pois não só uma pessoa sob a ótica da vigilância não poder se expressar de maneira efetiva, como também mudamos o nosso comportamento quando sabemos que estamos sendo vigiados. Em suma, Estado de Direito, imprensa livre, privacidade e Direitos Humanos são princípios essenciais da atual sociedade democrática.

2.4. Estado de exceção: a segurança suprime a liberdade

A globalização proporcionou a ampliação de redes de relações tanto econômicas quanto sociais, as quais ensejaram uma interdependência crescente entre todos no mundo; o que significa dizer, em outros termos: algo que afeta um, em teoria, afetará todos. Tomando isso como prerrogativa, o sentimento de insegurança se tornou uma constante, uma

consequência do efeito colateral, que Bauman (2006) chamou de “globalização negativa”, resultado da intensificação do terrorismo, da vigilância e, entre outros, dos crimes.

Franklin Roosevelt, em seu discurso de posse da presidência dos Estados Unidos em 1933, afirmou que “a única coisa que nós temos que temer é o próprio medo, o terror irracional, injustificado que paralisa esforços necessários para converter o recuo no avanço”. E podemos verificar que isso faz parte do cotidiano das pessoas, uma vez que, por conta do medo, somos marcados pela presença de carros blindados, cercas elétricas, condomínios fechados, terrorismo. À luz disso, lembramos os países considerados desenvolvidos, que têm as taxas de violência mais baixas se comparadas com os países em desenvolvimento, usufruem de mais segurança. Não obstante, apesar de parecer contraditório, são os que mais se sentem amedrontados e tem reiteradamente essa segurança como consequência de ameaça. Essa obsessão por segurança é, pois, o combustível do medo, da insegurança. O medo, além de provocar incertezas, também gera um sentimento de ansiedade que faz com que seja natural assumir uma postura defensiva.

Essa vulnerabilidade mundial provocou uma obsessão pela segurança das fronteiras e das populações. A segurança pretendida não pode ser obtida de maneira efetiva em um mundo globalizado. Facilmente, a insegurança se torna um sentimento de injustiça se algum acontecimento nocivo ocorre, e logo a vingança pode ser utilizada como “discurso”. Quando ocorre algum fato negativo (o terrorismo, por exemplo), o chefe de Estado pode instaurar um estado de emergência, o qual pode se transformar em estado de exceção (AGAMBEN, 2004).

O Estado de Direito surgiu no final do século XVIII a partir de um movimento revolucionário liderado pela burguesia, que queria acabar com o absolutismo, cujo modelo político era marcado pela concentração de todos os poderes na figura do déspota. Com o Estado de Direito houve a separação dos poderes e o governante tinha que se submeter às leis, de modo que o direito passa a organizar a sociedade e a política. A partir deste novo modelo, dois princípios básicos deveriam ser satisfeitos: a proteção das garantias individuais e a limitação do poder do Estado.

O Estado de exceção é uma resposta do governo aos conflitos internos ou externos, como é o caso do terrorismo. Esta prática limita certas liberdades individuais e, de acordo com Agamben (2004), é bastante comum, inclusive, em estados democráticos modernos. O estado de exceção é um mecanismo que tem a pretensão de defender a democracia, devendo ser um paliativo enquanto houver ameaça aos cidadãos ou à prática política. Depois de solucionado o problema, a democracia deve ser restabelecida. Entretanto, essas ameaças tendem a ser difusas, não sendo possíveis soluções em um breve espaço de tempo; portanto, o

que deveria ser provisório, torna-se um paradigma de governo dominante na política contemporânea. Este novo governo, segundo Agamben (2004), está no limiar entre democracia e absolutismo.

O estado de exceção pode ser caracterizado, ainda, por uma ampliação dos poderes do executivo, que poderia promulgar decretos com força de lei. É um regresso a um estado inicial, no qual não há a divisão dos poderes. Neste caso, o executivo assume parte das atribuições do legislativo, o que demonstra um enfraquecimento da divisão dos poderes. Uma explicação que pretende legitimar o estado de sítio é a necessidade. Como diz o ditado latino *necessitas legem non habet*, a necessidade não tem lei; ou seja, quando surge uma necessidade, a lei pode ser suprimida, ou deve ser criada uma nova lei. Em relação a este fato, Palliere (1970, p. 168) discorre:

O conceito de necessidade é totalmente subjetivo, relativo ao objetivo que se quer atingir. Seria possível dizer que a necessidade impõe a promulgação de uma dada norma, porque, de outro modo, a ordem jurídica existente corre o risco de desmoronar, mas é preciso, então, estar de acordo quanto ao fato de que a ordem existente deve ser conservada.

Ao mesmo tempo em que o estado de exceção está inserido na democracia e foi instaurado devido a determinada emergência, quando está em vigor, ele em nada se parece com o estado democrático. Se, por um lado, existe em algumas constituições a previsão do estado de exceção, por outro, há também em algumas delas o direito à resistência. Agamben (2004, p. 23) cita a Constituição da Itália, que prevê: “Quando os poderes públicos violam as liberdades fundamentais e os direitos garantidos pela Constituição, a resistência à opressão é um direito e um dever do cidadão.” Na Constituição Federal da República Alemã, também há um artigo na Constituição que versa sobre o tema: “Contra quem tentar abolir esta ordem [a constituição democrática], todos os alemães têm direito de resistência, se outros remédios não forem possíveis” (AGAMBEN, 2004, p. 23-4).

Agamben (2004) contabiliza em quais países o estado de exceção é descrito de maneira explícita nas constituições ou em leis e em quais não são. França e Alemanha explicitam o assunto, já a Itália, a Suíça, a Inglaterra e os Estados Unidos não preveem o assunto em suas respectivas leis. No Brasil, estão previstos na Constituição Federal de 1988 o estado de defesa e o estado de sítio, nos seguintes termos:

Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.
§1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos tempos e limites da lei, as

medidas coercitivas vigorarem, dentre os seguintes:

I – restrições aos direitos de:

a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;

b) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;

II - ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

§ 2º O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

§3º Na vigência do estado de defesa:

I - a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial;

II - a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação;

III - a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo autorizada pelo Poder Judiciário;

IV- é vedada a incomunicabilidade do preso.

§ 4º Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

§ 5º Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias.

§ 6º O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

§ 7º Rejeitado o decreto, cessa imediatamente o estado de defesa.

Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho de República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:

I – comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;

II- declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

Parágrafo único. O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

Depois do 11 de setembro de 2001, data do ataque terrorista às torres gêmeas do *World Trade Center* nos Estados Unidos, ocorreu de forma mais acentuada uma corrida em busca de possíveis soluções para combater o terrorismo. Diversos países que também sofreram atentados terroristas, tais como Estados Unidos, Espanha, Inglaterra, França, recorreram às técnicas de vigilância e controle como forma de priorizar a segurança nacional. Em um texto publicado no *Le monde diplomatique*, Agamben (2014, p. 1) descreve como a obsessão por segurança modifica a democracia:

A segurança está entre aquelas palavras com sentidos tão abrangentes que nós nem prestamos mais muita atenção ao que ela significa. Erigido como prioridade política, esse apelo à manutenção da ordem muda constantemente seu pretexto (a subversão política, o terrorismo...), mas nunca seu propósito: governar as populações.

Os Estados Unidos instituíram uma nova política de segurança chamada de “Guerra ao Terror”. O governo do então presidente George W. Bush se envolveu em duas guerras, no Iraque e na Palestina. Houve, também, o crescimento dos chamados órgãos de segurança,

tanto que em 2002, foi criado o Departamento de Segurança Interna com o objetivo de proteger a população norte-americana contra possíveis atentados terroristas.

Além de aumentar o apoio aos serviços secretos, forças armadas e departamentos de investigação, foi criada, em 21 de outubro de 2001, uma lei federal chamada *Patriot Act*. Vale ressaltar que essa lei emerge em meio à comoção causada pelos atentados. Essa lei restringiu os direitos civis e deveria ser aplicada por um tempo limitado, entretanto ela tem sido prorrogada pelo Congresso de forma contínua. Como parte das medidas, houve uma ampliação do poder dos serviços secretos, que podem interceptar comunicações via telefone ou internet sem a necessidade de mandato judicial. Outra medida foi o estabelecimento de prisão, por tempo indeterminado, na prisão de Guantánamo, do estrangeiro que for suspeito de terrorismo, sem a necessidade de ação judicial.

Em 2015, ocorreram vários atentados terroristas na França, que ocasionaram a morte de 129 pessoas e mais de 300 feridos. Como contraparte ao ocorrido, o governo francês decretou estado de emergência e impossibilitou que as pessoas se reunissem nas ruas para homenagear as vítimas. A filósofa norte-americana Judith Butler estava em Paris durante os atentados e ao que ocorreu posteriormente. Em entrevista ao site de notícias *Opera Mund*, a autora declarou suas impressões sobre o acontecimento:

Uma liberdade é atacada pelo inimigo; outra é restringida pelo Estado, que defende o discurso do ‘ataque à liberdade’ pelo inimigo como um ataque à essência do que é a França, mas suspende a liberdade de reunir-se em meio ao luto, e prepara uma militarização ainda maior da polícia (BUTLER, 2015, p. 1).

Em outro momento do texto, Butler (2015) faz questionamentos a respeito do estado de emergência: “Estariamos vivendo um momento de luto ou uma submissão a um poder de Estado cada vez mais militarizado, de suspensão da democracia?”. Esse questionamento nos autoriza inferir que as pessoas se submetem a perder parte da sua liberdade em troca de mais segurança, e o Estado se aproveita desta premissa para militarizar ainda mais os seus territórios.

A principal arma do terrorismo é espalhar o terror. Além de ser noticiado pela imprensa mundial, os ataques terroristas também são divulgados pelas próprias organizações terroristas, principalmente a *Al-Qaeda*, na internet. Consequentemente, há um aumento do medo global e a insegurança perante esses acontecimentos. Bauman (2008), então, sugere que as ofensivas militares no Iraque e Afeganistão não conseguem destruir o terrorismo, pois ele não é uma organização e nem obedece a uma hierarquia, e, ao contrário do que pretendem, estas ofensivas contribuem para a devastação de cidades e aldeias, estimulando o aumento da

violência destes grupos terroristas. Isso torna evidente que não adianta aumentar o controle das fronteiras, reforçar a segurança dos portos e/ou aeroportos; as soluções seriam, segundo Bauman (2008), por um lado promover o investimento em educação, por outro, o perdoar a dívida externa dos países em desenvolvimento por parte dos países mais ricos.

A geopolítica mundial tem sofrido mudanças significativas. A “primavera árabe” no Oriente Médio foi marcada por diversos protestos por parte das populações da Tunísia, Líbia, Egito, Argélia, Iêmen, Marrocos, Bahrein, Síria, Jordânia e Omã, que foram às ruas para reivindicarem melhores condições sociais e, como consequência desta mobilização, conseguiram derrubar vários ditadores. Além destes eventos, a insegurança em territórios palestinos também é uma constante; a intervenção norte americana no Afeganistão e no Iraque; os conflitos separatistas, como, por exemplo, o da Chechênia; a ameaça nuclear da Coreia do Norte, entre outros, soma-se com a instabilidade provocada pelos atentados terroristas nos Estados Unidos, Europa e Oriente Médio. Toda essa conjectura difunde um sentimento de insegurança nas populações.

Como vimos, através de mecanismo de defesa e perpetuação do poder, surge uma sociedade de vigilância. Bauman (2014) considera que a vigilância seja líquida e circule na sociedade de forma fluida, o que justifica a sua naturalização por fazer parte do cotidiano dos indivíduos e passar, muitas vezes, despercebido. Há uma disseminação de políticas, métodos e instrumentos de vigilância facilitados pelas tecnologias e pela sociedade em rede, intermediada pela internet. Veremos, no próximo capítulo, os modos de organização do discurso enunciativo, descritivo e narrativo juntamente com exemplos do livro *1984*. E os efeitos de real e de ficção.

3. Os modos de organização do discurso e os efeitos de real e de ficção no livro *1984*

Neste capítulo serão trabalhados os modos de organização do discurso enunciativo, descritivo e narrativo a partir do postulado teórico de Charaudeau e os conceitos serão contextualizados com exemplos do livro *1984*. Os efeitos de real e de ficção também terão exemplos do livro *1984*.

3.1 O modo enunciativo

Como vimos, o livro *1984*, escrito por George Orwell, é uma distopia de uma sociedade totalitária, controlada por um tirano, o “Grande Irmão”, que exerce o poder através da vigilância total da população. Apesar de o livro ser ficcional, Orwell (2005) parece ter conseguido apontar algumas questões que podem nos ajudar a refletir sobre os mecanismos de controle dos indivíduos na atualidade. Se, no segundo capítulo, utilizamo-nos de algumas passagens da obra para fazer um diálogo com autores como Bauman (1989; 2001; 2006; 2014) e Agamben (2004) a respeito de conceitos como liberdade, segurança, público, privado e Estado de Exceção, neste capítulo, avaliaremos essas semelhanças através de conceitos discursivos como modos de organização do discurso, no intuito de avaliar as estratégias mobilizadas por Orwell (2005) para a construção da sua narrativa literária. Para tanto, organizamos um *corpus* composto por trechos relativos a Winston no livro *1984* (ORWELL, 2005), examinando como eles revelam aspectos enunciativos, descritivos e narrativos, conforme proposta de Charaudeau (2006; 2008).

Consoante Charaudeau (2008), a construção enunciativa se faz através de duas categorias, a linguística, que se refere aos diferentes atos enunciativos a partir da modalização do enunciado, e a discursiva, que compõe os modos de organização do discurso: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. Além disso, cada um desses modos de organização do discurso possui um procedimento discursivo:

Na encenação descritiva, eles são abordados nos diferentes efeitos de saber, de realidade/ ficção, de confiança e de gênero. [...] Na encenação narrativa, são abordados nas maneiras de implicar o Destinatário-Leitor, nos modos de intervenção do narrador, estatutos e pontos de vista do narrador. Na encenação argumentativa, são abordados nos tipos de posição do sujeito que argumenta e nos tipos de valores dos argumentos. (CHARAUDEAU, 2008, p. 84)

Para o macrocampo da Análise do Discurso, enunciar significa organizar a língua para identificar/categorizar o sujeito falante em relação ao interlocutor. No que concerne ao modo enunciativo, são três as suas funções:

Estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor num comportamento ALOCUTIVO. Revelar o ponto de vista do locutor, num comportamento

ELOCUTIVO. Retomar a fala de um terceiro, num comportamento DELOCUTIVO (CHARAUDEAU, 2008, p. 82).

Como podemos ver, uma das formas de construção enunciativa aponta para a relação de influência do locutor sobre o interlocutor, ou seja, para o "comportamento alocutivo". Nessa perspectiva acional, o locutor estabelece uma ação em relação ao interlocutor, ao enunciar a sua posição. No sentido inverso, o interlocutor responde e reage de determinada forma. Os papéis linguageiros desempenhados pelo sujeito falante podem ser de dois tipos: primeiro, uma relação de superioridade entre o sujeito falante em relação ao interlocutor; segundo, uma relação de inferioridade entre o sujeito falante em relação ao interlocutor.

Há também a relação enunciativa do locutor consigo mesmo, a qual institui o "comportamento elocutivo". Nessa função, "o sujeito falante enuncia o seu ponto de vista sobre o mundo" (CHARAUDEAU, 2008, p.83) e o interlocutor não tem envolvimento, sendo que o ponto de vista sobre o mundo pode ser de cinco tipos:

Ponto de vista do modo de saber que especifica de que maneira o locutor tem conhecimento de um Propósito. Corresponde às modalidades de "Constatação" e de "Saber/ Ignorância". Ponto de vista de avaliação, que especifica de que maneira o sujeito julga o -Propósito enunciado. Corresponde às modalidades de "Opinião" e "Apreciação". Ponto de vista de motivação, que especifica a razão pela qual o sujeito é levado a realizar o conteúdo do Propósito referencial. Corresponde às modalidades de "Obrigação", "Possibilidade" e "Querer". Ponto de vista de engajamento, que especifica o grau de adesão ao Propósito. Corresponde às modalidades de "Promessa", "Aceitação/ Recusa", "Acordo/ Desacordo", "Declaração". Ponto de vista de decisão, que especifica tanto o estatuto do locutor quanto o tipo de decisão que o ato de enunciação realiza. Corresponde à modalidade de "Proclamação". (CHARAUDEAU, 2008, p. 83)

Por último, há a modalidade enunciativa que estabelece a relação do locutor com um terceiro, instituindo aquilo que Charaudeau (2008) define como "comportamento delocutivo". Neste caso, o sujeito falante não enuncia o seu ponto de vista do mundo; diferentemente disso, ele fala sobre um texto e um propósito de um terceiro. Portanto, é um ponto de vista mais objetivo, que não carrega a subjetividade do sujeito falante ou, pelo menos, busca mitigá-la. Neste contexto, o propósito pode se impor por si só, ou seja, o locutor evidencia como o "mundo existe" (CHARAUDEAU, 2008, p. 83), de modo que o propósito seria do texto de outro locutor, cabendo ao o sujeito falante apenas descrever um texto existente.

Além dos modos de organização discursivos em si, há os procedimentos linguísticos da construção enunciativa, chamadas por Charaudeau (2008) de categorias modais. No caso das modalidades alocutivas, Charaudeau (2008, p. 86) considera que "as categorias modais de "Interpelação", "Injunção", "Autorização", "Aviso", "Julgamento", "Sugestão" e "Proposta" instituem uma relação de superioridade do locutor em seu vínculo com o interlocutor. As

categorias de "Interrogação" e de "Petição" configuram uma relação de pedido na qual o locutor se coloca em posição de inferioridade com relação ao interlocutor (CHARAUDEAU, 2008, p. 86).

Na interpelação, o papel do locutor é esperar que o interlocutor se identifique com a interpelação e tenha uma reação. Por consequência, o papel do interlocutor é responder a interpelação, e o faz como forma de obrigação, pois precisa dar um sentido à sua presença. Vejamos, por exemplo, uma passagem em Orwell (2005, p. 104):

- Te machucastes? - indagou.
 - Não é nada. Meu braço. Daqui a um instantinho está bom.
 Ela falou como se tivesse o coração agitado. Empalidecera fortemente.
 - Não quebraste nada?
 - Não, estou bem. Doeu um pouco, mas já passou.
 Deu-lhe a mão livre, e ele ajudou-a a levantar-se. Ela já recuperara um pouco do seu colorido e parecia estar melhor.
 - Não é nada - repetiu. - Apenas deu um baque no pulso. Obrigada, camarada!

Na injunção, o papel do locutor é ordenar que o interlocutor execute algo, por isso é estabelecido um estatuto de poder. O papel do interlocutor é obedecer, pois ele não tem a alternativa de fazer o contrário, como podemos perceber no excerto abaixo:

-Levanta. Vem aqui.
 Winston postou-se diante dele. O'Brien posou as mãos nos ombros de Winston e fitou-o de perto.
 -Tiveste ideia de me enganar - disse ele. -Foi uma cretinice. Endireita-te mais. Olha-me no rosto.
 -Estás melhorando. Intelectualmente, não há quase nada errado em ti. Só emocionalmente é que não progrides. Dize-me, Winston... e lembra-te, nada de mentir; bem sabes que sempre descubro as mentiras... dize-me, quais são teus verdadeiros sentimentos em relação ao Grande Irmão?
 -Eu o odeio.
 Odeias. Bom. Então chegou a hora de dares o último passo. É preciso que ames o Grande Irmão. Não basta obedecê-lo: é preciso amá-lo.
 Soltou Winston com um pequeno empurrão na direção dos guardas.
 Sala 101 - ordenou. (ORWELL, 2005, p. 269)

Já na autorização, o locutor tem o papel de autorizar o interlocutor executar ou não a ação que ele sugere. O papel do interlocutor é escolher, pois tem este direito. Isso é verificável no trecho seguinte:

Então por que se dar ao trabalho de me torturar?, pensou Winston, num momento de amargura. O'Brien deteve-se em meio a um passo, como se Winston tivesse pensado alto. A caratonha aproximou-se, olhos apertados.
 -Estás pensando: já que pretendemos te destruir tão completamente, de maneira que não faça a mínima diferença o que disseres ou fizeres, nesse caso, por que nos damos ao trabalho de primeiro te interrogar, não é? Foi o que pensaste, não foi?
 -Foi - admitiu Winston. (ORWELL, 2005, p. 242 e 243)

O aviso, por sua vez, faz do locutor aquele que avisa a sua intenção para que a situação do interlocutor não piore. O papel do interlocutor é tomar conhecimento do aviso. A título de exemplificação, segue o trecho abaixo:

-Quarenta - disse O'Brien. -Como vês, os números deste mostrador vão até cem. Lembra-te, durante toda nossa conversa, que está em meu poder infligir-te dor a qualquer momento, no grau que eu quiser. Se me mentires, ou tentares prevaricar de qualquer modo, ou caíres em nível de inteligência, gritarás de dor, instantaneamente. Compreendes?
-Compreendo. (ORWELL, 2005, p. 234)

No julgamento, o locutor desempenha o papel de mostrar que o interlocutor é responsável pela sua situação e valorar os atos do interlocutor, por estar em uma posição de autoridade. O papel do interlocutor é aceitar o julgamento do locutor, como verificamos a seguir

-Ao contrário - disse ele. -Foste tu que não a controlaste. Por isso estás aqui. estás aqui porque fracassaste em humildade, em disciplina. Não queres fazer o ato de submissão que é o preço da sanidade. Preferiste ser lunático, minoria de um. Só a mente disciplinada pode enxergar a realidade, Winston. Crês que a realidade é algo objetivo, externo, que existe de per si. Acreditas também que é evidente a natureza da realidade. Quando te iludes, e pensas em enxergar algo, julgas que todo mundo vê a mesma coisa. Mas eu te digo, Winston, a realidade não é externa. A realidade só existe no espírito, e em nenhuma outra parte. Não na mente do indivíduo, que pode se enganar, e que logo perece. Só na mente do Partido, que é coletivo e imortal. O que quer que o Partido afirme que é verdade, é verdade. É impossível ver a realidade exceto pelos olhos do Partido. É esse o fato que deves reaprender, Winston. Exige um ato de autodestruição, um esforço da vontade. Deves te humilhar antes de recobrar o juízo. (ORWELL, 2005, p. 237)

Na sugestão, o locutor sabe da situação desfavorável do interlocutor e sugere uma ação que irá melhorar a sua conjuntura. O interlocutor, nesse caso, apesar de ter a liberdade de acatar ou não a sugestão do locutor, encontra-se numa situação desfavorável e a recusa significa mais sofrimento. Podemos constatar tal circunstância com o seguinte excerto:

-Controlamos a matéria porque controlamos a mente. A realidade está dentro da cabeça. Aprenderás aos poucos, Winston. Não há nada que não possamos fazer. Invisibilidade, levitação... tudo. Eu poderia flutuar no ar, como uma bolha de sabão, se quisesse. Mas não quero, porque o Partido não o deseja. Deves abandonar essas ideias do século dezenove a respeito das leis da natureza. Nós fazemos as leis da natureza!
-Não fazeis! Não sois donos do planeta. E a Eurásia e a Lestásia? Ainda não as vencestes. (ORWELL, 2005, p. 253)

Na proposta, o locutor assume o papel de oferecer um benefício ao interlocutor. Quanto ao interlocutor, ao receber a oferta, cabe o papel de aceitar ou recusar a proposta do locutor. Isso é comprovável por meio do seguinte segmento:

- Lá em cima tenho um quarto, que o senhor talvez queira conhecer - disse. - Não há grande coisa, algumas peças apenas. Deixe-me acender o lampião. (...)Usei o quarto até a minha mulher morrer - disse o velho em tom de meia desculpa.
-Estou vendendo a mobília aos pouquinhos. Essa cama de mogno é linda, ou seria se

fosse possível livrá-la dos percevejos. Creio porém que o senhor a julgará um pouco sem jeito. (...) - Não tem teletela.

- Nunca tive dinheiro para comprar uma - disse o velho. - E não sinto falta. Ali tenho uma bonita mesa de abrir, naquele canto. Só que se o senhor quiser usá-la tem de trocar as dobradiças. (ORWELL, 2005, pp. 96 e 97)

Enquanto isso, na interrogação, ou pedido para dizer, o papel do locutor é obter uma informação, a qual só o interlocutor tenha conhecimento. O papel do interlocutor é informar, pois possui competência para responder. É o que acontece com o trecho a seguir:

- A que horas saís do serviço?
- Dezoito e trinta.
- Onde podemos nos encontrar?
- Praça da Vitória, perto do monumento.
- É cheio de teletelas.
- Não importa, se houver povo.
- Algum sinal?
- Não. Não te aproximes se eu não estiver no meio da multidão. Não me olhes, apenas chegue perto.
- A que horas?
- Às dezenove.
- Muito bem. (ORWELL, 2005, p. 110)

Por fim, na petição, o papel do locutor é, ao constatar sua situação desfavorável, fazer um pedido para o interlocutor, que, por sua vez, se encontra apto para conceder o pedido do locutor, como se vê em:

- Creio que é melhor a gente se despedir - disse ela.
- É melhor vos despedirdes - disse a voz. E depois uma voz completamente diferente, fina, culta, e que deu a Winston a impressão de já a haver ouvido nalguma parte:
- E por falar nisso, já que falamos do assunto, Aí vem uma luz para te levar para a cama, Aí vem um machado para te cortar a cabeça! (ORWELL, 2005, p. 213)

Ademais dos aspectos mencionados, podemos, ainda, tratar das modalidades elocutivas, nas quais o interlocutor não tem participação ativa. O locutor expressa o seu ponto de vista, configurando-se linguisticamente através de categorias modais específicas, a saber: constatação, saber/ignorância, opinião, apreciação, obrigação, querer, concordância/discordância, declaração.

Sobre a constatação, verificamos que o papel do locutor é tomar consciência de um fato, observando-o de maneira objetiva. Já o interlocutor não participa de forma ativa. Esse modo de organização pode ser verificado no seguinte fragmento:

- Foi um caso excepcional. Não foi apenas um assassinio. Percebes que o passado, a partir de ontem, foi abolido? Se sobrevive em alguma parte, é em objetos sólidos, sem palavras ligadas a ele, como naquele pedaço de vidro. Já não sabemos quase nada sobre a Revolução e os anos anteriores à Revolução. Todos os registros foram destruídos ou falsificados, todo livro reescrito, todo quadro repintado, toda estátua, rua e edifício rebatizados, toda data alterada. E o processo continua, dia a dia, minuto a minuto. A história parou. Nada existe, exceto um presente sem-fim no qual o Partido tem sempre razão. Eu sei, naturalmente, que o passado é falsificado, mas jamais me

seria possível prová-lo, mesmo sendo eu o autor da falsificação. Depois de feito o serviço, não sobram provas. A única prova está dentro da minha cabeça, e não sei com certeza se outros seres humanos partilham minhas recordações. Apenas naquele caso, em minha vida toda, possuí prova real, concreta, depois do acontecimento... anos depois. (ORWELL, 2005, p. 150)

No par saber/ignorância, percebemos a existência de uma informação, com o locutor possuindo conhecimento ou ignorância acerca desse fato. Enquanto o interlocutor apenas testemunha o fato. Podemos enxergar isso a partir do excerto:

-Existe o Grande Irmão?

-Naturalmente que existe. O Partido existe. O Grande Irmão é a corporificação do Partido.

-Mas existe da mesma forma que eu existo?

Tu não existes.

De novo a sensação de impotência o assaltou. Sabia, ou podia imaginar, os argumentos que provavam a sua não-existência; mas eram insensatos, não passavam de jogo de palavras. Não continha a afirmativa "Tu não existes" um absurdo em lógica? Mas de que adiantava dizê-lo? Sua mente encolhia-se só de pensar nos argumentos loucos, irrespondíveis com que O'Brien o demoliria.

-Creio que existo - respondeu - Tenho consciência de minha própria identidade.

Nasci, e morrerei. Tenho braços e pernas. Ocupo um determinado ponto no espaço.

Ao mesmo tempo, nenhum outro sólido pode ocupar o mesmo ponto. Nesse sentido, existe o Grande Irmão? (ORWELL, 2005, p. 247)

Na opinião, o papel do locutor é emitir seu ponto de vista sobre um dado fato. Vemos isso quando Winston sabe que o delito cometido entre ele e Júlia um dia vai ser descoberto. Por isso, expõe a sua opinião sobre como deveriam agir. Nesse caso, Júlia, como interlocutora, não aparece de modo implicado.

- Os proles são seres humanos - disse ele, em voz alta. - Nós não somos humanos.

- Por quê? - quis saber Júlia, que acordara outra vez.

Ele meditou uns instantes.

- Já te ocorreu que o melhor que temos a fazer é simplesmente ir embora daqui, antes que seja tarde demais, e nunca mais nos vermos?

- Sim, querido, já me ocorreu diversas vezes. Mas não, não vou sair e pronto.

- Temos tido sorte - disse ele -, mas não pode durar muito tempo. És jovem, pareces normal e inocente. Se te afastas de gente como eu, podes viver mais cinquenta anos.

- Não. Já pensei em tudo. O que fizeres, eu faço também. E não te afobes. Tenho jeito para viver.

- Podemos ficar juntos mais seis meses... um ano... não há maneira de saber. No fim, é certo que nos separem. Percebes como seremos solitários? Quando nos pegarem, não haverá nada, que possamos fazer um pelo outro. Se eu confessar, eles te fuzilam, e se eu recusar confessar, te fuzilam do mesmo modo. Nada que eu possa dizer ou fazer, ou proibir-me de dizer, te adiará de cinco minutos a hora da morte. Nem ao menos saberemos se o outro estará morto ou vivo. Ficaremos completamente inermes. A única coisa que importa é que não atraçemos um ao outro, embora nem isso faça diferença. (ORWELL, 2005, p. 160-161)

Na apreciação, Winston, a partir de uma ordem afetiva, teme o futuro, pois sabe que o delito que acabara de cometer é o suficiente para ser punido. Assim como a modalidade anterior, o interlocutor não está implicado.

Não pôde deixar de sentir um laivo de pânico. Era absurdo, pois escrever aquelas palavras não era mais perigoso que o ato inicial de abrir o diário, mas por um momento se sentiu tentado a rasgar as páginas usadas e abandonar por completo o empreendimento.

Não o fez, contudo, porque sabia ser inútil. Quer escrevesse abaixo o Grande Irmão ou não, não fazia diferença. A Polícia do Pensamento o apanharia do mesmo modo. Cometera - e teria cometido, nem que não levasse a pena ao papel - o crime essencial, que em si continha todos os outros. Crimidéia, chamava-se. O crimidéia não era coisa que pudesse ocultar. Podia-se escapar com êxito por algum tempo, anos até, porém mais cedo ou mais tarde pegavam o criminoso. (ORWELL, 2005, p. 20)

Através de uma obrigação externa, Winston sabe que é o tempo todo observado e por isso deve tomar cuidado com suas ações e expressões. O interlocutor, novamente, não está implicado. É o que se verifica em:

Tinha-se que viver - e vivia-se por hábito transformado em instinto - na suposição de que cada som era ouvido e cada movimento examinado, salvo quando feito no escuro. (ORWELL, 2005, p. 7)

Numa associação com a modalidade querer, vemos que o futuro imaginado por Winston não depende dele; por isso, posteriormente, ele recorre a O'Brien para que possa entrar na Fraternidade. O papel do interlocutor, também, não está implicado. Observemos o seguinte trecho:

Ele tornou a tentar, com um pouco mais de êxito, conjurar a imagem de O'Brien. "Tornaremos a nos encontrar onde não há treva", dissera O'Brien. Ele sabia o que significavam aquelas palavras, ou acreditava saber. O lugar onde não havia treva era o futuro imaginário que nunca se podia ver, mas que, pelo pensamento, se podia partilhar misticamente. (ORWELL, 2005, p. 102)

Podemos, também, destacar outro papel de locutor quando O'Brien faz uma série de perguntas para saber o que Winston é capaz de fazer em nome da Fraternidade. Ele concorda com tudo, apontando a modalidade concordância/discordância. Aqui, o interlocutor, na figura de Júlia, presencia o ato.

-Estás disposto a dar a vida? -
 Estou.
 -Estás disposto a assassinar?
 - Estou.
 -A cometer atos de sabotagem que poderão causar a morte de centenas de inocentes?
 -Sim.
 -A traír tua pátria às potências estrangeiras?
 -Sim. (ORWELL, 2005, p. 166)

Além disso, Winston, ao fazer uma "revelação" a Júlia acerca das falsificações feitas pelo Partido, executa o papel de locutor baseado na declaração. Nesse caso, o papel do interlocutor não está implicado.

- Foi um caso excepcional. Não foi apenas um assassinio. Percebes que o passado, a partir de ontem, foi abolido? Se sobrevive em alguma parte, é em objetos sólidos, sem palavras ligadas a ele, como naquele pedaço de vidro. Já não sabemos quase nada sobre a Revolução e os anos anteriores à Revolução. Todos os registros foram destruídos ou falsificados, todo livro reescrito, todo quadro repintado, toda estátua, rua e edifício rebatizados, toda data alterada. E o processo continua, dia a dia, minuto a minuto. A história parou. Nada existe, exceto um presente sem-fim no qual o Partido tem sempre razão. Eu sei, naturalmente, que o passado é falsificado, mas jamais me seria possível prová-lo, mesmo sendo eu o autor da falsificação. Depois de feito o serviço, não sobram provas. A única prova está dentro da minha cabeça, e não sei com certeza se outros seres humanos partilham minhas recordações. Apenas naquele caso, em minha vida toda, possuí prova real, concreta, depois do acontecimento... anos depois.
- E de que adiantou? (ORWELL, 2005, p. 150)

De acordo com Charaudeau (2008), o modo de organização enunciativo é uma categoria de discurso, onde o sujeito falante encena o ato de comunicação e tem como centro os seres da fala, os protagonistas, que são internos à linguagem. O próximo modo de organização a ser analisado é o modo descritivo.

3.2. O Modo descritivo

Charaudeau (2008) considera que o texto é heterogêneo e depende da situação de comunicação, que se relaciona com o contrato, a finalidade, o modo de organização do discurso, as categorias da língua e o gênero do texto. Ele distingue descritivo, que é o modo de organização e se caracteriza como processo, de descrição, que é a definição de um texto e se caracteriza como um resultado. Portanto, pode-se entender:

- que o Descritivo possa combinar-se com o Narrativo e o Argumentativo no âmbito de um mesmo texto;
- que um texto possa ser organizado de maneira descritiva, ora em sua totalidade, ora em parte;
- que o Descritivo seja um Modo de organização que pode intervir tanto em textos literários quanto em textos não literários. (CHARAUDEAU, 2008, p.111)

A partir disso, verificamos que o modo descritivo apresenta em sua composição três elementos, a saber: nomear, localizar-situar e qualificar.

Nomear se institui pelo ato de demonstrar e classificar a existência dos seres. Essa identificação é limitada pela finalidade das situações de comunicação. No trecho a seguir, a descrição do personagem principal Winston Smith tem a finalidade de o apresentar ao leitor:

Winston foi até a janela: uma figura miúda, frágil, a magreza do corpo apenas realçada pelo macacão azul que era o uniforme do Partido. O cabelo era muito louro, a face naturalmente sanguínea, e a pele arranhada pelo sabão ordinário, as giletes sem corte e o inverno que mal terminara. (ORWELL, 2005, p. 6)

No que diz respeito ao localizar/situar, há uma referência à localização espacial, um situar tanto do lugar quanto do tempo que o ser ocupa e, por conseguinte, caracterizá-los.

Era isto, pensou ele com uma vaga repugnância - isso era Londres, cidade principal da Pista Nº 1, por sua vez a terceira entre as mais populosas províncias da Oceania. Tentou encontrar na memória uma recordação infantil que lhe dissesse se Londres sempre tivera aquele aspecto. Havia existido sempre aquelas apodrecidas casas do século dezenove, os flancos reforçados com espeques de madeira, janelas com remendos de cartolina e os telhados com chapa de ferro corrugado, e os muros doidos dos jardins, descaindo em todas as direções? E as crateras de bombas onde o pó de reboco revolteava no ar e o mato crescia à deriva sobre os montes de escombros; e os lugares onde as bombas haviam aberto clareiras maiores e tinham nascido sórdidas colônias de choças de madeira que mais pareciam galinheiros? Mas era inútil, não conseguiria se lembrar: nada sobrava de sua infância, exceto uma série de quadros fortemente iluminados, que se sucediam sem pano de fundo e eram quase inteligíveis. (ORWELL, 2005, p. 7)

Encostou-se ao espaldar. Descera sobre ele uma sensação de completo desespero. Para começar não sabia com a menor certeza se o ano era mesmo 1984. Devia ser mais ou menos isso, pois estava convencido de que tinha trinta e nove anos, e acreditava ter nascido em 1944 ou 45; naqueles dias, porém, não era nunca possível fixar uma data num ou dois anos. (ORWELL, 2005, p. 10)

Último componente do modo descritivo, qualificar é dar qualidade, ou seja, classificar, especificar e torná-lo único em relação ao mundo. Outro aspecto observável é que a qualificação se refere à visão que o ser tem em relação as coisas, visão essa que não depende só da racionalidade, mas também dos sentimentos e sentidos. Qualificar também é a manifestação do imaginário do sujeito falante, marcado pelo embate entre as visões normativas, impostas pela sociedade, e as visões do sujeito. Essa manifestação, a propósito, pode ser encontrada em:

O saguão cheirava a repolho cozido e a capacho de trapos. Na parede do fundo fora pregado um cartaz colorido, grande demais para exibição interna. Representava apenas uma cara enorme, de mais de um metro de largura: o rosto de um homem de uns quarenta e cinco anos, com espesso bigode preto e traços rústicos mas atraentes. (...) O bigodudo olhava de cada canto. Havia um cartaz defronte, O GRANDE IRMÃO ZELA POR TI, dizia o letreiro, e os olhos escuros procuravam os de Winston. Ao nível da rua outro cartaz, rasgado num canto, drapejava ao vento, ora cobrindo ora descobrindo a palavra INGSOC. (ORWELL, 2005, pp. 5 e 6)

Charaudeau (2008) demonstra que a narração e a descrição estão intimamente ligadas, por isso nem sempre é uma fácil tarefa diferenciar os dois modos de organização. Com o intuito de determinar o limite entre o narrativo e o descritivo, o autor afirma:

Concluindo, diremos que o Descritivo serve essencialmente para construir uma imagem atemporal do mundo. Realmente, a partir do momento em que os seres do mundo são nomeados, localizados e qualificados, é como se eles fossem impressos numa película para sempre. Enquanto o Narrativo desdobra necessariamente suas ações em uma sucessividade temporal, o Descritivo se expande fora do tempo (o que explica que o presente e o imperfeito sejam os tempos privilegiados da descrição). Descrever fixa imutavelmente lugares (Localização) e épocas (Situação), maneiras de ser e de fazer das pessoas, características dos objetos. E, de fato, os personagens, lugares e objetos descritos por autores como José de Alencar, Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Graciliano Ramos, para citar alguns dos escritores brasileiros, acham-se imortalizados. (Charaudeau, 2008, p. 116)

A descrição é parcialmente dependente do narrativo e argumentativo, por isso o sentido está relacionado com estes modos de organização. Uma diferença do descritivo em relação aos outros modos é que ele não se fecha. É possível resumir uma narração, já a descrição não tem esta possibilidade.

3.2.1. Procedimentos discursivos

O princípio da organização tem diferentes componentes. O componente nomear corresponde à identificação do ser. O componente localizar se refere à localização do ser. O componente qualificar determina as qualidades e comportamentos do ser.

3.2.1.1. Identificação

Este procedimento nomeia os seres através da sua existência, e pode ser uma referência material ou imaterial.

a) Correspondendo à finalidade de informar, encontramos partes de um texto que tem como função explicitar a identidade de um ser que é indispensável ao texto.

Winston foi até a janela: uma figura miúda, frágil, a magreza do corpo apenas realçada pelo macacão azul que era o uniforme do Partido. O cabelo era muito louro, a face naturalmente sanguínea, e a pele arranhada pelo sabão ordinário, as giletes sem corte e o inverno que mal terminara. (ORWELL, 2005, p. 6)

3.2.1.2. Construção objetiva do mundo

a) Textos com a finalidade contar:

- Passagens de relatos literários em que o narrador (seja por estratégia, seja para respeitar o gênero realista) cria um efeito de real (o que também ocorre no gênero fantástico) (p. 124)

Era isto, pensou ele com uma vaga repugnância - isso era Londres, cidade principal da Pista Nº 1, por sua vez a terceira entre as mais populosas províncias da Oceania. Tentou encontrar na memória uma recordação infantil que lhe dissesse se Londres sempre tivera aquele aspecto. (ORWELL, 2005, p. 7)

Este tipo de construção visa estabelecer padrões de verdade que independem da subjetividade, pois pretende ser objetiva. Esta "visão de verdade sobre o mundo" (CHARAUDEAU, 2008, p. 120), qualifica os seres e não se trata da verdade do mundo, é uma ilusão de verdade.

3.2.1.3. Construção subjetiva do mundo

O sujeito falante descreve o mundo a partir de sua própria visão, que é, portanto, subjetiva. Esta visão pode ter duas formas:

"- Como o resultado de uma intervenção pontual do narrador a propósito da descrição do mundo" (CHARAUDEAU, 2008, p.125). Neste tipo de intervenção os sentimentos e opiniões do narrador se misturam ao que é descrito por ele, um relato subjetivo.

O saguão cheirava a repolho cozido e a capacho de trapos. Na parede do fundo fora pregado um cartaz colorido, grande demais para exibição interna. Representava apenas uma cara enorme, de mais de um metro de largura: o rosto de um homem de uns quarenta e cinco anos, com espesso bigode preto e traços rústicos mas atraentes. (...) O bigodudo olhava de cada canto. Havia um cartaz defronte, O GRANDE IRMÃO ZELA POR TI, dizia o letreiro, e os olhos escuros procuravam os de Winston. Ao nível da rua outro cartaz, rasgado num canto, drapejava ao vento, ora cobrindo ora descobrindo a palavra INGSOC. (ORWELL, 2005, pp. 5 e 6)

"Como construção de um mundo mitificado pelo narrador" (CHARAUDEAU, 2008, p. 125), que pode ser fundamentada a partir de uma realidade ou fora da realidade, neste caso a descrição será ficcional.

Com o suspiro profundo e inconsciente que nem mesmo a proximidade da teletela podia impedir, ao iniciar o dia de trabalho, Winston puxou o falaescreve, soprou a poeira do bocal e colocou os óculos. Depois desenrolou e grampeou quatro pequenos rolos de papel que haviam caído do tubo pneumático à direita da mesa. Nas paredes do cubículo havia três orifícios. À direita do falaescreve, um pequeno tubo pneumático para mensagens escritas; à esquerda, outro maior, para jornais; e no meio, bem ao alcance do braço de Winston, uma grande abertura retangular protegida por uma grade de arame. Destinava-se ao desembarço de papeis servidos. Aberturas idênticas existiam aos milhares, ou às dezenas de milhares, em todo o edifício, não apenas nas salas, como a pequenos intervalos, nos corredores. Por um motivo qualquer, haviam sido apelidados de buracos da memória. Quando se sabia que um documento devia ser destruído, ou mesmo quando se via um pedaço de papel largado no chão, era gesto instintivo, automático, levantar a tampa do mais próximo buraco da memória e jogar o papel dentro dele para que fosse sugado pela corrente de ar morno, até as caldeiras enormes, ocultas nalguma parte, nas entranhas do prédio. (ORWELL, 2005, p. 39)

- Textos literários, cujas passagens manifestam a subjetividade do narrador:

O'Brien era um homem grande, troncudo, de pescoço taurino e rosto grosseiro, engraçado, brutal. Apesar de sua aparência temível, tinha maneiras até distintas. Seu tique de re-arranjar os óculos no nariz, um gesto curioso, desarmava e - de certo modo indefinível - parecia civilizado. Era um gesto que, se alguém ainda pensasse em velharias tais, poderia recordar um fidalgo do século dezoito oferecendo a caixa de rapé. (ORWELL, 2005, p. 13)

Segundo Charaudeau (2008), os textos classificados como realistas utilizam imagens para descrever o mundo com bastante precisão e, por conta disso, estão presentes no imaginário de ficção.

3.2.5. Procedimentos linguísticos

Os procedimentos linguísticos estão divididos em: procedimentos linguísticos para nomear, localizar-situar, e qualificar.

3.2.5.1. Procedimentos linguísticos para nomear

a) A denominação

É utilizada para identificar os seres através de nomes próprios ou comuns. Estes nomes servem para qualificar os seres.

Winston foi até a janela: uma figura miúda, frágil, a magreza do corpo apenas realçada pelo macacão azul que era o uniforme do Partido. O cabelo era muito louro, a face naturalmente sanguínea, e a pele arranhada pelo sabão ordinário, as giletes sem corte e o inverno que mal terminara. (ORWELL, 2005, p. 6)

b) A indeterminação

A indeterminação é contrária ao processo de determinação. Pode ser relacionada à atemporalidade ou aos personagens.

Encostou-se ao espaldar. Descera sobre ele uma sensação de completo desespero. Para começar não sabia com a menor certeza se o ano era mesmo 1984. Devia ser mais ou menos isso, pois estava convencido de que tinha trinta e nove anos, e acreditava ter nascido em 1944 ou 45; naqueles dias, porém, não era nunca possível fixar uma data num ou dois anos. (ORWELL, 2005, p. 10)

3.2.5.2. Procedimentos linguísticos para localizar- situar

a) Estes procedimentos são utilizados para fornecer a localização exata e identificar certos lugares.

Era isto, pensou ele com uma vaga repugnância - isso era Londres, cidade principal da Pista Nº 1, por sua vez a terceira entre as mais populosas províncias da Oceania. Tentou encontrar na memória uma recordação infantil que lhe dissesse se Londres sempre tivera aquele aspecto. (ORWELL, 2005, p. 7)

b) Procedimentos que indeterminam os lugares e o tempo. Por serem incertos não permitem a identificação.

Encostou-se ao espaldar. Descera sobre ele uma sensação de completo desespero. Para começar não sabia com a menor certeza se o ano era mesmo 1984. Devia ser mais ou menos isso, pois estava convencido de que tinha trinta e nove anos, e acreditava ter nascido em 1944 ou 45; naqueles dias, porém, não era nunca possível fixar uma data num ou dois anos. (ORWELL, 2005, p. 10)

3.2.5.3 Procedimentos linguísticos para qualificar

A partir desta categoria é possível objetivar ou subjetivar o mundo ao produzirem efeitos de real e de ficção. Os seres são descritos a partir de suas qualidades, gostos e identidades.

Com o suspiro profundo e inconsciente que nem mesmo a proximidade da teletela podia impedir, ao iniciar o dia de trabalho, Winston puxou o falaescreve, soprou a poeira do bocal e colocou os óculos. (ORWELL, 2005, p. 39)

3.2.6. A encenação descritiva

A encenação descritiva é dividida em: efeito de saber e efeito de real e ficção.

3.2.6.1. Componentes e efeitos de encenação descritiva

3.2.6.2. O efeito de saber

O sujeito falante é o descritor, e neste efeito ele é conhecedor de diversos aspectos. Este efeito oferece maior legitimidade ao discurso e ao ethos do sujeito que comunica.

Atualmente, na Oceania, a ciência quase cessou de existir, no sentido antigo, em Novilíngua não existe palavra para "ciência". O método empírico de raciocínio, no qual se basearam todos os desenvolvimentos científicos passados, se opõe aos princípios fundamentais do Ingsoc. E mesmo o progresso tecnológico só se verifica quando os seus produtos podem ser, de alguma forma, utilizados para limitar a liberdade humana. (ORWELL, 2005, p. 186)

3.2.6.3. Efeitos de real e de ficção

Charaudeau (2008) considera que os efeitos de real e de ficção devem ser estudados juntos, pois a alternância entre os dois é o principal. Estes efeitos produzem imagens diferentes do narrador-descritor, que podem ser externas ao mundo descrito ou parte da descrição. Nos textos ficcionais há uma alternância entre um mundo realista e outro fantástico. Efeitos de real: Londres e Times. Os efeitos de ficção: teletela e tubo pneumático.

Desde mais ou menos aquela época, a guerra fora literalmente contínua, embora, a rigor, não fosse sempre a mesma guerra. Durante vários meses, durante sua meninice, houvera confusas lutas de rua na própria Londres. (ORWELL, 2005, p.35)

Winston discou "números atrasados" na teletela e pediu os exemplares do Times, que escorregaram da boca do tubo pneumático depois de uns minutos de espera. As mensagens recebidas referiam-se a artigos ou notícias que, por um motivo ou outro, deviam ser alterados ou, como se dizia oficialmente, retificados. (ORWELL, 2005, p. 40)

3.2.6.4. Efeito de confiança

Neste efeito o escritor confia de forma implícita ou explícita algo pessoal através de reflexões.

Nesses momentos era até possível dirigir o ódio neste ou naquele rumo, por ato voluntário. De repente por uma espécie desse esforço violento com que, num pesadelo, se levanta a cabeça do travesseiro, Winston conseguiu transferir para a moça de cabelo escuro, sentada atrás dele, o ódio que antes dedicava à figura da tela. (ORWELL, 2005, p. 17)

3.3. O modo narrativo

Charaudeau (2008) considera que o modo de organização narrativo é complicado de se trabalhar, apesar disso esse modo deve ser compreendido como um todo. O narrativo é objeto de estudo da crítica literária, da semiótica e da tradição escolar. Segundo o autor, a tradição escolar trabalha o modo narrativo de três maneiras. A primeira é a partir de uma prática de exercícios que tem a função de redigir e descrever acontecimentos. De acordo com Charaudeau (2008, p. 151):

Há narrativas “reais” e narrativas “inventadas” (testemunhos, reportagens, romances), há narrações que são pura descrições (como na redação escolar: “Conte seu dia de domingo”), há histórias fictícias (“Eu vou-te contar uma história”) e outras que tendem à objetividade (resumos, relatórios).

Já a segunda é através de uma classificação de textos narrativos, a partir dos gêneros literários, que de forma falsa considera que o texto é homogêneo. A terceira, por sua vez, é a pedagogia da explicação de texto, que trabalha tanto a forma como o conteúdo a partir de um discurso argumentativo através de uma narrativa literária. Contar é descrever os fatos através de uma sequência de ações, que pode ser ou não uma narrativa. Segundo Charaudeau (2008) para que haja narrativa é necessário ter um contador, chamado, por Machado e Mendes (2013), de *scriptor*. Esse contador, a partir de uma intencionalidade, comunica sua visão de mundo para o tu interpretante. Neste trecho de *1984* é possível perceber a presença do narrador:

Mas quando a guerra se torna literalmente contínua, cessa também de ser perigosa. Quando a guerra é contínua, não existe necessidade militar. O progresso técnico pode cessar e os fatos mais palpáveis podem ser negados ou desprezados. Como vimos, as pesquisas que poderiam ser chamadas científicas são ainda levadas a cabo, com finalidades bélicas, mas são em essência, um sonho vão, e não importa que não dêem o menor resultado. A eficiência não mais é necessária, nem mesmo a eficiência militar. (ORWELL, 2005, p.191).

Diante dessa perspectiva, Charaudeau (2008, p. 154) propõe uma reflexão acerca da finalidade de contar, como uma atividade linguageira. A partir disso, o autor declara que:

Contar representa uma busca constante e infinita; a da resposta às perguntas fundamentais que o homem faz: “Quem somos? qual é a nossa origem? qual é nosso destino?” Dito de outro modo: “qual é a verdade do nosso ser?”
Como esta não se deixa descobrir, o homem, através de seu imaginário, produz narrativas que, falando de fatos e gestos dos seres humanos, liberam parcelas desta verdade.
Contar é, então, uma atividade linguageira cujo desenvolvimento implica uma série de tensões e até mesmo de contradições.

O ato de contar pressupõe a existência de uma realidade anterior, o universo contado que tem predominância sobre a realidade. Charaudeau (2008) questiona: “Como pretender que uma narrativa possa ser o reflexo fiel de uma realidade passada (mesmo que essa realidade tenha sido efetivamente vivida pelo sujeito que narra)?” (CHARAUDEAU, 2008, p. 154) A partir desta pergunta é criada a primeira tensão para “fazer crer no que é verdadeiro, no autêntico, na realidade, numa atividade cujo aspecto ficcional é primordial” (CHARAUDEAU, 2008, p.154). É a partir dessa tensão que se manifestam os efeitos de realidade e de ficção, os quais se apresentam por meio da alternância. Já o narrador-descritor narra um mundo exterior ao que é escrito e também ao que está inscrito no texto.

Desde mais ou menos aquela época, a guerra fora literalmente contínua, embora, a rigor, não fosse sempre a mesma guerra. Durante vários meses da sua meninice,

houvera confusas lutas de rua na própria Londres, e de alguma ele se recordava vivamente. Mas seguir a história de todo o período, dizer quem lutava, contra quem, em determinado momento, seria absolutamente impossível, já que nenhum registro escrito nem palavra oral jamais fazia menção de outro alinhamento de forças, diferente do atual. Naquele momento por exemplo, em 1984 (se é que era 1984), a Oceania estava em guerra com a Eurásia e era aliada da Lestásia. (ORWELL, 2005, p.35)

Não só no trecho supracitado, mas ao longo de toda a obra, a descrição é ao mesmo tempo realista e ficcional, sendo que o leitor não pode escolher entre as duas, por isso é possível perceber estes efeitos de real e ficção. Se por um lado temos um efeito de real presente na palavra Londres, haja vista ser a capital da Inglaterra, temos alguns efeitos de ficção viabilizados pelos termos Eurásia e Lestásia, que são conglomerados de países que não existem.

A segunda tensão, de acordo com Charaudeau (2008), diz respeito à unicidade e pluralidade. Contar se relaciona com dois tipos de crença interligados com a verdade e o ser humano. A crença na unidade do ser representa-o como uma entidade única, uma verdade universal e produz as narrativas míticas “que buscam recuperar uma verdade (fundadora) que estaria ancorada na parte mais remota da memória coletiva de um povo” (CHARAUDEAU, 2008, p.155). Esse viés mítico aparece nas narrativas inalteráveis, ou seja, são os textos sagrados; sejam eles oriundos das sociedades mais primitivas, ou das mais modernas. O que essas narrativas têm em comum é que todas elas, ao longo dos séculos, apresentam uma verdade absoluta e representam uma memória coletiva.

As narrativas alegóricas também aspiram a serem universais, transmitem-se através do tempo e do espaço a partir de lendas, evangelhos, contos populares. As narrativas que idealizam heróis propõem um modelo a ser seguido e estão presentes na literatura épica da Idade Média, em algumas biografias, na literatura policial e na ficção científica, sendo que os heróis são concretos, pela sua própria representação e abstratos, representam um ideal de tipo em que o leitor se identifica. No livro *1984* Winston não é um herói comum, suas características são banais, ele não é bonito, não é inteligente, mas mesmo assim, o leitor se identifica justamente pelas suas imperfeições.

A crença numa “realidade plural” do mundo e do ser, segundo Charaudeau (2008), relaciona o mundo como algo abstrato, fragmentado e o ser, na sua multiplicidade. A partir desta crença surgiram as narrativas realistas que representam autenticidade. Podemos afirmar, então, que George Orwell escreveu uma narrativa realista com a obra *1984*, como pode ser exemplificado a seguir:

Desde mais ou menos aquela época, a guerra fora literalmente contínua, embora, a rigor, não fosse sempre a mesma guerra. Durante vários meses, durante a sua meninice, houvera confusas lutas de rua na própria Londres. (Orwell, 2005, p. 35)

Neste trecho percebe-se uma narrativa realista e ao mesmo tempo fantasiosa. O Times é uma revista que existe na Inglaterra, já os termos “teletela” e “tubo pneumático” fazem parte da ficção. As narrativas picarescas representam autonomia nos episódios e mostra os heróis como anti-modelos, justamente o que acontece com Winston, que nada se parece com o herói tradicional, mas sim como uma pessoa comum cheia de defeitos.

As narrativas de forma breve contam a história da vida a partir de novelas, retratos e fábulas satíricas. Nas narrativas romanescas o herói é simbólico, portanto abstrato. Por último, nas narrativas de testemunho histórico estão presentes documentos, investigações que reconstróem o tempo histórico. Charaudeau (2008, p. 156) acredita que nessas narrativas não há um ideal de herói. Sobre este assunto ele afirma:

Contar corresponde efetivamente à busca da “impossível captura de sua unidade” como diria G. Bataille. Busca que se realiza em meio a uma tensão entre o imaginário de uma realidade fragmentada e particular e o de uma idealização homogênea e universal.

Evidentemente, esses dois imaginários não criam uma divisão estanque entre dois tipos de narrativas que seriam radicalmente diferentes.

As narrativas são compósitas e podem transitar entre esses dois imaginários, como se pode ver tanto na literatura romanescas moderna (por exemplo Balzac e Proust), quanto em certos gêneros jornalísticos (por exemplo, as notícias locais, os chamados “fait divers”).

Entretanto, um desses dois imaginários pode constituir, segundo os gêneros ou as épocas (reflexos das preocupações sociais), a dominante da narrativa.

Em qualquer caso, esses imaginários nos permitem compreender o que está em jogo na narrativa: “como construir um universo contado entre realidade e ficção.

O narrador em *1984* é tanto um sujeito que descreve, quanto um sujeito que testemunha, pois ele narra apenas o que vê acontecer com Winston, identifica e nomeia o desenvolver da trama de Winston. No trecho a seguir do livro, através de um pensamento de Winston, o narrador estabeleceu uma comparação entre o passado e o futuro a fim de verificar qual deles era o melhor e por fim refletir a realidade marcada pelas mentiras do Partido. Proferidas pelas “teletelas”, afirmavam que sob o domínio da Revolução as pessoas viviam melhor do que no passado, entretanto não havia testemunha para compactuar, pois os livros, revistas e jornais eram fraudados a fim de assegurar a veracidade do que era dito pelo Partido. Ele também refletiu sobre a omissão da população, que repetia sempre o mesmo cotidiano sem pensar criticamente sobre a sociedade:

Como era possível dizer onde acabava a verdade e começava a mentira. Podia ser verdade que o ser humano comum agora vivesse melhor do que antes da Revolução. A única prova em contrário era o protesto mudo nos ossos, o sentimento instintivo de

que as condições em que vivia eram intoleráveis e que deviam ter sido diferentes. De repente achou que as únicas coisas verdadeiramente típicas da vida moderna não eram nem a crueldade nem a insegurança, mas apenas a nudez, a miséria e o desânimo. Olhando-se em torno, verificava-se que a vida não apenas diferia das mentiras que provinham das teletelas, como também dos ideais que o Partido buscava atingir. Muitas atividades cotidianas, mesmo para um membro do Partido, eram neutras e não políticas, questão de cumprir tarefas tediosas, lutar por um lugar no trem subterrâneo, remendar uma meia gasta, esmolar uma pastilha de sacarina, guardar uma ponta de cigarro. O ideal criado pelo Partido era enorme, terrível, luzídeo – um mundo de aço e de concreto, de monstruosas máquinas e armas aterrorizantes -, uma nação de guerreiros e fanáticos, marchando avante em perfeita unidade, todos tendo os mesmos pensamentos e gritando as mesmas divisas – trezentos milhões com a mesma cara – trabalhando perpetuamente, lutando, triunfando, perseguindo. (ORWELL, 2005, p. 75)

De acordo com Charaudeau (2008), o modo narrativo corresponde a um componente da narrativa. A narrativa é feita através dos modos de organização do discurso, respectivamente o narrativo e o descritivo. O descritivo é imutável, descontínuo, ou seja, ele somente mostra o que está estabelecido. Já o narrativo desenvolve as ações através de uma continuidade, princípio e fim.

Os sujeitos são classificados em dois tipos, a partir da análise de Charaudeau (2008), o sujeito que descreve e o sujeito que narra. O sujeito que descreve observa e classifica o que vê. O sujeito que narra vivencia como testemunha, mesmo que sejam fatos fictícios, e percebe o desenvolvimento das ações ocorridas.

3.3.1. A lógica Narrativa

Charaudeau (2008) divide os componentes da lógica narrativa em três tipos: os actantes, os processos, e as sequências. Os actantes são responsáveis pelas ações da narrativa. Entre os actantes narrativos há hierarquia a partir de dois pontos de vista: sob o ponto de vista de sua natureza, os actantes narrativos são actantes humanos, o que implica um actante que age e outro que sofre a ação; e sob o ponto de vista de sua importância, que são os actantes principais e os secundários. Os actantes não são puros, ou seja, a semantização das formas (que dá qualidade aos actantes) está diretamente ligada ao seu papel narrativo. Existe uma distinção entre actante e personagem, o actante é uma forma não qualificada e o personagem é uma forma qualificada, um actante pode ser caracterizado por vários personagens, assim como o oposto também é possível.

Charaudeau (2008) formulou um questionário para classificar os actantes, o agente que age, e o paciente que sofre a ação. A partir destes questionários é possível perceber como a relação entre Winston e os outros personagens do livro ajudam a descrever o tipo de sociedade totalitária que o livro descreve. Com a relação de Winston com O'Brien percebe-se que a princípio Winston pensava que O'Brien participava da Fraternidade e na verdade ele

trabalhava ativamente para o Partido Interno. Na relação amorosa entre Winston e Júlia o amor entre os dois não pôde ser concretizado, pois não era permitido pelo Partido. E na relação entre Winston e os outros personagens a troca é meramente cotidiana, não há laços de amizade.

A seguir será analisado um trecho do livro *1984* em que Winston conversa com Júlia:

- Foi um caso excepcional. Não foi apenas um assassinio. Percebes que o passado, a partir de ontem, foi abolido? Se sobrevive em alguma parte, é em objetos sólidos, sem palavras ligadas a ele, como naquele pedaço de vidro. Já não sabemos quase nada sobre a Revolução e os anos anteriores à Revolução. Todos os registros foram destruídos ou falsificados, todo livro reescrito, todo quadro repintado, toda estátua, rua e edifício rebatizados, toda data alterada. E o processo continua, dia a dia, minuto a minuto. A história parou. Nada existe, exceto um presente sem-fim no qual o Partido tem sempre razão. Eu sei, naturalmente, que o passado é falsificado, mas jamais me seria possível prová-lo, mesmo sendo eu o autor da falsificação. Depois de feito o serviço, não sobram provas. A única prova está dentro da minha cabeça, e não sei com certeza se outros seres humanos partilham minhas recordações. Apenas naquele caso, em minha vida toda, possuí prova real, concreta, depois do acontecimento... anos depois.

- E de que adiantou? (ORWELL, 2005, p. 150)

O actante age, Winston inicia a ação ao começar o diálogo com Júlia. O actante age como aliado, pois Winston se associa a Júlia para avisá-la dos perigos ocasionados pelo domínio que o Partido tem sobre o passado, das memórias que foram apagadas a partir de falsificações e da dificuldade de provar este procedimento. Em outras palavras, o actante se associa a outro para agir contra um adversário. Neste caso se trata de uma reflexão e não uma ação direta. O actante age de forma voluntária, pois o ato é intencional já que Winston adverte Júlia sobre o perigo do domínio do Partido. O actante também sofre a ação como vítima. Winston e Júlia são afetados negativamente pela ação do Partido . O actante beneficiário, Júlia, reage de forma incrédula à fala de Winston ao indagar o que adiantou ele ter uma prova concreta contra o Partido. O tipo de qualificação é negativo, pois o Partido é totalitário e reescreve o passado para o seu próprio benefício.

Na próxima análise, Winston dialoga com O'Brien e acredita que os dois são aliados:

- Acreditamos que existe uma conspiração, uma organização secreta trabalhando contra o Partido, e que estás envolvida nela. Queremos também trabalhar nela. Somos inimigos do Partido. Não acreditamos nos princípios do Ingsoc. Somos ideocriminosos. Também somos adúlteros. Conto tudo isto porque queremos nos entregar à tua mercê. Se queres incriminar-nos de qualquer outra forma, estamos prontos.

[...] – E a conspiração... a organização? Existe? Não é mera invenção da Polícia do Pensamento?

- Existe, sim. Chama-se a Fraternidade. Nunca saberás muito mais a respeito da Fraternidade, exceto que existe e que pertences a ela. Voltarei ao assunto daqui a pouco. – Olhou o relógio de pulso. – É imprudente, mesmo para os membros do Partido Interno, desligar a teletela mais de meia hora. Não devias ter vindo com a moça, e teres de sair separados. Tu, camarada – e indicou Júlia com a cabeça -, sairás antes. Temos uns vinte minutos à nossa disposição. Compreendeis que devo fazer

algumas perguntas. Em termos gerais, a que estais dispostos? (ORWELL, 2005, pp. 164 e 166).

O actante age, Winston é o responsável pela ação e O'Brien sofre a ação, ele o faz como aliado, Winston e O'Brien se relacionam como colegas por partilharem do mesmo princípio norteador, são contra o Partido, participam da Fraternidade e se encontram dispostos a tudo para alcançarem os seus objetivos. O actante age de forma voluntária, pois Winston decidiu se aliar à Fraternidade e se opor às diretrizes do Partido de forma consciente. O tipo de qualificação é positivo, porque a destreza e inteligência de ambos fazem com que se sintam esperançosos de uma sociedade mais justa e livre.

Nesta análise Winston sabe que na verdade O'Brien trabalha para o Partido. Este é um relacionamento de opressão, O'Brien tortura Winston:

- Somos os sacerdotes do poder – disse. – Deus é poder. Mas no momento, para ti, poder é apenas uma palavra. É tempo de teres uma ideia do que significa poder. A primeira coisa que deves entender é que o poder é coletivo. O indivíduo só tem poder na medida em que cessa de ser indivíduo. Conheces o lema do Partido: “Liberdade é escravidão”. Já te ocorreu que é reversível? Escravidão é liberdade. Sozinho, livre, o ser humano é sempre derrotado. Assim deve ser, porque todo ser humano está condenado a morrer, que é o maior dos fracassos. Mas se puder realizar uma submissão completa, total, se puder fugir à sua identidade, se puder fundir-se no Partido então ele é o Partido, e é onipotente e imortal. A segunda coisa que deves entender é que poder é o poder sobre todos os entes humanos. Sobre o corpo, mas, acima de tudo, sobre a mente. O poder sobre a matéria, realidade externa, como a chamarias, não é importante. E o nosso poder sobre a matéria já é absoluto. Por um momento, Winston ignorou o mostrador. Fez um violento esforço para se sentar e só conseguiu retorcer o corpo dolorosamente.

- Mas como podes controlar a matéria? – explodiu. – Não consegues nem dominar o clima nem a lei da gravidade. E há a doença, a morte, a dor. (ORWELL, 2005, pp. 252 e 253)

O actante, Winston, sofre a ação de forma passiva, pois está sendo torturado por O'Brien e posteriormente tenta intervir de maneira contrária à fala de O'Brien. O actante sofre a ação como vítima, por se tratar de uma tortura, há dois polos opostos, o opressor e a vítima. O actante vítima reage ao se recusar a aceitar a fala de O'Brien. O tipo de qualificação é negativa, pois a tortura envolve desgaste físico e psicológico.

Nos trechos acima, assim como outros trechos analisados que estão dispostos no anexo, é possível perceber que na maioria das vezes Winston é o actante principal e é o responsável pelas ações. Na relação com Júlia ele está ciente do crime cometido por eles e se preocupa com o futuro do casal, portanto é o actante que age na maior parte dos diálogos. Na relação com os outros personagens da trama, também é o actante que se destaca nas ações. E na relação com O'Brien os dois intercalam os polos ativo e passivo como actantes. A maioria dos tipos de qualificação é negativa, pois como o livro é uma distopia, o enredo possui uma visão negativa.

3.3.2. Funções narrativas

As funções narrativas, de acordo com Charaudeau (2008), se relacionam com os papéis narrativos dos actantes. Já o processo corresponde a uma unidade de ação, que se relacionam com outras ações (intencionalidade) para formarem a função narrativa. “Este processo narrativo pode ser realizado por diferentes tipos de ações. [...] Uma mesma ação poderá ser relacionada com tal ou qual outra ação numa mesma história (ou em histórias diferentes), que determinará tal ou qual função narrativa” (p.164).

A organização de uma história é estabelecida por uma hierarquia de funções narrativas. Portanto os processos podem ter dois tipos de função narrativa: uma função narrativa principal, que corresponde ao grande enredo da história com relações de causa e consequência; e uma função narrativa secundária, que é complementar aos grandes enredos da história. As funções principais e as funções secundárias se organizam através dos princípios de coerência, intencionalidade, encadeamento e localização. (Charaudeau 2008)

De acordo com Charaudeau (2008), a lógica narrativa é uma sucessão de acontecimentos organizados a partir de um princípio de coerência. Estes acontecimentos seguem um princípio de intencionalidade e as ações se ordenam por um princípio de encadeamento. Tudo isso enquadrado por princípio de localização do espaço-temporal. O princípio da coerência é marcado por uma sucessão de ações não arbitrárias, em que algumas ações exercem uma função de abertura e outras ações de fechamento. A função de abertura é utilizada quando não há outra que a anteceda. A função é de fechamento quando ela apresenta um resultado, que pode ser positivo ou negativo. O princípio de intencionalidade é a motivação que dá sentido narrativo às ações de abertura e fechamento, ao conferir uma finalidade ao ato, a partir da intenção do sujeito.

No livro *1984*, o estado inicial de falta é percebido pela insatisfação de Winston em relação ao Grande Irmão e a esperança de encontrar outras pessoas que também fossem contrárias ao Partido:

Fora tudo, e ele já nem tinha a certeza de que de fato acontecera. Tais incidentes jamais tinham sequela. Tudo que faziam era manter viva, dentro dele, a fé, ou a esperança, de que houvesse outros inimigos do Partido. Afinal de contas, talvez fossem verdadeiros os boatos de vastas conspirações subterrâneas – quiça existisse mesmo a Fraternidade! Era impossível, não obstante as infindas prisões, confissões e execuções, ter a certeza de que a Fraternidade não passava de invencionice. Alguns dias ele acreditava, outros não. Não havia provas, apenas visões fugidias que podiam significar algo ou nada: trechos de conversa entreouvida, rabiscos apagados nas paredes das privadas – e uma vez, até, no encontro de dois desconhecidos, um pequeno movimento de mãos que talvez fosse um sinal identificador. (ORWELL, 2005 p. 19)

No processo de busca Winston tenta preencher a falta com uma ação objetiva. Ele vai a casa de O'Brien e fala abertamente sobre o seu desejo de entrar na Fraternidade:

- Acreditamos que existe uma conspiração, uma organização secreta trabalhando contra o Partido, e que estás envolvida nela. Queremos também trabalhar nela. Somos inimigos do Partido. Não acreditamos nos princípios do Ingsoc. Somos ideocriminosos. Também somos adúlteros. Conto tudo isto porque queremos nos entregar à tua mercê. Se queres incriminar-nos de qualquer outra forma, estamos prontos. (ORWELL, 2005, p.164)

O estado final é o resultado da busca, que pode ser positivo ou negativo. No caso de Winston, o resultado é negativo, pois ele é capturado, preso e torturado:

Não sabia onde estava. Presumivelmente no Ministério do Amor; mas não havia de o verificar.

Encontrava-se numa cela de pé-direito alto, sem janelas, de paredes de azulejo brancos e brilhantes. Lâmpadas ocultas inundavam-na de luz fria, e havia um zumbido baixo, constante, que ele supôs ter relação com o sistema de ar. Um banco, ou prateleira, de largura apenas suficiente para se sentar, circundava toda a parede, interrompendo-se apenas na porta e, em frente à porta, um vaso de privada, sem tampo. Havia quatro teletelas, uma em cada parede. (ORWELL, 2005, p.216)

O princípio do encadeamento é a reunião entre os princípios de coerência e intencionalidade. Há quatro tipos de encadeamento: a sucessão, o paralelismo, a simetria e o encaixe. A sucessão é demarcada pelas sequências lineares que se complementam até a sua finalização. No paralelismo, as sequências são autônomas, cada uma tem um actante-agente diferente e posteriormente se encontram. Na simetria há duas sequências diferentes, sendo que uma é positiva, pois acarreta um processo de melhoramento e a outra é negativa, com o processo de degradação. No encaixe, micro-sequências servem para detalhar as sequências maiores sobre determinado assunto. No livro *1984*, o tipo de encadeamento é sucessão, pois os acontecimentos, desde o início da trama, se completam até chegar ao clímax que é o final. (Charaudeau, 2008)

O princípio de localização é o norteador da organização lógica da narrativa através de dois pontos de referência: a localização da sequência no espaço, que interfere nos princípios de coerência e encadeamento com as mudanças de lugares; a situação de sequência no tempo, que interfere no princípio da coerência; e a caracterização dos actantes, que apesar de pertencer ao modo descritivo, também é considerada no princípio da intencionalidade, a caracterização envolve as relações de força entre os actantes, e os tipos de motivação. No que diz respeito ao livro *1984*, a localização é linear, pois toda a trama é desenvolvida em Londres, que pertencia a “Oceania”. Orwell dividiu o mundo de *1984* em três super potências: “Eurásia”, composta pelos países da Europa e o ocidente asiático; “Lestásia”, que são os

países do leste asiático; e Oceania, que correspondia aos países da América e a Inglaterra. Os locais percorridos por Winston são o seu apartamento, o seu trabalho no Ministério da Verdade, o quarto alugado numa loja localizada no bairro dos “proles”, os esconderijos compartilhados com Júlia e a prisão no Ministério do Amor.

Os procedimentos ligados à motivação intencional estão relacionados com os princípios de coerência e intencionalidade. Na sequência narrativa o agente pode ser voluntário, quando tem intenção de agir ou não voluntário, se não tem intenção de agir. O agente não voluntário pode sofrer influência de outro agente que pode ser humano ou sobrenatural. Winston é um agente voluntário quando decide ir a casa de O’Brien para fazer parte da Fraternidade: “Haviam-se decidido, haviam-se decidido afinal, era tudo que ele conseguia pensar. Fora ousadia ir a casa de O’Brien, e pura loucura chegar lá com Júlia. (ORWELL, 2005, p. 162). Entretanto, quando Winston se encontra no Ministério do Amor e é torturado por O’Brien se torna um agente não voluntário: “Mais tarde, verificaria que aquilo tudo não passava de preliminar, de interrogatório rotineiro, a que todos os presos eram submetidos.” (ORWELL, 2005, p. 229)

Nos procedimentos ligados à cronologia, o princípio relacionado é o de encadeamento. Na cronologia contínua em progressão, o modo progressivo se apresenta quando a sequência temporal é contínua e um só actante atua na narrativa, como é possível perceber neste trecho do livro *1984*: “Era um dia frio e ensolarado de abril, e os relógios batiam treze horas. Winston Smith, o queixo fincado no peito numa tentativa de fugir ao vento impiedoso. (ORWELL, 2005, p. 5)

Os procedimentos ligados ao ritmo se referem ao princípio do encadeamento. A narrativa sofre uma variação de ritmo, as ações se desenrolam às vezes de forma rápida e outras vezes lentamente, condensadas ou alongadas. Na condensação o relato é conciso e pode modificar o tempo da narrativa para o futuro, o que implica no não desenvolvimento da sequência. A expansão suspende a narrativa e, por conseguinte o ritmo e faz uma descrição ou sucessão de ações. No livro *1984* não há condensação, pois a trama está no presente, e em alguns trechos ocorre suspensão. Um exemplo de expansão pode ser verificado no trecho a seguir do livro *1984*:

Tornou a acontecer quando cruzaram: era apenas um tremor, um arrepio, rápido como o clique de um obturador de uma máquina fotográfica, mas evidentemente habitual. Lembrou-se de ter pensado na ocasião: esse pobre-diabo está danado. O mais aterrorizante era o ato talvez ser inconsciente. O pior de todos os perigos era falar dormindo. Não havia meio de se proteger contra aquilo. Ele suspirou e continuou escrevendo:

Entrei com ela pela porta e atravessamos um quintal, chegando à cozinha de um porão. Contra a parede havia uma cama e sobre a mesa uma lâmpada, muito fraquinha. Ela... (ORWELL, 2005, p.66)

Por último, os procedimentos ligados à localização espaço temporal que estão relacionados ao princípio de localização e se dividem em situação no tempo, que pode ter efeito de ficção autobiográfica ou ficção histórica; e a localização no espaço, que "é um procedimento que constrói oposições entre ações localizadas num espaço fechado/ ações localizadas num espaço aberto, e entre ações que manifestam um deslocamento no espaço/ ações que manifestam uma fixação no espaço" (CHARAUDEAU, 2008, p. 182).

Charaudeau (2008, p. 183-184) propõe a encenação narrativa e, um dos componentes desta encenação é o dispositivo narrativo:

Quem conta (uma história) não é quem escreve (um livro) nem quem é (na vida). Dito de outra forma, embora aparentemente seja uma mesma pessoa, como na autobiografia, não se pode confundir o indivíduo, ser psicológico e social, o autor, ser que escreveu, por exemplo, um romance, e o narrador, "ser de papel" que conta uma história.

A mesma observação pode ser feita a propósito do leitor: não se pode confundir tal indivíduo com o leitor real em que ele se torna e ao qual é pedido um mínimo de competência de leitura; nem este leitor real com o leitor, "ser de papel", que se acha implicado como destinatário de uma história contada por um narrador.

O narrador pode ser de dois tipos, um narrador-historiador, que conta uma história real e um narrador-contador, que narra uma história inventada, uma ficção. A narrativa depende da encenação narrativa em dois espaços de significações, um espaço externo ao texto (extratextual), em que os parceiros autor e leitor são reais, o objeto de troca é o texto, os dois têm identidades sociais e são respectivamente o sujeito falante e o sujeito receptor-interpretante; e um espaço interno ao texto (intratextual), onde existem o narrador e o leitor-destinatário, que são os sujeitos de "papel", e são o enunciador e o destinatário:

O autor pode ter duas identidades:

a) a identidade de um indivíduo que vive e age na vida social, tem uma personalidade própria, conhece experiências individuais e coletivas como participante do mundo das práticas sociais.

Como tal, tem um nome próprio – isto é, pode ser identificado de maneira específica – e tem uma biografia pessoal não obrigatoriamente pública, que pode tornar-se conhecida, mas não necessariamente. Será chamado autor-indivíduo.

Este autor-indivíduo pode estar ausente da narrativa, mas pode igualmente aparecer de maneira explícita. Torna-se, então, personagem da narrativa, e testemunha de uma história vivida que lhe é pessoal, ancorada num contexto sócio-histórico, e cujo ordenador só pode ser a vida, o destino, o acaso, Deus, ou ele mesmo.

Ele convoca o leitor real a receber (e eventualmente a verificar) a veracidade dos fatos em função de sua própria experiência de vida, já que o leitor real também é considerado aqui como indivíduo.

[...] b) a identidade de um indivíduo que desempenha um papel social particular, o de escritor. Na condição de escritor, ele tem um projeto de escritura, o qual depende das

experiências individuais e coletivas que ele conheceu como escritor, no mundo das práticas da escritura (literária ou não).

Como tal, ele tem um nome próprio de escritor (real ou fictício) e uma biografia pública (mais ou menos importante) de autor, por ter escrito outros livros (salvo se for o primeiro). Será chamado de autor-escritor. (CHARAUDEAU, 2005, pp. 185 e 186)

Charaudeau (2008) considera que o autor sempre deixa marcas discursivas na sua narrativa, como por exemplo o seu contexto histórico. Causam um efeito de verismo, o ato de dividir experiências. Então o autor-indivíduo se transforma em personagem e se apresenta ao leitor de várias formas, como cronista, observador e testemunha de sua época, ao descrever os seus próprios sentimentos; como um contador-testemunha de sua vida, como na autobiografia real ou fictícia; ou o caso de outras narrativas em primeira pessoa que não são autobiográficas. Eric Arthur Blair está presente na obra como narrador-descritor, que é o eu comunicante e George Orwell como narrador-testemunha, o scriptor.

Algumas vezes o escritor cria um efeito de confiança com o leitor ao relatar o seu contrato de leitura, ou seja, qual foi o seu projeto. George Orwell indica as fontes da sua inspiração ao escrever o livro *1984*:

O meu ponto de partida é sempre um sentimento de partilha, uma noção de injustiça. Quando me sento para escrever um livro, não digo para mim ‘vou produzir uma obra de arte’. Escrevo porque existe alguma mentira para ser denunciada, algum fato para o qual quero chamar atenção, e acredito sempre que vou encontrar quem me ouça. Mas não seria capaz de escrever um livro ou um longo artigo de revista se não existisse nisso também uma experiência estética. (ORWELL, apud OXLEY, 1967, p. 11).

O narrador pode se mostrar de diversas maneiras, revelar-se explicitamente usando termos como nós, eu; implicar diretamente o leitor, ao usar a palavra leitor; chamar discretamente o leitor destinatário a compartilhar de seus pensamentos, neste caso o lector, que desempenha a função de reconhecer as pistas linguísticas do scriptor; e mostrar que mantém distância dos personagens. No caso do livro *1984*, o narrador não se revela explicitamente e nem implica o leitor, ele mostra distância dos personagens e compartilha os acontecimentos.

A relação entre o narrador e a história contada depende da identidade do narrador e do estatuto do narrador. O narrador pode ser de três tipos: ele conta a história de um outro, conta a história sendo que ele é o personagem central, ou existem muitos narradores. Quando o narrador conta a história de um outro, o personagem principal não é o narrador.

Assim sendo, esse narrador – por trás do qual está o narrador-escritor portador de um projeto de escritura – poderá jogar com efeitos de realidade e de ficção, e contar a história no passado ou no presente, de acordo com o tipo de relação que quer estabelecer entre a história e o leitor (passado: efeito de distanciamento, presente: efeito de atualização). (CHARAUDEAU, 2005, p. 194)

Neste caso o narrador pode ter dois estatutos, o narrador é totalmente exterior, ou seja, não é um personagem da narrativa; o narrador não é o herói, entretanto se apresenta como testemunha dos fatos. O narrador do livro é totalmente exterior, ele é uma testemunha, mas não atua na trama como personagem.

3.3.3. Os pontos de vista do narrador

Existem dois narradores, segundo Charaudeau (2008), o narrador primário e os narradores secundários. O narrador primário relata a narrativa de um outro narrador que foi a testemunha da história, o narrador não é o personagem principal e não intervém ou intervém pouco na narrativa. O narrador primário relata a (ou as) narrativas de um outro narrador, este narrador intervém na narrativa e o narrador secundário é o protagonista. No livro *1984*, o narrador primário relata a narrativa de um outro narrador, que é o personagem principal, Winston Smith:

Alguns tempo depois, Winston vira os três no Café Castanheira. Lembrava-se do fascínio com que os examinara, com o rabo dos olhos. Eram bem mais velhos que ele, relíquias de um mundo antigo, quase que as últimas grandes figuras remanescentes do passado heróico do Partido. O encanto da luta clandestina e da guerra civil ainda pairavam sobre eles. (ORWELL, 2005, p. 77)

O que o narrador sabe sobre as suas personagens é classificado em três formas, de acordo com Charaudeau (2008), a “visão por detrás”, o narrador sabe mais que a personagem; a “visão com”, o narrador só sabe o mesmo que o personagem; e a “visão de fora”, o narrador só sabe o que se passa por fora, não sabe os pensamentos do personagem. No caso do livro, o narrador possui a “visão com”, pois ele não antecede nada que ocorrerá no futuro da narrativa. O narrador também é classificado de acordo com o ponto de vista, que pode ser externo, quando o físico dos personagens é descrito; e interno, o narrador descreve o lado psicológico dos personagens. O narrador do livro é externo e interno:

Winston continuou de costas para a teletela. Era mais seguro, conquanto até as costas pudessem falar. A um quilômetro dali o Ministério da Verdade, onde trabalhava, alteava-se, alvo e enorme, sobre a paisagem fuliginosa. Era isto, pensou ele com uma vaga repugnância – isso era Londres, cidade principal da Pista Nº 1, por sua vez a terceira entre as mais populosas províncias da Oceania. (ORWELL, 2005, p. 7)

3.4. Os efeitos de real e de ficção no livro *1984*

A obra de Orwell tem a característica de demarcar o tempo, a história é narrada no ano de *1984* e o tempo, Londres. Entretanto é uma cidade pós capitalismo em que o governo é

estabelecido pelo Grande Irmão, que exerce uma vigilância total da população. Os elementos ficcionais e factuais se inter-relacionam em toda a narrativa.

Como foi visto no primeiro capítulo, Charaudeau (2008) afirma que o que importa na análise é a alternância entre os efeitos de real e os efeitos de ficção, analisaremos trechos do livro *1984* de acordo com estes pressupostos de Charaudeau (2008).

Foi destacado o seguinte trecho em que Winston Smith, personagem principal do livro, reflete sobre a constância da guerra:

Desde mais ou menos aquela época, a guerra fora literalmente contínua, embora, a rigor, não fosse sempre a mesma guerra. Durante vários meses, durante a sua meninice, houvera confusas lutas de rua na própria Londres. (Orwell, 2005, p. 35)

Este poderia ser um relato de alguém que morou ou ainda mora na Inglaterra e vivenciou a guerra. O efeito de real está contido no termo Londres, e a narrativa não tem nada de fantasioso que pudesse remeter a uma ficção, entretanto é um livro de literatura.

Neste outro trecho, Winston descreve seu dia de trabalho e sua função no Ministério da Verdade:

Winston discou "números atrasados" na teletela e pediu os exemplares do Times, que escorregaram da boca do tubo pneumático depois de uns minutos de espera. As mensagens recebidas referiam-se a artigos ou notícias que, por um motivo ou outro, deviam ser alterados ou, como se dizia oficialmente, retificados. (Orwell, 2005, p. 40)

O efeito de real está exposto na palavra Times, que é um jornal inglês, já os efeitos de ficção são percebidos nas palavras teletelas e tubo pneumático.

Neste excerto, Winston sabe que cometeu uma infração e tem medo das consequências. O efeito de ficção se revela nas palavras polícia do pensamento. Somente na ficção existiria uma polícia responsável pelo pensamento, que é algo secreto do indivíduo:

Não o fez, contudo, porque sabia ser inútil. Quer escrevesse abaixo o Grande Irmão ou não, não fazia diferença. A Polícia do Pensamento o apanharia do mesmo modo. (Orwell, 2005, p. 20)

No trecho a seguir é apresentada a cidade de Londres. O efeito de real é Londres, uma cidade que existe no mapa e o efeito de ficção é Oceania, pois Orwell descreve que Londres pertence à Oceania, mas na realidade fica na Europa:

Era isto, pensou com uma vaga repugnância - isso era Londres, cidade principal da Pista N 1, por sua vez a terceira entre as mais populosas províncias da Oceania. (Orwell, 2005, p. 10)

Winston narra o seu dia de trabalho e lista vários objetos que só existem na ficção. Os efeitos de ficção: teletela, falaescreve, tubo pneumático:

Com o suspiro profundo e inconsciente que nem mesmo a proximidade da teletela podia impedir, ao iniciar o dia de trabalho, Winston puxou o falaescreve, soprou a poeira do bocal e colocou os óculos. Depois desenrolou e grampeou quatro pequenos

rolos de papel que haviam caído do tubo pneumático à direita da mesa. (Orwell, 2005, p. 39)

Neste fragmento é narrada as circunstâncias da guerra e nele só estão presentes efeitos de real. O possível intuito de Orwell é demonstrar que apesar de ser um livro ficcional, ele poderia se aproximar das sociedades atuais com a forma de governos totalitários:

Em uma ou outra aliança, esses três superestados estão permanentemente em guerra, e assim tem sido nos últimos vinte e cinco anos. A guerra, contudo, não é mais a luta desesperada e aniquiladora que costumava ser nas primeiras décadas do século vinte. É uma luta de objetivos limitados entre combatentes incapazes de destruir um ao outro, sem causa material para guerrear e sem mesmo qualquer genuína divergência ideológica. (ORWELL, 2005, p. 179)

Não existe espionagem absoluta como a descrita no livro *1984*, mas através de câmeras que estão presentes em praticamente todas as cidades, o monitoramento das atividades online dos indivíduos, entre outros, percebe-se que a atualidade tem alguns traços característicos do livro *1984*, como é possível verificar a seguir. O único efeito de ficção é a palavra polícia, que se refere à polícia do pensamento e o restante é composto por efeitos de real:

A invenção da imprensa, contudo, tornou mais fácil manipular a opinião pública, processo que o filme e o rádio levaram além. Com o desenvolvimento da televisão e o progresso técnico que tornou possível receber e transmitir simultaneamente pelo mesmo instrumento, a vida particular acabou. Cada cidadão, ou pelo menos cada cidadão suficientemente importante para merecer espionagem, passou a ser mantido vinte e quatro horas por dia sob os olhos da polícia e ao alcance da propaganda oficial, fechados todos os outros canais de comunicação. Existia pela primeira vez a possibilidade de fazer impor não apenas completa obediência à vontade do Estado, como também completa uniformidade de opinião em todos os súditos. (ORWELL, 2005, p. 198)

A seguir, Winston divaga sobre as consequências dos seus atos, a provável morte e como é importante ficar vivo o máximo de tempo possível. Os efeitos de ficção estão nas palavras duplipensar e crimidéia:

Cumprimento da era da uniformidade, da era da solidão, da era do Grande Irmão, da era do duplipensar!

Ele já estava morto, refletiu. Pareceu-lhe que só agora, depois de começar a formular as ideias, dera o passo decisivo. As consequências de cada ato são incluídas no próprio ato.

Escreveu:

Crimidéia não acarreta morte, crimidéia É a morte.

Agora que se reconhecia como defunto, tornava-se importante ficar vivo o mais tempo possível. (ORWELL, 2005, p.29).

Neste trecho, Winston considera que os proles, por terem mais liberdade são mais humanos que os membros do Partido. O efeito de ficção está na palavra proles:

- Os proles são seres humanos - disse ele, em voz alta. - Nós não somos humanos.
- Por quê? - quis saber Júlia, que acordara outra vez. (ORWELL, 2005, p. 160)

Neste outro exemplo, Winston descreve sua rotina de trabalho, ele cita os aparelhos que utiliza, e todos eles têm efeitos de ficção: teletela, falaescreve, tubo pneumático, buracos de memória.

Nas paredes do cubículo havia três orifícios. À direita do falaescreve, um pequeno tubo pneumático para mensagens escritas; à esquerda, outro maior, para jornais; e no meio, bem ao alcance do braço de Winston, uma grande abertura retangular protegida por uma grade de arame. Destinava-se ao desembaraço de papéis servidos. Aberturas idênticas existiam aos milhares, ou às dezenas de milhares, em todo o edifício, não apenas nas salas, como a pequenos intervalos, nos corredores. Por um motivo qualquer, haviam sido apelidados de buracos da memória. Quando se sabia que um documento devia ser destruído, ou mesmo quando se via um pedaço de papel largado no chão, era gesto instintivo, automático, levantar a tampa do mais próximo buraco da memória e jogar o papel dentro dele para que fosse sugado pela corrente de ar morno, até as caldeiras enormes, ocultas nalguma parte, nas entranhas do prédio. (ORWELL, 2005, p. 39)

Aqui, Winston narra a situação da ciência na Oceania, ele cita que esta palavra não existe na novilíngua. Portanto a palavra novilíngua corresponde ao efeito de ficção:

Atualmente, na Oceania, a ciência quase cessou de existir, no sentido antigo, em Novilíngua não existe palavra para "ciência". (ORWELL, 2005, p. 186)

Segundo Charaudeau (2008), os gêneros textuais são atravessados por efeitos de real e de ficção. Seguindo esta perspectiva Mendes (2004) considera que não há um gênero puro e sim um entrelaçar entre os efeitos de real e de ficção em todos os gêneros. Nesse sentido, o que faz com que um texto seja classificado como factual ou ficcional é o contexto, o estatuto atribuído ao texto pelo autor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro *1984* apresenta uma importância significativa, principalmente por exercer influência até os dias de hoje, tempos em que a sociedade se subordina à vigilância, que se tornou comum, e estabelece cada vez mais tênues fronteiras entre a privacidade e a liberdade. Não só o Estado tem papel neste sistema, mas também empresas, que com o intuito de promover uma publicidade cada vez mais personalizada, utilizam de subterfúgios para gravarem as atividades online dos indivíduos.

Nem sempre temos a consciência de que as nossas pesquisas na internet, os sites que visitamos são monitorados. Edward Snowden, ex agente da NSA, National Security Agency, divulgou para a imprensa no ano de 2014 documentos que provavam que o governo dos Estados Unidos monitorava os cidadãos norte-americanos, empresas multinacionais, presidentes de vários países e parte da população mundial, o que se assemelha bastante com a realidade descrita no livro *1984*. Através de metadados, que são gravações de ligações e atividades online, até a então presidente Dilma Roussef foi vigiada. Assim como Winston Smith, Edward Snowden também trabalhava para o governo quando teve contato com a suposta vigilância, e por conta disso se sentiu na obrigação de divulgar para a imprensa o que ocorria secretamente no governo. O que difere Winston de Edward Snowden foi sua forma de agir, até porque não existia imprensa livre na sociedade totalitária representada pelo livro *1984*. Snowden foi condenado pelo governo dos Estados Unidos, fugiu e atualmente está exilado na Rússia. Tudo que é coletado a nosso respeito poderá um dia se voltar contra nós? Temos o direito de saber que somos vigiados e não concordar com a prática? Estas são perguntas ainda sem respostas. É necessária uma reflexão profunda sobre como a vigilância tem influência sobre o nosso cotidiano, pois, por estarem diluídas, muitas vezes não nos conscientizamos sobre a sua função na sociedade.

O perigo de um governo totalitário também é uma constante da obra de Orwell e isso nos remete a uma falta de liberdade tratada como moeda de troca para a garantia da segurança, circunstância explicitada e defendida por Bauman (1989) no primeiro capítulo. Em tempos de redes sociais e telefones celulares, a privacidade tem se tornado cada vez mais rara, muitas vezes pela vontade do próprio indivíduo. Com o celular é possível filmar, fotografar, gravar áudios e postar na internet em tempo real, o que acarreta uma responsabilidade em usar tal ferramenta; assim como um desafio, pois não são todos que desejam ter sua imagem registrada, até porque o direito à privacidade é uma garantia presente na constituição federal brasileira e, por isso, deve ser respeitada.

Uma onda conservadora tomou conta do mundo com Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, e os partidos social-democracia na Europa. Nos Estados Unidos, Trump se elegeu através de polêmicas, nacionalismo, sexismo, racismo por encontrar uma insatisfação por parte da população, que não queria mais o antigo modelo de político. Na França, ainda que tenha sido derrotada por Emmanuel Macron, Marine Le Pen foi candidata à presidência exaltando as políticas contra a imigração, contra o euro, e a favor da pena de morte. Na Hungria, o primeiro ministro Viktor Orbán é xenófobo, nacionalista e anti-imigração. Gert Hilders foi candidato à presidência na Holanda; não venceu, mas propagou as suas ideias anti-islã e se mostrou contrário à imigração e ao euro. O inglês Boris Johnson foi prefeito em Londres, secretário de estado do Reino Unido para assuntos externos e membro do partido conservador. Ele apoiou a intervenção no Iêmen. Alexander Gauland é fundador e líder de um partido de extrema-direita alemão, o Alternativa. Ele segue diretrizes populistas e nacionalistas, é contrário ao Islã, a favor da deportação dos imigrantes e utiliza a estratégia de se promover na mídia através de discursos polêmicos. Na Áustria, Heinz-Christian Strache comanda o partido da Liberdade, se candidatou à presidência, mas perdeu. Ele se envolveu em uma polêmica ao ser fotografado fazendo um gesto nazista, que foi negado por ele. Assim como os outros também é anti-islã, anti-imigração, nacionalista e populista.

Os refugiados da Síria, assim como os dos locais de conflito da África, buscam asilo na Europa. Juntamente com a crise que se instaurou no território europeu, com altos índices de desemprego e o terrorismo, formaram o estopim para o ressurgimento da extrema-direita.

A tendência aos ideais de extrema-direita também está presente nos dias de hoje no Brasil, acompanhando o cenário mundial. No Brasil, a crise econômica, com altos índices de desemprego, a insatisfação popular com a corrupção na política, somados ao conservadorismo em relação a temas como aborto, a união entre pessoas do mesmo sexo, a diminuição da maioria penal, a mistura entre política e religião, com a ascensão da Frente Parlamentar Evangélica, que propõe projetos conservadores formaram a combinação ideal para que a extrema-direita se popularizasse.

A campanha de Jair Bolsonaro foi marcada por polêmicas, o TSE determinou a retirada de vídeos no Youtube e Facebook, em que o candidato critica a distribuição do chamado "kit gay", a justiça concluiu que o material didático não foi distribuído. Bolsonaro também utiliza trechos da Bíblia na propaganda eleitoral e se diz a favor da família tradicional. Em várias entrevistas, ele discursa de forma homofóbica, racista e sexista, e apesar deste comportamento ele ganhou as eleições no Brasil. Sua vitória nas eleições

presidenciais do Brasil, em 2018, indica o crescimento dos ideais da extrema-direita, que também têm se disseminado em outros países.

Respeitadas as devidas proporções, os ideais de extrema direita também estão presentes no livro *1984* concretizados principalmente através da vigilância, há também semelhança com outras formas de governo. Por isso, as escolhas discursivas de Orwell reforçam a abordagem de Bauman (2014), que considera que a ampliação da vigilância em diversos setores da sociedade tem o intuito de promover o controle social, assim como é representado por Orwell no livro *1984*. O Grande Irmão exerce, neste caso, um controle total da população com a ajuda das câmeras instaladas em todos os lugares. Bauman (2011) apresenta uma tensão entre liberdade e segurança, quanto mais o indivíduo abdica da sua liberdade, mais segurança ele tem. No livro *1984* é um caso extremo em que o indivíduo não possui nenhuma liberdade e se não cometer nenhum ato contrário ao Partido, a sua segurança está garantida.

O alicerce teórico foi fundamentado pela teoria Semiolinguística ao demonstrar as estratégias do eu comunicante, em especial de George Orwell. O personagem Winston Smith tem uma trajetória singular na trama, ele tem consciência do controle exercido pelo Partido e começa a se rebelar a partir de pequenos atos até ser preso e torturado. Orwell escreveu que o intuito ao escrever o livro *1984* era que ele servisse como um alerta para as gerações futuras, e com um final pessimista em que Winston é vencido pela força do partido é demonstrado como é difícil combater um poder já estabelecido, por isso é preciso ficar atento aos sinais.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Como a obsessão por segurança muda a democracia**. Le monde diplomatique. Edição 78. 06/01/2014. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/como-a-obsessao-por-seguranca-muda-a-democracia/>. Acesso em 10/07/2017.

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Artigo XII**. Disponível em: <https://www.direitocom.com/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/artigo-12o>. Acesso em: 25/07/2017.

BAUMAN, Zygmunt. **A liberdade**. Lisboa: Editorial estampa, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida: diálogos com David Lyon**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23/07/2017.

BUTLER, Judith. **Após atentados, França usa o discurso de ‘ataque à liberdade’ para aumentar a militarização, diz Judith Butler**. *Opera Mundi*. 16/11/2015. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/42304/apos+atentados+franca+usa+discurso+do+ataque+a+liberdade+para+aumentar+militarizacao+diz+judith+butler.shtml>. Acesso em 15/07/2017

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Summus, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Ce que communiquer veut dire**. Sciences Humaines. s/l: n°51, juin, 1995

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1997.

MACDONALD, F. A manipulação de imagens pelos soviéticos, muito antes da era das 'fake news'. **BBC**, São Paulo, 30 jan. 2018. Cultura. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-42810209>. Acesso em: 5 fev. de 2018.

MACHADO, Ida Lucia; MENDES, Emília. **A análise semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização**, Belo Horizonte, MG

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

George Orwell é pseudônimo de Eric Arthur Blair (1903-1950)

MAINGUENEAU, Patrick. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2016.

MENDES, Emília. **Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas**. 2004. Tese de doutorado. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

PAVLOSKI, E. **1984: a distopia do indivíduo sob controle**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yxn7q/pdf/pavloski-9788577982189-02.pdf>. Acesso em janeiro de 2018.

ANEXOS

Questionário sobre os actantes narrativos, 1º análise, Winston em relação à Syme.

- Como vai o dicionário? Perguntou Winston, levantando a voz para se fazer ouvir.
 - Devagar - respondeu Syme. - Estou nos adjetivos. É fascinante. - O rosto se lhe iluminara imediatamente com a menção da Novilíngua. Empurrou a marmitta para o lado, apanhou com a mão delicada o cubo de queijo, o pedaço de pão com a outra, e inclinou-se sobre a mesa para poder falar sem gritar.
 - A Décima Primeira Edição será definitiva - disse ele. - Estamos dando à língua a sua forma final... a forma que terá quando ninguém mais falar outra coisa. Quando tivermos terminado, gente como tu terá que aprendê-la de novo. Tenho a impressão de que imaginas que o nosso trabalho consiste principalmente em inventar novas palavras. Nada disso! Estamos é destruindo as palavras, às dezenas, às centenas, todos os dias. Estamos reduzindo a língua à expressão mais simples. A Décima Primeira Edição não conterà uma única palavra que possa se tornar obsoleta antes de 2050. (ORWELL, 2005, p. 52)

. Verificar se o actante:

2. Sofre a ação. Apesar de iniciar o diálogo, Winston sofre a ação, pois o conteúdo das palavras de Syme interfere na vida dele. "- A Décima Primeira Edição será definitiva - disse ele. - Estamos dando à língua a sua forma final... a forma que terá quando ninguém mais falar outra coisa." (ORWELL, 2005, p. 52)

2. Se o actante sofre a ação ele o faz como:

2.1. Vítima. Winston é afetado de forma negativa, pois a Novilíngua é um outro mecanismo utilizado pelo Partido para controlar o indivíduo. " Tenho a impressão de que imaginas que o nosso trabalho consiste principalmente em inventar novas palavras. Nada disso! Estamos é destruindo as palavras, às dezenas, às centenas, todos os dias. Estamos reduzindo a língua à expressão mais simples." (ORWELL, 2005, p. 52)

Q. Os tipos de qualificações:

Q1. Qualificações negativas. Com a utilização da Novilíngua o Partido possivelmente conseguirá diminuir o pensamento humano, pois o intuito da Novilíngua é diminuir de forma crescente as palavras, excluindo possíveis palavras que poderiam ser usadas de forma subversiva, com isso ideias contrárias ao Partido não existirão.

Questionário sobre os actantes narrativos, 2º análise, Winston em relação à Charrington.

- Que é isto? Perguntou Winston fascinado.
 - É coral - informou o velho. - Deve ter vindo do Oceano Índico. Costumavam embuti-lo assim, em vidro. Isso foi feito no mínimo há cem anos. Quem sabe até mais.
 - É lindo - suspirou Winston.
 - É mesmo - concordou o velho, com ar de apreciador. Mas pouca gente o apreciaria hoje. - Tossiu. - Se por acaso o senhor quiser comprar, são quatro dólares. Lembro-me

de uma época em que uma coisa dessas renderia oito libras esterlinas, e oito libras eram... bom, não sei mais calcular... mas era um bocado de dinheiro. Hoje porém, quem liga às antiguidades genuínas, as poucas que restam?

(...) - Lá em cima tenho um quarto, que o senhor talvez queira conhecer - disse. - Não há grande coisa, algumas peças apenas. Deixe-me acender o lampião. (ORWELL, 2005, pp. 95 e 96)

. Verificar se o actante:

1. Age. Winston inicia o diálogo: "Que é isto? - perguntou Winston, fascinado." (ORWELL, 2005, p. 95)

1. Se o actante age: ele o faz como:

1.3. Aliado. Como cliente de Charrington, Winston se associa a ele para obter objetos antigos que remetem a um tempo antes do Grande Irmão: "- É coral - informou o velho. - Deve ter vindo do Oceano Índico. Costumavam embuti-lo assim, em vidro. Isso foi feito no mínimo há cem anos. Quem sabe até mais." (ORWELL, 2005, p. 95)

. Ele o faz de maneira:

1.a. Voluntária. Winston voluntariamente vai até a loja de Charrington em busca de objetos antigos: "- É lindo - suspirou Winston." (ORWELL, 2005, p. 95)

. Se o actante beneficiário reage, ele o faz como:

2.2.1. Retribuição. Posteriormente Winston compra o objeto de coral e aluga o quarto acima da loja: "- Lá em cima tenho um quarto, que o senhor talvez queira conhecer - disse. - Não há grande coisa, algumas peças apenas. Deixe-me acender o lampião. (ORWELL, 2005, p. 96)

Q. Os tipos de qualificações

Q1. Qualificações positivas. A relação entre os dois é positiva, pois ambos se beneficiam.

Questionário sobre os actantes narrativos, 3º análise, Winston em relação à Júlia.

- Te machucastes? - indagou.

- Não é nada. Meu braço. Daqui a um instantinho está bom.

Ela falou como se tivesse o coração agitado. Empalidecera fortemente.

- Não quebraste nada?

- Não, estou bem. Doeu um pouco, mas já passou.

Deu-lhe a mão livre, e ele ajudou-a a levantar-se. Ela já recuperara um pouco do seu colorido e parecia estar melhor.

- Não é nada - repetiu. - Apenas deu um baque no pulso. Obrigada, camarada! (ORWELL, 2005, p. 104)

. Verificar se o actante:

1. Age. Winston inicia a ação: "Te macucastes? - indagou." (ORWELL, 2005, p. 104)

1. Se o actante age: ele o faz como:

1.3. Aliado. Winston tenta ajudar Júlia, que se feriu em uma queda: " Deu-lhe a mão livre, e ele ajudou-a a levantar-se. Ela já recuperara um pouco do seu colorido e parecia estar melhor." (ORWELL, 2005, p. 104)

. Ele o faz de maneira:

1.a. Voluntária. Winston ajuda Júlia por vontade própria: "- Não quebraste nada?" (ORWELL, 2005, p. 104)

. Se o actante beneficiário reage, ele o faz como:

2.2.1. Retribuição. Júlia agradece: - Não é nada - repetiu. - Apenas deu um baque no pulso. Obrigada, camarada! (ORWELL, 2005, p. 104)

Q. Os tipos de qualificações

Q1. Qualificações positivas. Winston ajuda Júlia a se recuperar da queda e é o primeiro contato entre os dois.

Questionário sobre os actantes narrativos, 4º análise, Winston em relação à Júlia.

- A que horas saís do serviço?
- Dezoito e trinta.
- Onde podemos nos encontrar?
- Praça da Vitória, perto do monumento.
- É cheio de teletelas.
- Não importa, se houver povo.
- Algum sinal?
- Não. Não te aproximes se eu não estiver no meio da multidão. Não me olhes, apenas chegue perto.
- A que horas?
- Às dezenove.
- Muito bem. (ORWELL, 2005, p. 110)

. Verificar se o actante:

1.Age. Winston começa a conversa: "- A que horas saís do serviço?" (ORWELL, 2005, p. 110)

1. Se o actante age: ele o faz como:

1.3. Aliado. Winston se alia à Júlia para que os dois consigam se encontrar: "- Onde podemos nos encontrar?" (ORWELL, 2005, p. 110)

. Ele o faz de maneira:

1.a. Voluntária. Winston por espontânea vontade deseja se encontrar com Júlia: " - A que horas?" (ORWELL, 2005, p. 110)

Se o actante beneficiário reage, ele o faz como:

2.2. Beneficiário. Os dois actantes se favorecem ao marcarem um encontro: "- Praça da Vitória, perto do monumento." (ORWELL, 2005, p. 110)

Q. Os tipos de qualificações

Q1. Qualificações positivas. O ato de marcar um encontro faz com que Winston e Júlia se sintam felizes por conseguirem burlar o sistema e ficarem juntos.

Questionário sobre os actantes narrativos, 5º análise, Winston em relação à Júlia.

- Aqui estamos - anunciou.

Os dois se entreolharam a vários passos de distância. Winston ainda não tivera coragem de se aproximar.

- Não quis dizer nada na alameda - continuou ela - porque podia ser que houvesse um microfone escondido. Não creio que haja, mas pode haver. E aqueles suínos são bem capazes de reconhecer a voz da gente. Aqui não há perigo.

Ele continuou sem coragem de se aproximar.

- Não há perigo? - indagou estupidamente.

- Não, olha as árvores. - Eram freixos pequenos, que tinham sido podados e haviam brotado de novo, formando uma floresta de ramos, nenhum dos quais mais grosso que um punho. - Não há lugar para se esconder um microfone. E eu já estive aqui antes. (ORWELL, 2005, p. 116)

. Verificar se o actante:

2. Sofre a ação. A ação se inicia com Júlia e Winston é passivo: "- Aqui estamos - anunciou." (ORWELL, 2005, p. 116)

2. Se o actante sofre a ação ele o faz como:

2.2. Beneficiário. O encontro entre Winston e Júlia beneficia ambos: "Os dois se entreolharam a vários passos de distância. Winston ainda não tivera coragem de se aproximar." (ORWELL, 2005, p. 116)

. Se o actante vítima beneficiário reage, ele o faz por:

2.2.1. Retribuição. O actante vítima reage de forma positiva para conseguirem um local seguro para o encontro: "- Não há perigo? - indagou estupidamente." (ORWELL, 2005, p. 116)

Questionário sobre os actantes narrativos, 6º análise, Winston em relação à Júlia.

- Estamos mortos - disse ele.

- Não estamos mortos ainda - contestou Júlia prosaicamente

- Fisicamente não. Seis meses, um ano... cinco anos, concebivelmente. Tenho medo da morte. És jovem, de modo que presumo que tens mais medo que eu. Naturalmente, procuraremos evitá-la. Mas isso não faz muita diferença. Enquanto os humanos permanecerem humanos, a vida e a morte são a mesma coisa.

- Besteira! Com quem preferes dormir, comigo ou com um esqueleto? Não gostas de estar vivo? Não aprecias a sensação de dizer: este sou eu, esta é a minha mão, minha perna, sou real, sou sólido, sou vivo! Não gostas disso?

(...) - Gosto, sim.

- Então para de falar de morte. E agora ouve, temos de combinar novo encontro. Já podemos voltar à clareira do bosque. Demos-lhe uma boa folga. Mas desta vez deves ir por caminho diferente. Já pensei em tudo. Pegas o trem... mas olha, já te desenho um mapa.

E com seus modos práticos ela marcou um retângulo de pó e, tirando um graveto do ninho de um pombo, pôs-se a riscar uma planta no chão. (ORWELL, 2005, pp. 131 e 132)

. Verificar se o actante:

1. Age. Winston inicia o diálogo: "- Estamos mortos - disse ele." (ORWELL, 2005, p. 131)

1. Se o actante age: ele o faz como:

1.1. Aliado. A angústia de Winston em relação à morte, o faz se preocupar consigo e com Júlia:

- Fisicamente não. Seis meses, um ano... cinco anos, concebivelmente. Tenho medo da morte. És jovem, de modo que presumo que tens mais medo que eu. Naturalmente, procuraremos evitá-la. Mas isso não faz muita diferença. Enquanto os humanos permanecerem humanos, a vida e a morte são a mesma coisa. (ORWELL, 2005, p. 131)

. Ele o faz de maneira:

1.a. Voluntária. Winston teme o futuro e por isso quer conversar com Júlia:

- Estamos mortos - disse ele.
- Não estamos mortos ainda - contestou Júlia prosaicamente
- Fisicamente não. Seis meses, um ano... cinco anos, concebivelmente. Tenho medo da morte. (ORWELL, 2005, p. 131)

Q. Os tipos de qualificações

Q.1. Qualificações positivas. A preocupação de Winston demonstra o sentimento que ele sente por Júlia.

Questionário sobre os actantes narrativos, 8º análise, Winston em relação a O'Brien.

- Tinha esperança de poder te falar - disse. - Li outro dia no *Times* um artigo teu na *Novilíngua*. Tens um interesse erudito na *Novilíngua*, não é?
Winston recuperara um pouco do seu auto controle.
- Erudito, não. Sou um mero amador. Não é o meu forte. Nunca tive nenhuma interferência na construção do idioma.
(...)- O que de fato queria te dizer, a propósito do artigo, é que notei o uso de duas palavras obsoletas. Que se tornaram obsoletas muito recentemente. Já viste a décima edição do *Dicionário de Novilíngua*?
- Não. Não creio que já tenha sido publicado. No Departamento de Registro ainda usamos a nona.
- Creio que a décima edição só será publicada daqui a alguns meses. Mas foram preparados alguns exemplares especiais de amostra. Talvez gostasse de examiná-lo?
- Apreciaria muito - disse Winston, percebendo imediatamente aonde levava a conversa.
- Algumas novidades são muito engenhosas. A redução do número de verbos, por exemplo... creio que gostarás de ver isso. Vejamos, mando um mensageiro te entregar o *Dicionário*? O pior é que invariavelmente me esqueço de tudo. O melhor, talvez, seria ir buscar-lo no meu apartamento, à hora que quisesses. Espera, que já te dou meu endereço. (ORWELL, 2005, pp. 152 e 153).

. Verificar se o actante:

2. Sofre a ação. Winston é abordado por O'Brien, que o parabeniza por seus artigos na *Times*: "- Tinha esperança de poder te falar - disse. - Li outro dia no *Times* um artigo teu na *Novilíngua*. Tens um interesse erudito na *Novilíngua*, não é?" (ORWELL, 2005, p. 153)

2. Se o actante sofre a ação ele o faz como:

Beneficiário. Winston é convidado por O'Brien para ir a sua casa e receber o dicionário:

- Algumas novidades são muito engenhosas. A redução do número de verbos, por exemplo... creio que gostarás de ver isso. Vejamos, mando um mensageiro te entregar o Dicionário? O pior é que invariavelmente me esqueço de tudo. O melhor, talvez, seria ir buscar-lo no meu apartamento, à hora que quisesses. Espera, que já te dou meu endereço. (ORWELL, 2005, p. 153)

. Se o actante beneficiário reage, ele o faz por:

2.2.1. Retribuição. Posteriormente Winston aceita o convite e vai para casa de O'Brien.

Q. Os tipos de qualificações

Q1. Qualificações positivas. O'Brien elogia a inteligência de Winston e o convida para sua casa.

Questionário sobre os actantes narrativos, 9º análise, Winston em relação a Júlia.

- Os proles são seres humanos - disse ele, em voz alta. - Nós não somos humanos.
 - Por quê? - quis saber Júlia, que acordara outra vez.
 Ele meditou uns instantes.
 - Já te ocorreu que o melhor que temos a fazer é simplesmente ir embora daqui, antes que seja tarde demais, e nunca mais nos vermos?
 - Sim, querido, já me ocorreu diversas vezes. Mas não, não vou sair e pronto.
 - Temos tido sorte - disse ele -, mas não pode durar muito tempo. És jovem, pareces normal e inocente. Se te afastas de gente como eu, podes viver mais cinquenta anos.
 - Não. Já pensei em tudo. O que fizeres, eu faço também. E não te afobes. Tenho jeito para viver.
 - Podemos ficar juntos mais seis meses... um ano... não há maneira de saber. No fim, é certo que nos separem. Percebes como seremos solitários? Quando nos pegarem, não haverá nada, que possamos fazer um pelo outro. Se eu confessar, eles te fuzilam, e se eu recusar confessar, te fuzilam do mesmo modo. Nada que eu possa dizer ou fazer, ou proibir-me de dizer, te adiará de cinco minutos a hora da morte. Nem ao menos saberemos se o outro estará morto ou vivo. Ficaremos completamente inermes. A única coisa que importa é que não atraioemos um ao outro, embora nem isso faça diferença. (ORWELL, 2005, pp. 160 e 161).

Verificar se o actante:

1. Age. Winston que começa o diálogo com Júlia: "- Os proles são seres humanos - disse ele, em voz alta. - Nós não somos humanos." (ORWELL, 2005, p. 160)

1. Se o actante age: ele o faz como:

1.3. Aliado. Winston se preocupa com o futuro do seu romance com Júlia: "- Já te ocorreu que o melhor que temos a fazer é simplesmente ir embora daqui, antes que seja tarde demais, e nunca mais nos vermos?" (ORWELL, 2005, p. 160)

. Ele o faz de maneira:

1.a. Voluntária. Winston escolheu estar com Júlia e se preocupar com o futuro do casal: "- Temos tido sorte - disse ele -, mas não pode durar muito tempo. És jovem, pareces normal e inocente. Se te afastas de gente como eu, podes viver mais cinquenta anos." (ORWELL, 2005, p. 160)

Q. Os tipos de qualificações

Q2. Qualificações negativas. O fato de estarem juntos é uma afronta às regras do Partido, por isso Winston se sente inseguro em relação ao futuro:

- Podemos ficar juntos mais seis meses... um ano... não há maneira de saber. No fim, é certo que nos separem. Percebes como seremos solitários? Quando nos pegarem, não haverá nada, que possamos fazer um pelo outro. Se eu confessar, eles te fuzilam, e se eu recusar confessar, te fuzilam do mesmo modo. Nada que eu possa dizer ou fazer, ou proibir-me de dizer, te adiará de cinco minutos a hora da morte. Nem ao menos saberemos se o outro estará morto ou vivo. Ficaremos completamente inermes. A única coisa que importa é que não atraíçemos um ao outro, embora nem isso faça diferença. (ORWELL, 2005, pp. 160 e 161).

Questionários sobre os actantes narrativos, 11º análise, Winston em relação a Júlia.

- Nós somos os mortos - disse ele.
 - Nós somos os mortos - repetiu Júlia, lealmente.
 - Vós sois os mortos - ecoou uma voz de ferro, por trás deles.
 (...) - Sois os mortos - repetiu a voz de ferro.
 - Foi atrás do quadro - sussurrou Júlia.
 - Foi atrás do quadro - confirmou a voz. - Ficai exatamente onde estais. Não vos mexais enquanto não receberdes ordem.
 Começava, por fim começava! Nada podiam fazer, exceto olhos entrefitar nos olhos. Correr, fugir da casa antes que fosse tarde demais - essa ideia não lhes ocorreu. Incrível desobedecer à voz de ferro da parede. Houve um estalido, como se tivesse corrido um ferrolho e um tilintar de vidro quebrado. O quadro caíra no chão, revelando uma teletela.
 - Agora podem enxergar a gente - disse Júlia.
 - Agora podemos vos enxergar - disse a voz. - Ficai no meio do quarto, um de costas para o outro. Juntai as mãos na nuca. Não vos toqueis.
 (...) - A casa está cercada - disse Winston.
 - A casa está cercada - repetiu a voz.
 Ouviu Júlia trincar os dentes.
 - Creio que é melhor a gente se despedir - disse ela.
 - É melhor vos despedirdes - disse a voz. E depois uma voz completamente diferente, fina, culta, e que deu a Winston a impressão de já a haver ouvido nalguma parte: - E por falar nisso, já que falamos do assunto, Aí vem uma luz para te levar para a cama, Aí vem um machado para te cortar a cabeça! (ORWELL, 2005, pp. 212 e 213)

. Verificar se o actante:

1. Age. Winston inicia a ação: "- Nós somos os mortos - disse ele." (ORWELL, 2005, p. 212)

1. Se o actante age: ele o faz como:

1.3. Aliado. Winston e Júlia são descobertos pela Polícia do Pensamento, no quarto que eles alugaram no bairro dos proles havia uma teletela escondida. Mesmo se encontrando nesta situação, eles continuam sendo aliados:

- Agora podem enxergar a gente - disse Júlia.
- Agora podemos vos enxergar - disse a voz. - Ficai no meio do quarto, um de costas para o outro. Juntai as mãos na nuca. Não vos toqueis.
- (...) - A casa está cercada - disse Winston.
- A casa está cercada - repetiu a voz.
- Ouviu Júlia trincar os dentes.
- Creio que é melhor a gente se despedir - disse ela. (ORWELL, 2005, p. 213)

. Ele o faz de maneira:

1.a. Voluntária. Winston e Júlia são aliados, pois tem uma relação sentimental:

- A casa está cercada - disse Winston.
- A casa está cercada - repetiu a voz.
- Ouviu Júlia trincar os dentes.
- Creio que é melhor a gente se despedir - disse ela. (ORWELL, 2005, p. 213)

Q. Os tipos de qualificações:

Q2. Qualificações negativas. Winston e Júlia estão prestes a serem presos pela Polícia do Pensamento:

- Ouviu Júlia trincar os dentes.
- Creio que é melhor a gente se despedir - disse ela.
- É melhor vos despedirdes - disse a voz. E depois uma voz completamente diferente, fina, culta, e que deu a Winston a impressão de já a haver ouvido nalguma parte: - E por falar nisso, já que falamos do assunto, Aí vem uma luz para te levar para a cama, Aí vem um machado para te cortar a cabeça! (ORWELL, 2005, p. 213)

Questionários sobre os actantes narrativos, 12º análise, Winston em relação a Ampleforth.

- Ampleforth - chamou.
- Não houve berro da teletela. Ampleforth parou, um tanto assustado. Lentamente, focalizou os olhos em Winston.
- Ah, Smith! Tu também?
- Por que te prenderam?
- Para te dizer a verdade... - Sentou-se desajeitado no banco diante de Winston.
- Só há um delito, não é?
- E o cometeste?
- Aparentemente.
- (...)- Sabes que horas são? - indagou.
- Ampleforth tornou a olhá-lo espantado.
- Nem pensei nisso. Prenderam-me há uns dois ou três dias. - Seus olhos rodaram as paredes, como se esperasse encontrar uma janela nalguma parte. - Neste lugar não há diferença entre noite e dia. Não sei como se pode calcular o tempo. (ORWELL, 2005, pp. 220 e 221)

. Verificar se o actante:

1. Age. Winston é preso pela Polícia do Pensamento e está no Ministério do Amor. A partir de certo momento encontra uma pessoa conhecida, Ampleforth, e inicia um diálogo com ele: "- Ampleforth - chamou." (ORWELL, 2005, p. 220)

1. Se o actante age: ele o faz como:

1.3. Aliado. Winston e Ampleforth estão na mesma situação, presos no Ministério do Amor, aguardando serem torturados:

- Ah, Smith! Tu também?
- Por que te prenderam?
- Para te dizer a verdade... - Sentou-se desajeitado no banco diante de Winston.
- Só há um delito, não é? (ORWELL, 2005, p. 220)

. Ele o faz de maneira:

1.b. Involuntária. Os dois não escolheram esta situação:

- Ampleforth - chamou.
- Não houve berro da teletela. Ampleforth parou, um tanto assustado. Lentamente, focalizou os olhos em Winston.
- Ah, Smith! Tu também?
- Por que te prenderam? (ORWELL, 2005, pp. 220 e 221)

Q. Os tipos de qualificações

Q2. Qualificações negativas. Winston e Ampleforth estão presos, portanto é uma qualificação negativa:

- (...)- Sabes que horas são? - indagou.
- Ampleforth tornou a olhá-lo espantado.
- Nem pensei nisso. Prenderam-me há uns dois ou três dias. - Seus olhos rodaram as paredes, como se esperasse encontrar uma janela nalguma parte. - Neste lugar não há diferença entre noite e dia. Não sei como se pode calcular o tempo. (ORWELL, 2005, p. 221)

Questionários sobre os actantes narrativos, 13º análise, Winston em relação a Parsons.

- Tu aqui! - exclamou.
- (...)- Por que te trouxeram? - perguntou Winston.
- Crimidéia! - respondeu Parsons, quase soluçando. O tom de sua voz implicava ao mesmo tempo completa admissão de culpa e uma espécie de horror incrédulo de que tal palavra pudesse aplicar-se a ele. Parou diante de Winston e pôs-se a apelar para ele, ansioso: - Achas que me fuzilam, hein, velhinho? Não fuzilam a gente que não fez nada de mal, hein... só pensou, e quem segura o pensamento! Sei que fazem justiça. Oh, eu tenho confiança na justiça! Conhecem a minha ficha, não conhecem? Tu sabes quem eu era.
- (...)- És culpado?
- Naturalmente que sou! - gritou Parsons, com uma olhadela servil à placa de metal.
- Não crês que o Partido prenda inocentes? (...) - Crimidéia é uma coisa horrível, velho - afirmou sentencioso. - É insidiosa. Pode te pegar sem que te dê conta. Sabes como foi que me pegou? No sono. Sim, é fato. Lá estava eu, trabalhando duro, procurando fazer meu dever, sem nunca saber que tivesse nada de mau na cabeça. Sabes o que me ouviram dizendo?
- (...)- Abaixo o Grande Irmão!
- (...)- Quem te denunciou? - perguntou Winston.

- Minha filha - respondeu Parsons, com uma espécie de melancólico orgulho. (ORWELL, 2005, pp. 222 e 223)

. Verificar se o actante:

1. Age. Winston é o responsável pelo início da ação: "- Tu aqui! - exclamou." (ORWELL, 2005, p. 222)

1. Se o actante age: ele o faz como:

1.3. Aliado. Apesar de estarem em uma situação de conflito, Winston e Parsons são aliados, porque Winston se interessa em saber o motivo de Parsons estar no Ministério do Amor:

(...)- Por que te trouxeram? - perguntou Winston.

- Crimidéia! - respondeu Parsons, quase soluçando. O tom de sua voz implicava ao mesmo tempo completa admissão de culpa e uma espécie de horror incrédulo de que tal palavra pudesse aplicar-se a ele. (ORWELL, 2005, pp. 222 e 223)

. Ele o faz de maneira:

1.b. Involuntária. Tanto Winston quanto Parsons não escolheram a situação em que se encontram, eles sabem que serão torturados e posteriormente mortos:

- Crimidéia! - respondeu Parsons, quase soluçando. O tom de sua voz implicava ao mesmo tempo completa admissão de culpa e uma espécie de horror incrédulo de que tal palavra pudesse aplicar-se a ele. Parou diante de Winston e pôs-se a apelar para ele, ansioso: - Achas que me fuzilam, hein, velhinho? Não fuzilam a gente que não fez nada de mal, hein... só pensou, e quem segura o pensamento! Sei que fazem justiça. Oh, eu tenho confiança na justiça! Conhecem a minha ficha, não conhecem? Tu sabes quem eu era. (ORWELL, 2005, pp. 222 e 223)

Q. Os tipos de qualificações

Q2. Qualificações negativas. Estar no Ministério do Amor significa ser culpado por crime e a pena para este delito é a tortura. O indivíduo é torturado até que se restabeleça o seu amor ao Grande Irmão.

Questionários sobre os actantes narrativos, 14^o análise, Winston em relação a O'Brien.

- Também te pegaram! - exclamou.

- Pegaram-me há muito tempo - disse O'Brien, com leve ironia, quase arrependida. Deu um passo para o lado e por trás dele apareceu um guarda de peito largo, com um longo bastão negro na mão.

- Sabias disso - disse O'Brien. - Não te iludas, Winston. Sabias... sempre soubeste.

Sim, ele agora via que sempre soubera. Mas não houve tempo para pensar. Só tinha olhos para o bastão do guarda. Podia cair em qualquer parte: no alto da cabeça, na ponta da orelha, no braço, no cotovelo... (ORWELL, 2005, p. 228)

. Verificar se o actante:

1. Age. Winston inicia o diálogo com O'Brien: "- Também te pegaram! - exclamou." (ORWELL, 2005, p. 228)

1. Se o actante age: ele o faz como:

1.4. Oponente. Se no primeiro momento Winston pensa que O'Brien também tinha sido preso, depois ele percebe que na verdade O'Brien é o seu oponente:

- Também te pegaram! - exclamou.
 - Pegaram-me há muito tempo - disse O'Brien, com leve ironia, quase arrependida. Deu um passo para o lado e por trás dele apareceu um guarda de peito largo, com um longo bastão negro na mão.
 - Sabias disso - disse O'Brien. - Não te iludas, Winston. Sabias... sempre soubeste. Sim, ele agora via que sempre soubera. (ORWELL, 2005, p. 228)

. Ele o faz de maneira:

1.b. Involuntária. Winston não escolheu esta posição de fragilidade em relação a O'Brien:

Sim, ele agora via que sempre soubera. Mas não houve tempo para pensar. Só tinha olhos para o bastão do guarda. Podia cair em qualquer parte: no alto da cabeça, na ponta da orelha, no braço, no cotovelo... (ORWELL, 2005, p. 228)

Q. Os tipos de qualificações:

Q2. Qualificações negativas. A submissão que Winston se encontra em relação a O'Brien, o coloca no papel de torturado.

Questionários sobre os actantes narrativos, 15º análise, Winston em relação a O'Brien.

- Eu te disse que se tornássemos a nos encontrar seria aqui.

-Sim.

(...)- Dou-me a esta trabalhadeira contigo, Winston, porque vales a pena. Sabes perfeitamente qual é o teu mal. E sabes há muitos anos, embora lutasses contra o conhecimento. És mentalmente desequilibrado. Sofres de memória defeituosa. És incapaz de recordar acontecimentos reais e pensas que te lembras de outros, que nunca tiveram lugar. Felizmente, é curável. Não te curaste, porque preferiste não te curar. Não te dispuseste a fazer um esforcinho. Neste mesmo instante, sei que te agarras à tua doença, sob a impressão de que é uma virtude. Consideremos um exemplo. Neste momento, com que potência a Oceania está em guerra?

- Quando fui preso, a Oceania estava em guerra com a Lestásia.

- Com a Lestásia. Bom. E a Oceania sempre esteve em guerra com a Lestásia, não esteve?

Winston respirou fundo. Abriu a boca para falar, mas calou-se. Não podia tirar os olhos do mostrador.

- A verdade, Winston, por favor. Tua verdade. Diz-me o que pensas lembrar.

- Lembro-me que há apenas uma semana antes de ser preso não estávamos em guerra com a Lestásia. Era nossa aliada. A guerra era contra a Eurásia, e já durava quatro anos. Antes... (ORWELL, 2005, pp. 233, 234 e 235)

. Verificar se o actante:

2. Sofre a ação. O'Brien inicia a ação com a afirmação: "- Eu te disse que se tornássemos a nos encontrar seria aqui." (ORWELL, 2005, p. 233)

2. Se o actante sofre a ação ele o faz como:

2.1. Vítima. Winston está em uma situação de desigualdade em relação a O'Brien, pois está prestes a ser torturado: "(...)- Dou-me a esta trabalhadora contigo, Winston, porque vales a pena. Sabes perfeitamente qual é o teu mal. E sabes há muitos anos, embora lutasses contra o conhecimento. És mentalmente desequilibrado. Sofres de memória defeituosa. " (ORWELL, 2005, p. 234)

. Se o actante-vítima reage, ele o faz por:

2.1.1. Fuga. Winston tenta não responder a pergunta de O'Brien, porém é impelido a contar a verdade:

- Com a Lestásia. Bom. E a Oceania sempre esteve em guerra com a Lestásia, não esteve?

Winston respirou fundo. Abriu a boca para falar, mas calou-se. Não podia tirar os olhos do mostrador.

- A verdade, Winston, por favor. Tua verdade. Diz-me o que pensas lembrar.

- Lembro-me que há apenas uma semana antes de ser preso não estávamos em guerra com a Lestásia. Era nossa aliada. A guerra era contra a Eurásia, e já durava quatro anos. Antes... (ORWELL, 2005, p. 235)

Q. Os tipos de qualificações:

Q2. Qualificações negativas. A prisão e posteriormente a tortura sofrida por Winston foi decorrente da sua insatisfação com a falta de liberdade do indivíduo no totalitarismo do Grande Irmão.

Questionários sobre os actantes narrativos, 17º análise, Winston em relação a Júlia.

- Eu te traí - disse ela, sem rodeios.

- Eu te traí - disse ele também.

Júlia lançou-lhe outro olhar de repugnância.

- Às vezes - disse ela - ameaçam a gente com uma coisa... com coisas que a gente não pode aguentar, não se pode nem pensar. E então a gente diz: "Não faças isso comigo, faze com outra pessoa, faze com Fulano e Sicrano." Mais tarde, talvez finjas que se tratava apenas de um estratagema, mandar que o fizessem a outro, e que não era sério. Mas não é verdade. Na hora que acontece a gente fala sério. Pensa que não há outro jeito de se salvar e se dispõe a salvar-se daquele modo. A gente quer que a coisa aconteça ao outro. Não se importa que sofra. Só importa a gente. Só nós temos importância.

- Só nós temos importância - repetiu ele.

- E depois disso já não se sente o mesmo pela outra pessoa.

- Não - concordou ele -, já não se sente o mesmo.

Não parecia haver mais nada a dizer. O vento colava-lhes à pele os macacões delgados. Quase imediatamente, tornou-se incômodo ficar ali, calados: além disso, estava frio demais para continuarem sem se mexer. Ela disse qualquer coisa a respeito do trem subterrâneo e levantou-se.

- Precisamos nos encontrar outra vez - disse ele.

- Sim, precisamos nos encontrar. (ORWELL, 2005, pp. 279 e 280)

. Verificar se o actante:

2. Sofre a ação. Quem começa a ação é Júlia com a seguinte frase: "- Eu te traí - disse ela, sem rodeios." (ORWELL, 2005, p. 279)

2. Se o actante sofre a ação ele o faz como:

2.1. Vítima. Júlia demonstra que não ama mais Winston e que desejou que ele sofresse a tortura no lugar dela:

- Às vezes - disse ela - ameaçam a gente com uma coisa... com coisas que a gente não pode aguentar, não se pode nem pensar. E então a gente diz: "Não faças isso comigo, faze com outra pessoa, faze com Fulano e Sicrano." (...) - E depois disso já não se sente o mesmo pela outra pessoa. (ORWELL, 2005, pp. 279 e 280)

Se o actante vítima reage, ele o faz por:

2.1.1. Fuga. Para evitar o confronto, Winston concorda com tudo o que Júlia fala: "E depois disso já não se sente o mesmo pela outra pessoa. - Não - concordou ele -, já não se sente o mesmo." (ORWELL, 2005, p. 280)

Q. Os tipos de Qualificações

Q2. Qualificações negativas. Se antes Winston e Júlia estavam apaixonados, depois da tortura se tornaram indiferentes.

Charaudeau (2008, p. 166) adaptou um questionário, a partir da lista de processos de C. Brémond, para estabelecer os processos narrativos. Utilizaremos os mesmos exemplos do questionário anterior.

Charaudeau (2008, p. 166) adaptou um questionário, a partir da lista de processos de C. Brémond, para estabelecer os processos narrativos. Utilizaremos os mesmos exemplos do questionário anterior.

3.3.2.1. Questionário sobre os processos narrativos, 18ª análise, Winston em relação à Syme.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. O ato tem influência sobre Winston, pois a nova versão do dicionário da novilíngua pretende diminuir o alcance do pensamento da população da Oceania.

(2) Sobre o outro. Como membro da sociedade da Oceania, Syme também vai ser vítima do aperfeiçoamento da novilíngua.

Verificar se o ato tem por função:

(3) Degradar um estado inicial. O Partido pretende diminuir ainda mais a liberdade do indivíduo e conter possíveis revoltas, por isso o aperfeiçoamento da novilíngua é essencial para que o indivíduo só tenha pensamentos e ações favoráveis ao Partido.

1.3. A degradação do estado inicial, por:

(-) Submissão. Tanto Syme quanto Winston são submissos às regras do Partido, porque sabem que qualquer revolta é duramente reprimida.

Quais são os tipos de atos de fala que podem ter uma influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Informação/ dissimulação. Syme conta para Winston que a décima primeira edição da novilíngua vai ser definitiva, e com a diminuição de palavras o intuito é diminuir a capacidade do pensamento humano.

3.3.2.2. Questionário sobre os processos narrativos, 19º análise, Winston em relação a Charrington.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. Winston se beneficia da conversa com Charrington, pois ele deseja comprar algo.

(2) Sobre o outro. Charrington também é beneficiado, pois como comerciante o seu intuito é vender.

. Verificar se o ato tem por função:

(3) Degradar um estado inicial. Neste momento Winston não sabe que Charrington é aliado do Partido, por isso nem desconfia quando ele oferece um quarto para alugar.

1.3. A degradação do estado inicial, por:

-) Transgressão. Alugar um quarto no bairro dos proles, que não tem teletela significa transgredir a lei.

Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

2.1. O melhoramento do estado inicial do outro, por:

-) Negociação. Charrington se beneficia das compras de Winston e posteriormente do aluguel do quarto.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter uma influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Informação/ dissimulação. Winston não sabe que na verdade Charrington é aliado do partido e no quarto que ele alugou possui uma teletela.

3.3.2.3. Questionário sobre os processos narrativos, 20º análise, Winston em relação a Júlia.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(2) Sobre o outro. Winston ajuda Júlia a se recuperar de uma queda.

Verificar se o ato tem por função:

(1) Melhorar um estado inicial.

. Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

2.1. O melhoramento do estado inicial do outro, por:

-) Intervenção. Winston auxilia Júlia.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter uma influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Pedido. Ao se encontrar em uma situação desfavorável Júlia contou com a ajuda de Winston.

3.3.2.4. Questionário sobre os processos narrativos, 21º análise, Winston em relação a Júlia.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. (2) Sobre o outro. Winston e Júlia marcam um encontro e combinam os detalhes, o ato beneficia os dois.

. Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:

1.1. O melhoramento do estado inicial, por:

-) Transgressão. Encontros românticos são proibidos pelo Partido.

. Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

-) Retribuição. O encontro amoroso, no primeiro momento, será positivo para os dois.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter uma influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Encorajamento/ dissuasão. Os encontros entre Winston e Júlia fazem com que eles renovem as esperanças de uma sociedade mais livre.

3.3.2.5. Questionário sobre os processos narrativos, 22º análise, Winston em relação a Júlia.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. (2) Sobre o outro. O encontro entre Winston e Júlia é algo benéfico para os dois.

. Verificar se o ato tem por função:

(1) Melhorar um estado inicial. O encontro é como uma válvula de escape, pois o cotidiano dos dois é totalmente controlado pelo Partido.

. Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:

-) Transgressão. O Partido não aceita que os seus membros tenham encontros amorosos.

. Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

2.1. O melhoramento do estado inicial do outro, por:

-) Retribuição. O encontro renova as esperanças de Winston e Júlia.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter uma influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Encorajamento/ dissuasão. Winston e Júlia tem a fé revigorada.

3.3.2.6. Questionário sobre os processos narrativos, 23º análise, Winston em relação a Júlia.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. Winston teme o futuro, devido às suas escolhas transgressoras.

(2) Sobre o outro. As escolhas arriscadas também foram cometidas por Júlia, portanto Júlia também pode ser presa.

. Verificar se o ato tem por função:

1.3. A degradação do estado inicial, por:

-) Transgressão. Winston sabe que mais cedo ou mais tarde o Partido vai descobrir a sua transgressão e a de Júlia, e ele teme o futuro porque a sentença neste caso é a morte.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter uma influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Conselho/ desaconselhamento. Winston sabe que o seu comportamento é um modelo que não deve ser seguido, isto explica o seu medo de morrer.

3.3.2.7. Questionário sobre os processos narrativos, 24º análise, Winston em relação a Júlia.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. O ato influencia Winston, pois o fato de o passado ser reescrito pelo Partido implica na falta de liberdade do indivíduo. O Partido terá sempre razão, pois não há como comprovar as falsificações.

(2) Sobre o outro. O ato além de se relacionar com Winston também se relaciona com Júlia, porque a falta de liberdade também é vivenciada por ela.

. Verificar se o ato tem por função:

(1) Melhorar um estado inicial. O fato de Winston ter tido consciência da opressão vivenciada faz com que ele perceba o controle exercido pelo Partido.

. Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:

1.1. Melhoramento do estado inicial, por:

-) Transgressão. Na sociedade totalitária de 1984, não se pode ter pensamentos contrários aos do Partido, muito menos externar para outra pessoa. Winston transgrediu as regras ao revelar para Júlia o seu descontentamento.

. Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

2.1. O melhoramento do estado inicial do outro, por:

-) Intervenção. Winston quer que Júlia reflita sobre o que acontece por ordem do Partido.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Conselho/ desaconselhamento. Winston propõe que o modelo seguido pelo Partido, o de fraudar o passado, não deve ser seguido e perpetuado.

3.3.2.8. Questionário sobre os processos narrativos, 25º análise, Winston em relação a O'Brien.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(2) Sobre o outro. O'Brien é membro do Partido Interno, cargo superior ao de Winston e o convida para sua casa.

. Verificar se o ato tem por função:

(3) Degradar um estado inicial. Neste momento Winston pensa que O'Brien faz parte da Fraternidade e que ele poderá enfim fazer algo para acabar com o domínio do Partido, mas na verdade O'Brien trabalha para o Partido.

. Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

2.3. A degradação do estado inicial do outro, por:

-) Embuste. O'Brien prepara uma cilada para obter provas da traição de Winston.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Informação/ dissimulação. O'Brien finge participar da Fraternidade, para envolver Winston em crimes contra o Partido.

3.3.2.9. Questionário sobre os processos narrativos, 26º análise, Winston em relação a Júlia.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. (2) Sobre o outro. Tanto Winston quanto Júlia serão prováveis vítimas do Ministério do Amor. Winston sabe que mais cedo ou mais tarde a polícia do pensamento irá atrás deles.

. Verificar se o ato tem por função:

(3) Degradar um estado inicial. O ambiente do Ministério do Amor é marcado pelas diversas torturas, e Winston teme ser descoberto e levado para lá juntamente com Júlia.

. Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:

1.3. A degradação do estado inicial, por:

-) Transgressão. Os encontros amorosos são contra a lei na sociedade da Oceania.

. Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

2.3 A degradação do estado inicial, por:

-) Retribuição. Júlia e Winston serão castigados pelos crimes que cometeram.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Encorajamento/ dissuasão. O medo está presente na relação entre Winston e Júlia, pois eles sabem que o Partido sempre descobre os desvios dos cidadãos.

3.3.2.10. Questionário sobre os processos narrativos, 27º análise, Winston em relação a O'Brien. Neste primeiro momento os dois se relacionam como colegas da Fraternidade.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. Ao entrar na Fraternidade, Winston é o beneficiário do ato.

(2) Sobre o outro. Júlia também se beneficia do ato de Winston e O'Brien também, pois terá mais pessoas servindo à Fraternidade.

. Verificar se o ato tem por função:

(1) Melhorar um estado inicial. Ao entrar na Fraternidade, Winston pretende corrigir as injustiças cometidas pelo Partido e renova as suas esperanças de uma sociedade mais livre e igualitária.

. Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:

1.1. Melhoramento do estado inicial, por:

-) Transgressão. O fato de entrar na Fraternidade implica uma transgressão por parte de Winston. Na fraternidade ele irá combater as diretrizes do Partido.

. Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

2.1.O melhoramento do estado inicial do outro, por:

-) Eliminação. Ao entrar na Fraternidade Winston pretende eliminar o poderio do Partido, ato que irá beneficiar Júlia, O'Brien e ele próprio.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Encorajamento/ dissuasão. A Fraternidade representa um estímulo à esperança de uma sociedade melhor, mais justa e livre.

3.4.2.11. Questionário sobre os processos narrativos, 28º análise, Winston em relação a Júlia.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. (2) Sobre o outro. Neste trecho do livro Winston e Júlia são surpreendidos com a constatação de que havia uma teletela no quarto alugado, e que a Polícia do Pensamento está a caminho para realizar a prisão dos dois.

. Verificar se o ato tem por função:

(3) Degradar um estado inicial. Este é o momento da prisão de Winston e Júlia, e em breve serão levados para o Ministério do Amor.

. Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:

1.3. A degradação do estado inicial, por:

-) Submissão. Winston não tenta fugir, ele se submete à autoridade do Partido.

. Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

2.3. A degradação do estado inicial do outro, por:

-) Retribuição. Júlia vai ser castigada por ter cometido atos que não são permitidos por lei.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Conselho/ desaconselhamento. O modelo de comportamento do casal não deve ser seguido e por isso foi duramente repreendido pelo Partido.

3.3.2.12. Questionário sobre os processos narrativos, 29º análise, Winston em relação a Ampleforth.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. (2) Sobre o outro. Winston e Ampleforth estão presos à espera do que vai acontecer posteriormente.

. Verificar se o ato tem por função:

(3) Degradar um estado inicial. Winston quer saber o motivo de Ampleforth estar preso.

. Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:

1.3. A degradação do estado inicial, por:

-) Transgressão. Os dois transgrediram a lei e por isso estão presos no Ministério do Amor.

Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

2.3. A degradação do estado inicial do outro, por:

-) Retribuição. A prisão é o castigo por transgredirem as leis do Partido.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Encorajamento dissuasão. Winston e Ampleforth sentem medo, pois nem ao menos sabem quanto tempo estão presos.

3.3.2.13. Questionário sobre os processos narrativos, 30º análise, Winston em relação a Parsons.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. (2) Sobre o outro. Winston e Parsons estão presos no Ministério do Amor.

. Verificar se o ato tem por função:

(3) Degradação de um estado inicial. Winston quer saber a motivação da prisão de Parsons.

. Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:

1.3. A degradação do estado inicial, por:

-) Transgressão. Winston se relacionou amorosamente com Júlia e pensou fazer parte da Fraternidade, já Parsons durante o sono pronunciou "abaixo o Grande Irmão". Por estes motivos os dois estão presos.

. Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

2.3. A degradação do estado inicial do outro, por:

-) Retribuição. O castigo para os delitos cometidos é a prisão, a tortura e a morte.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Proibição/ autorização. Os atos cometidos por Winston e Parsons são proibidos pelo Partido.

3.3.2.14. Questionário sobre os processos narrativos, 31º análise, Winston em relação a O'Brien.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. Winston encontra O'Brien na prisão e no primeiro momento pensa que ele também está preso, mas depois descobre que foi enganado por O'Brien e que na verdade ele é o seu carrasco.

. Verificar se o ato tem por função:

(3) Degradar um estado inicial. Winston pensava que O'Brien fazia parte da Fraternidade.

. Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:

1.3. A degradação do estado inicial, por:

-) Submissão. Winston é submisso à dominação de O'Brien.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Informação/ dissimulação. Foi ocultado de Winston que O'Brien não fazia parte da Fraternidade, só foi revelada a verdade no Ministério do Amor.

3.3.2.15. Questionário sobre os processos narrativos, 32º análise, Winston em relação a O'Brien.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. Winston começa a ser interrogado por O'Brien.

. Verificar se o ato tem por função:

(3) Degradar um estado inicial. É iniciada a tortura de Winston.

. Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:

1.3. A degradação do estado inicial, por:

-) Submissão. Winston é o elo fraco da relação com O'Brien, porque está prestes a ser torturado.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Encorajamento/ dissuasão. A intimidação começa quando O'Brien diz que Winston é desequilibrado e não tem controle sobre os seus pensamentos e ações.

3.3.2.16. Questionário sobre os processos narrativos, 33º análise, Winston em relação a O'Brien. Esta é uma relação de submissão, pois Winston é torturado por O'Brien.

. Verificar se a realização de um ato recai principalmente:

(1) Sobre si. O ato recai sobre Winston, que é a vítima.

. Verificar se o ato tem por função:

(3) Degradar um estado inicial. Através da tortura, O'Brien tenta persuadir Winston a se arrepender dos seus ideais contra o Partido e o Grande irmão.

. Se a realização do ato recai sobre si, ele tem por função:

1.3. A degradação do estado inicial, por:

-) Submissão. A partir de um processo de dominação, O'Brien compele Winston a transformar o seu ódio pelo Grande Irmão em amor, através de torturas físicas e psicológicas.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter uma influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Proibição/ autorização. O'Brien proíbe Winston de ter pensamentos e ações contrárias às resoluções do Partido e do Grande Irmão, e somente é autorizado a fazer o que o Partido permite.

3.3.2.17. Questionário sobre os processos narrativos, 34º análise, Winston em relação a Júlia.

. Verificar se a realização do ato recai principalmente:

(1) Sobre si. (2) Sobre o outro. Winston encontra Júlia por acaso, depois que os dois sofreram as torturas no Ministério do Amor e foram soltos.

. Verificar se o ato tem por função:

(2) Conservar um estado inicial. O amor entre Winston e Júlia não foi forte o suficiente para aguentar as torturas que ambos sofreram.

. Se a realização do ato recai sobre o si, ele tem por função:

1.2. A conservação do seu estado inicial, por:

-) Prevenção. Apesar do conflito fazer parte do passado, Winston e Júlia não conseguiram se reconectar, e não reataram o romance.

. Se a realização do ato recai sobre o outro, ele tem por função:

2.2. A conservação do estado inicial do outro, por:

-) Neutralização. Apesar da ameaça ter sido neutralizada, Winston e Júlia foram soltos, a relação entre eles ficou fria e distante.

. Quais são os tipos de atos de fala que podem ter uma influência sobre os atos potenciais do outro?

-) Encorajamento/ dissuasão. No íntimo de Winston e Júlia eles têm medo de se envolverem novamente e serem presos e torturados mais uma vez.